

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA

**A INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS NOS
GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS DE 1995 ATÉ 2013**

Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira

BELO HORIZONTE
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA

**A INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA POLÍTICA DOS PARTIDOS NOS
GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS DE 1995 ATÉ 2013**

Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Co-orientadora: Prof.^a Dra. Helcimara de Souza Telles

BELO HORIZONTE
2018

A história é um labirinto. Acreditamos saber que existe uma saída, mas não sabemos onde está. Não havendo ninguém do lado de fora que nos possa indicá-la, devemos procurá-la nós mesmos. O que o labirinto ensina não é onde está a saída, mas quais são os caminhos que não levam a lugar algum.

Norberto Bobbio

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à sua infinita generosidade com minha vida.

Ao Leonardo Ladeira, amigo e professor, que me inspirou e me trouxe até o Departamento de Ciências Políticas da UFMG.

À Marina Siqueira, prima e professora amada, que me apoiou incondicionalmente na realização deste estudo.

E ao Professor Bruno, pela presença serena e firme, neste caminho tão desafiador que é o de entrar no mundo acadêmico.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar a influência da ideologia partidária no tamanho e na composição dos gastos públicos estaduais entre os anos de 1995 e 2013. Sendo a ideologia partidária um recurso utilizado pelos partidos nas campanhas políticas e na priorização de grupos de interesse, é esperado que partidos políticos de ideologias distintas se comportem de maneira diferente em relação a priorização de gastos, e ao tamanho total dos gastos públicos. Para alcançar estes objetivos foram aplicados modelos econométricos de regressão linear para explicar como a ideologia partidária é capaz de interferir nos gastos com segurança pública, transporte, educação, saúde e assistência social. O trabalho também acompanhou o comportamento orçamentário dos estados brasileiros, em um estudo comparado, testando a influência da ideologia no tamanho dos gastos públicos.

Palavras-chave: Ideologia, partidos, desenho institucional, orçamento público.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to identify the influence of partisan ideology on the size and composition of state-level public spending in Brazil between 1995 and 2013. Since party ideology is a resource used by political parties in political campaigns and in prioritizing interest groups, it is expected that political parties of different ideologies behave differently in relation to the priority given to different kinds of expenditures, and to the total size of public expenditures. To achieve these objectives, econometric models of linear regression were constructed to explain how party ideology is capable of interfering with spending on public safety, transportation, education, health, and social assistance. The work also followed the budgetary behavior of the Brazilian states, in a comparative study, testing the influence of ideology on the size of public expenditures.

Keywords: Ideology, parties, institutional design, public budget.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E PARTIDOS

PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCO: Partido da Causa Operária
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PFL: Partido da Frente Liberal
PL: Partido Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP: Partido Popular
PPB: Partido Progressista Brasileiro
PPR: Partido Popular Renovador
PPS: Partido Popular Socialista
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
Psol: Partido Socialismo e Liberdade
PSTU: Partido Socialista Trabalhista Unificado
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTN: Partido Trabalhista Nacional
PTR: Partido Trabalhista Renovador
PV: Partido Verde
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA: Lei Orçamentária anual
PPA: Plano Plurianual
IGPM: Índice Geral de Preço de Mercado
SUS: Sistema Único de Saúde
Suas: Sistema Único de Assistência Social
Loas: Lei Orgânica de Assistência Social
Fundef: Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento do Ciclo Fundamental e de Valorização do Magistério

Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1 – Comportamento Orçamentário Acre – 1995 a 2013
- Gráfico 2 – Comportamento Orçamentário Amapá – 1995 a 2013
- Gráfico 3 – Comportamento Orçamentário Bahia – 1995 a 2013
- Gráfico 4 – Comportamento Orçamentário Distrito Federal – 1995 a 2013
- Gráfico 5 – Comportamento Orçamentário Espírito Santo – 1995 a 2013
- Gráfico 6 – Comportamento Orçamentário Mato Grosso do Sul – 1995 a 2013
- Gráfico 7 – Comportamento Orçamentário Pará – 1995 a 2013
- Gráfico 8 – Comportamento Orçamentário Piauí – 1995 a 2013
- Gráfico 9 – Comportamento Orçamentário Rio Grande do Sul – 1995 a 2013
- Gráfico 10 – Comportamento Orçamentário Sergipe – 1995 a 2013

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Estados e Partidos de 1994 a 2013
- Quadro 2 – Variáveis dependentes
- Quadro 3 – Variáveis independentes
- Quadro 4 – Testes de Spearman e de Média nos Estados.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Modelos de Regressão Linear – Variáveis dependentes: Gastos Públicos
- Tabela 2 – Modelos de Regressão Linear – Variáveis dependentes: Despesa Total e Receita Total

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IDEOLOGIA POLÍTICA	16 ¹⁵
2.1 Ideologia Enfraquecida	16 ¹⁵
2.2 Ideologia: Presente e com Novos Significados	21 ²⁰
3 FEDERALISMO NO BRASIL E AGENDA DE GASTOS ESTADUAIS	31 ³⁰
3.1 Características do Desenho Federalista Brasileiro	31 ³⁰
3.2 Gastos em Segurança Pública	34 ³³
3.3 Gastos em Transportes	36 ³⁵
3.4 Gasto em Educação	37 ³⁶
3.5 Gasto em Saúde	40 ³⁸
4 METODOLOGIA DE ESTUDO	44 ⁴³
4.1 Orçamento Público Brasileiro	47 ⁴⁵
4.2 Hipóteses de Pesquisa	51 ⁴⁹
4.3 O Modelo Econométrico	52 ⁵⁰
4.3.1 Correlação de Spearman (Rô)	53 ⁵¹
4.3.2 Anova (Teste f)	53 ⁵¹
4.3.3 Teste de média (Teste t)	54 ⁵²
4.3.4 Regressão Linear – Mínimos Quadrados Ordinais	54 ⁵²
5 ANÁLISE DE DADOS	56 ⁵⁵
5.1 Demonstrando como os Estados se Comportam em Relação à Receita e à Despesa	57 ⁵⁶
5.1.1 Estado do Acre	58 ⁵⁶
5.1.2 Estado do Amapá	59 ⁵⁷
5.1.3 Estado da Bahia	60 ⁵⁸
5.1.4 Distrito Federal	61 ⁵⁹
5.1.5 Estado do Espírito Santo	62 ⁶⁰
5.1.6 Estado do Mato Grosso do Sul	63 ⁶¹
5.1.7 Estado do Pará	64 ⁶²
5.1.8 Estado do Piauí	64 ⁶²

5.1.9 Estado do Rio Grande do Sul.....	6563
5.1.10 Estado do Sergipe.....	6664
5.2 Explicando Como os Partidos Gastam de Acordo com sua Ideologia	6866
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	7374
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	7775
APÊNDICES	8380
APÊNDICE A – Teste de Spearman	8380
APÊNDICE B – Teste de média.....	8885
APÊNDICE C – Regressões Lineares e Anova	11746
APÊNDICE D - Tabelas de Gastos por Estados	134
ANEXO I – Decreto n.º 2.829, de 29 de outubro de 1998.....	135458
ANEXO II – Portaria MOG n.º 42, de 14 de Abril de 1999.	161460

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi marcado pelas eleições mais polarizadas do Brasil desde a redemocratização. Desde 1989, não se via no país uma disputa presidencial tão marcada pela oposição direita *versus* esquerda

No Brasil, a disputa pela Presidência da República, desde 1994, sempre girou em torno do enfrentamento entre PT e PSDB. O PT sempre foi marcado pelo discurso de combate à desigualdade, com bases sindicais muito fortes e bastante apoiado na imagem de Lula. Já o PSDB iniciou a sua trajetória com uma posição mais centro-esquerda. No entanto, especialmente a criação do Plano Real, em 1994, deu ao partido a possibilidade de disputar outros segmentos sociais, mais à direita, que não se sentem representados pelas bandeiras clássicas de esquerda que o PT historicamente manteve.

Apesar da nítida diferença entre os dois partidos, nunca se verificou com tanta clareza a disputa ideológica entre PT e PSDB, como ocorreu em 2014. Ao contrário, outros pleitos presidenciais apontaram muito mais um caminho para o país em direção ao centro do que à polarização. Nas presidenciais de 2002, Lula fez aliança com partidos tradicionalmente opostos aos programas do PT para se eleger. E todo seu mandato foi marcado por uma capacidade incomum de diálogo com setores empresariais e financeiros da sociedade. Em 2010, Marina Silva do PV teve uma quantidade muito expressiva de votos, deixando em dúvida se nas próximas eleições a disputa permaneceria entre PT e PSDB, ou se a sociedade brasileira buscava políticos alternativos, com bandeiras mais pós-materialistas, como meio ambiente, imigração, questões ligadas ao aborto e à diversidade sexual.

Fato é que, na história do Brasil, os partidos de direita conseguiram se manter no poder de forma bem-sucedida (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER,2000). De 1985 até 2002 estes partidos integraram a coalizão governamental no governo federal. Em 2002 Lula vence as eleições e a partir daí os partidos de direita perdem importância nas coalizões nacionais de governo até 2016. Contudo, durante este período, os partidos de direita continuaram comandando importantes estados do Brasil como São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Para entender as eleições de 2014, devemos retornar ao ano de 2013. Exatamente no ano que antecedeu aquelas eleições, o Brasil passou por uma série de manifestações populares, que tiveram como marca um protesto contra a corrupção, contra falta de representatividade e a ausência de um partido liderando as manifestações. Não foram os movimentos sociais de esquerda que captaram as manifestações de 2013. Ao contrário,

foram as forças mais conservadoras da direita, em especial o MBL – Movimento Brasil Livre, apoiado pelo PSDB e pelo DEM. E as eleições de 2014 confirmaram que a agenda da direita havia crescido no Brasil.

Após as manifestações daquele ano, as avaliações dos governos estaduais e do governo federal sofreram uma considerável queda. Portanto, já era esperado que as reeleições não seriam tão fáceis em 2014.

A disputa de 2014 trouxe novamente um terceiro ator político, para contrapor a tradicional rivalidade entre PT e PSDB. Eduardo Campos, do PSB, aparecia como terceira via para expressiva parcela do eleitorado brasileiro. E ocupava o terceiro lugar nas pesquisas quando morreu em um acidente aéreo. Com sua morte, Marina Silva retorna como alternativa, e reorganiza a disputa presidencial.

Naquelas eleições, dez candidatos se apresentaram para disputar a presidência do país: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Eduardo Campos (PSB), Luciana Genro (Psol), Levy Fidelix (PRTB), Eduardo Jorge (PV) e Pastor Everaldo (PSC), José Maria Eymael (PSDC), Rui Costa Pimenta (PCO) e José Maria de Almeida (PSTU). 142.822.046 de eleitores participaram da eleição. No Centro-Oeste foram registrados 10,2 milhões de votos, no Norte 10,8 milhões, no Nordeste foram 38,2 milhões, no Sul pouco mais de 21 milhões e no Sudeste 62 milhões de votos, representando 43,4% do eleitorado brasileiro.

No início de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff (PT) era a grande favorita para vencer a eleição. Aécio Neves (PSDB) conseguiu se consolidar como representante do partido para as presidenciais ainda no início do ano. E Eduardo Campos (PSB) era o candidato que poderia ser a esperança do rompimento da polarização PT-PSDB.

O Senador Aécio Neves era ex-governador de Minas Gerais, e havia deixado o governo de Minas em 2010, com 92% de aprovação. Além disso, foi o senador mineiro mais votado na história das eleições. Com este histórico de boa avaliação dos mineiros, era esperado pelo PSDB que Aécio fosse ter uma boa quantidade de votos em Minas.

Porém, contrariando as apostas do PSDB, no dia 26 de novembro de 2014 Dilma Rousseff (PT) foi reeleita presidente da República com 54,3 milhões dos votos. Aécio Neves (PSDB) teve 50,9 milhões de votos. A diferença entre ambos foi de 3,4 milhões de votos.

Em Minas Gerais, seu Estado natal, Aécio perdeu para Dilma (52,4% a 47,6%). A diferença entre ambos foi de 550 mil votos. A pequena diferença de votos entre os dois candidatos foi reflexo da mais acentuada divisão do país.

Tanto nos debates acadêmicos como nos debates nas redes sociais e nos jornais e na televisão, o tema em pauta era a disputa presidencial e o que estaria em jogo com a possível reeleição de Dilma ou com a vitória de Aécio. Na defesa de Dilma estava basicamente a continuação do Programa Bolsa Família e dos avanços sociais que o Brasil tinha conquistado nos últimos 12 anos. Quanto à defesa de Aécio, o que prevalecia era a recuperação da economia, controlando a inflação, os juros e reduzindo os gastos do Estado.

Os valores defendidos naquela eleição foram os clássicos, da categoria direita-esquerda. Se em alguns momentos da história chegou-se a cogitar de que a dicotomia direita – esquerda havia perdido validade para explicar as disputas partidárias, principalmente com o final da Guerra Fria, a disputa presidencial de 2014 mostrou que no Brasil esta categoria ainda é capaz de organizar, ao menos em nível de campanha eleitoral as disputas partidárias.

Ainda que parte do eleitorado brasileiro compreenda precariamente a dimensão ideológica entre os partidos, conforme algumas pesquisas nacionais já indicaram (CARREIRÃO, 2002,2007; TELLES e STORNI 2011), a terminologia direita-esquerda foi amplamente utilizada no discurso político em 2014.

A dimensão direita-esquerda aparece pela primeira vez na França, no final do século XVIII. Durante a reunião dos Estados Gerais, os delegados favoráveis ao princípio da igualdade se sentavam à esquerda do Rei. E os Delegados representantes do conservadorismo se sentavam à direita do Rei (TAROUCO, MADEIRA,2013). Ao longo do Estado Moderno a esquerda continuou defendendo significativas reformas estruturais na sociedade, e com o surgimento dos movimentos operários os partidos socialistas e comunistas foram naturalmente localizados à esquerda. No século XX a burguesia se desloca para a direita em defesa do capitalismo e das regras de livre mercado, na defesa de um estado mínimo. A esquerda posiciona-se em antítese à direita, na defesa de um estado de bem-estar social.

Com o passar dos anos esta variável foi utilizada para organizar as disputas políticas e as visões de Estado de cada grupo de interesse. De modo simplificado podemos dizer que estar situado à direita no espectro ideológico é ser favorável à manutenção das coisas como elas estão, e estar situado à esquerda é defender mudanças no *status quo* da sociedade.

O poder explicativo da variável ideologia foi muito questionado sobretudo após o Fim da Guerra Fria. No entanto, a terminologia ainda se faz presente nas disputas políticas nacionais e internacionais. Para analisá-la devemos considerar sempre o contexto histórico de cada sociedade.

Em relação a ideologia política no Brasil, assim se posicionaram Tarouco, e Madeira, 2011:

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário. Os partidos considerados de direita (PP e DEM) foram os principais apoiadores do regime, os partidos de centro (PMDB e PSDB) representam em linhas gerais a oposição (sub-dividida entre moderados e autênticos) permitida pelo regime e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar).

No caso brasileiro a compreensão da ideologia partidária deve estar acompanhada do contexto histórico em que os partidos se formaram. Após 21 anos de ditadura, os partidos contra o Regime Militar foram associados à esquerda, enquanto os partidos que apoiaram de alguma forma a ditadura ficaram situados à direita no espectro ideológico brasileiro.

A origem da palavra partidos vem da palavra parte, do latim partire (Sartori-, 1982). Na ciência política a origem dos partidos remonta ao desenvolvimento de grupos parlamentares no século XIX.

Os partidos políticos têm como função central a mobilização e a comunicação entre o eleitorado e seus representantes. Podem ser considerados atalhos cognitivos, na medida em que servem de referência para os eleitores. Nesta função, os partidos reduzem os custos dos eleitores na aquisição de informações para decidir sobre o voto. Se um eleitor possui uma afinidade ideológica com determinado partido, então sua tendência é confiar nas informações que este partido traduz.

Quando eleitos para a condução do poder executivo, os partidos definirão políticas públicas prioritárias, bem como a alocação do orçamento público. Considerando que os partidos se diferenciam em termos ideológicos, podemos esperar que eles tenham prioridades diferentes ao assumir o governo, e portanto, estratégias diferentes de ação.

Neste ponto retomamos a Bobbio:

“Esquerda e Direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a

sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer” (Bobbio, 1995, p.33).

Para Singer, é a ideologia que vai permitir que os eleitores percebam os partidos para além do que eles apresentam em seus programas. É uma variável de longo prazo. É um importante sinalizador da classe de partidos. De modo que localizar-se à direita intuitivamente diz que se é a favor da manutenção da ordem, enquanto se localizar a esquerda seria ser favorável à promoção da igualdade (SINGER, 1999).

Em função da centralidade da ideologia para a Ciência Política, muitos estudos foram desenvolvidos para: verificar se o conceito ainda é válido, e para categorizar os partidos de acordo com o espectro ideológico.

Entre os estudos que se dedicaram a classificar os partidos, alguns fizeram esta classificação através da análise de documentos e programas dos partidos. Outros, utilizaram como método a votação de parlamentares e a autoavaliação de parlamentares. Existem também estudos que, a partir da avaliação aplicada a especialistas políticos, buscaram organizar os partidos ideologicamente. E, mais recentemente, algumas pesquisas analisaram a influência da ideologia partidária em relação a níveis de gastos, verificando se há alguma correlação entre partidos e o comportamento do orçamento público.

A proposta do presente trabalho é analisar se existe alguma influência na destinação prioritária de gastos, conforme a ideologia partidária do chefe do executivo dos estados brasileiros. Ou seja, se partidos de direita e de esquerda, quando eleitos, se diferenciam na maneira como gastam o orçamento público.

Como os recursos são escassos, não é possível aos governadores realizarem tudo que desejam. Portanto, é esperado que eles priorizem suas agendas de gastos de maneira coerente com a sua base eleitoral e o seu Programa de Governo.

Assim, poderíamos esperar que partidos de esquerda tenderiam a gastar mais em gastos sociais do que partidos de direita. Também seria razoável esperar que partidos de direita priorizem mais a segurança pública e algumas agendas da direita, como transporte e logística, que partidos de esquerda.

No tocante à política macroeconômica, sabemos que as maiores decisões são tomadas pelo Governo Federal, cabendo aos estados apenas a execução de metas orçamentárias. Mas conforme o tripé construído pelo FMI em 1999, de câmbio flutuante,

meta de inflação e superávit primário, é esperado que os estados governados por partidos de direita tendam a tomar medidas que aumentem o superávit primário, priorizando um estado mais enxuto.

Este trabalho irá verificar se, para além da comunicação política e da escolha eleitoral, a ideologia é um bom preditor do comportamento orçamentário dos partidos, quando eleitos. Assim, ele analisará se as execuções dos orçamentos anuais refletem os valores ideológicos que os partidos comunicaram durante a eleição.

Nossa proposta é verificar qual a influência da ideologia política dos partidos na execução dos orçamentos públicos. Assim, partimos do pressuposto de que os partidos políticos com ideologias distintas, agem com motivações também distintas para a implementação de ações políticas. Encontramos na literatura aparato que nos permite afirmar que os partidos políticos se diferenciam em relação aos seus programas e aos seus eleitorados (POWER e ZUCCO, 2009).

Com a Constituição Federal de 1988, os estados adquiriram suficiente autonomia fiscal e governamental para poderem executar suas atividades. Portanto, tornaram-se um bom objeto de estudo comparado, para a compreensão das clivagens políticas no Brasil.

Partindo do pressuposto que partidos de esquerda e de direita se comportam de forma distinta quando eleitos, este trabalho vai analisar a influência da ideologia partidária no tamanho dos gastos em segurança pública, transporte, saúde, educação e assistência social. O trabalho também vai analisar o comportamento orçamentário, focando se há a tendência de aumento ou redução na receita e na despesa para partidos de direita e de esquerda.

Para apresentar nossa construção, vamos no segundo capítulo fazer um levantamento da literatura internacional e nacional sobre a ideologia, discutindo a capacidade de a dicotomia ainda ser explicativa para a classificação dos partidos em termos de posicionamentos ideológicos. No terceiro capítulo serão apresentados alguns aspectos centrais do desenho federalista brasileiro, e de como as áreas de políticas que serão testadas aqui estão distribuídas entre os entes, e regulamentadas pelo governo central.

No capítulo quatro apresentaremos o desenho de pesquisa e compartilharemos nossas escolhas metodológicas. Também passaremos por algumas características básicas do orçamento público no Brasil. No capítulo cinco vamos analisar os dados testados na pesquisa. E no capítulo seis faremos as considerações finais acerca do que este trabalho conseguiu identificar.

Pretendemos com este trabalho refletir se existe ou não tanta diferença, quando um estado é governado por um partido de direita ou de esquerda, em se tratando de gastos públicos.

2 IDEOLOGIA POLÍTICA

Diversos autores¹ se dedicaram a estudar a ideologia política. O estudo sobre a ideologia política deve considerar o contexto político no qual ela se integra (BOBBIO, 1995). Trata-se de uma díade antitética, composta por valores políticos opostos, mas que podem flutuar ao longo do tempo. Em determinados eventos históricos pode ocorrer de a rivalidade ficar mais evidente, mas em outras circunstâncias, a díade pode até se aproximar, ao centro.

Em razão destas flutuações alguns autores defenderam que a ideologia política perdeu muito poder explicativo nas disputas eleitorais com o fim da URSS. Todavia, acontecimentos recentes, internacionais e nacionais, como a vitória do republicano Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 e as eleições para presidente no Brasil em 2014, mostraram que a clássica disputa entre direita e esquerda ainda se faz atual.

Assim, apesar de muitas pesquisas internacionais e nacionais, sobre a ideologia partidária, não há um consenso na literatura em relação a pertinência de utilizar a terminologia clássica de ideologia *direita-esquerda* para classificar os partidos.

Para a melhor compreensão dos argumentos que são contrários e os que são favoráveis à utilização da ideologia política nos dias atuais, vamos subdividir este capítulo nas duas correntes contrárias de sustentação da terminologia.

2.1 Ideologia Enfraquecida

A origem do termo ideologia remonta à Revolução Francesa, no século XVIII. Durante as Reuniões dos Estados Gerais, ficavam sentados à direita do rei aqueles favoráveis à manutenção da situação de privilégios do 1.º e 2.º estados. À esquerda do rei ficavam

¹ POPKIN, 1976; FUKUYAMA, 1992; GIDDENS, 1994; MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000, LAVAREDA, 1991; BOBBIO, 1995; POWER, 2000; DOWNS, 1957; INGLEHART e ABRAMSON, 1999; TELLES, SRORNI, 2011; TELLES, MUNDIM e LOPES, 2013; HIBBS, 1977; SINGER, 1999; TAROUÇO e MADEIRA, 2008, 2010, 2011, 2013, 2015; AVARTE, AVELINO e LUCINDA, 2006; SEGRILLO, 2004; ZUCCO, 2009; CARREIRÃO, 2002, 2007, FERNANDES, 1995; LIMONGI e FIGUEIRO, 1995; MENEGUELLO, 1998; TELLES, MUNDIM e LOPES, 2013

aqueles contrários à manutenção de desigualdade entre as classes. Ao centro ficavam sentados os que defendiam uma monarquia constitucional (TAROUÇO, MADEIRO, 2013).

Muito além da disposição espacial, a diferença entre os grupos era na forma de enxergar o mundo, o papel do estado e a mudança política a ser alcançada – ou não.

Alguns momentos importantes da história global, como a Crise de 1929, o fim da 2ª Guerra Mundial e a Guerra Fria, insuflaram as disputas programáticas entre capitalismo e socialismo, expressas em termos ideológicos como direita e esquerda respectivamente. Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, imaginou-se que a rivalidade entre esquerda-direita perderia o seu objeto e, em última medida, encerraria as ideologias políticas (FUKUYAMA, 1992).

Giddens (1994) problematizou o esvaziamento da dicotomia esquerda-direita com o fim da União Soviética e as transformações do mundo pós-Guerra Fria. Para o autor, a sociedade nos anos 90 passou a outras questões, que exigiam da esquerda abraçar bandeiras que até então estavam com a direita, como liberdade individual, direito de escolha, migração e segurança pessoal.

É recorrente a indagação entre os cientistas políticos sobre a pertinência de se utilizar a terminologia direita-esquerda como uma classificação aplicável aos partidos políticos nos dias atuais, ou se as novas transformações mundiais ensejam por novos valores para além dos tradicionais, em torno da disputa direita versus esquerda.

Na mesma trajetória de pesquisa, Fukuyama (1992) estudou as consequências do fim da URSS sobre a ideologia partidária. Com o fim da divisão da Guerra Fria, a unificação da Alemanha e a redemocratização dos países do leste europeu, que se realinharam com o capitalismo ocidental, a questão sobre a rivalidade direita-esquerda estava para ele superada.

Para o autor, o socialismo seria inapto para reconhecer as necessidades individuais das pessoas. A estagnação econômica, somada ao limitado poder de consumo, criaria uma sociedade de indivíduos frustrados. A resposta para este colapso seria unicamente a democracia liberal. Neste raciocínio, para ele não existiria, após a queda do muro de Berlim, nenhuma ideologia capaz de desafiar o modelo da democracia liberal.

Outro eixo atitudinal frequentemente mobilizado hoje é a distinção entre valores materialistas e pós-materialistas. Diversos *surveys* conduzidos desde os anos 1970 a partir do “Eurobarômetro” e que se desdobraram nas várias rodadas do Survey Mundial sobre Valores (*World Values Surveys*) sob a coordenação de Ronald Inglehart, apontaram que a

superação de valores materialistas, quais sejam, os essenciais para a manutenção da vida, é mais frequente em países desenvolvidos.

A teoria desenvolvida por Inglehart (1976) prevê um progressivo aumento à adesão de valores pós-materialistas na medida em que as sociedades se desenvolvem economicamente. Assim, junto com o desenvolvimento econômico haveria uma evolução valorativa por parte dos cidadãos. E se antes os valores correspondiam a um contexto de escassez e manutenção da tradição, identificados com valores materialistas, a melhoria das condições materiais provocava a demanda por novos valores como o respeito a diversidade sexual, sustentabilidade, novas formas de participação política, novos modos de compreensão do campo religioso, valores identificados como pós-materialistas.

Neste cenário de novas demandas sociais, a terminologia ficaria insuficiente para representar os anseios da sociedade espacialmente. Alguns valores como a sustentabilidade e a liberdade/diversidade sexual não estão contemplados no conservadorismo da direita, nem nas questões da desigualdade econômica e social da esquerda.

O colapso do comunismo também despertou novos estudos sobre a adequação do termo no Brasil. No artigo “A Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese”, Segrillo (2004) questiona a pertinência de se utilizar a classificação ideológica tradicional direita-esquerda para classificar os partidos políticos.

Para o autor, após a década de 90 houve um embaralhamento de sentidos entre a dicotomia a partir dos anos 90, “o fim da URSS tirou o grande referencial *real* (material) do movimento comunista. Sem ele, considerável parte da esquerda comunista (e socialista) sentiu-se perdida teórica e praticamente” (SEGRILLO, p. 2, 2004).

Segundo ele, a queda do Muro de Berlim teve reflexos nos partidos brasileiros: O PCB foi extinto, e a tônica da campanha presidencial de 1989 foi a polarização esquerda-direita, onde o candidato Fernando Collor associou o concorrente Lula a uma esquerda derrotada. O autor também pondera que quando o PSDB foi criado estava mais associado à ideologia de centro-esquerda, mas quando assumiu a presidência em 1994 adotou uma série de medidas típicas da direita. Esta fluidez alterou a classificação do PSDB, que passou a ser considerado um partido de centro-direita (FERNANDES, 1995; LIMONGI e FIGUEIRO, 1995; MENEGUELLO, 1998).

No Brasil, características institucionais específicas, sobretudo do sistema eleitoral, induzem heterogeneidade dos partidos no espectro ideológico das coalizões de governo.

Em função desta realidade, Zucco (2009) classifica a ideologia como um determinante fraco no comportamento dos políticos brasileiros. Para o autor, outras questões, como pertencer ou não ao governo podem ser mais relevantes na hora da decisão política.

Para Segrillo (2004) esta alteração de classificação do PSDB deve ser compreendida dentro da lógica de confusão do conceito ideológico esquerda-direita no Brasil. Além do PSDB, o autor problematiza também a situação do PT que, nas eleições de 2002, tolerou alianças com partidos mais liberais para vencer as eleições.

Sobre esta fluidez dos partidos que mais representam na arena política a disputa entre esquerda e direita no Brasil, pronunciou Segrillo, 2004:

Aqui, eu gostaria novamente de enfatizar que vejo esses movimentos do PSDB, PT e outros em direção ao centro não apenas como mera eventualidade eleitoral de partidos ao chegar ao poder, mas como parte de um contexto político mundial específico (“pós-Muro”) que está redefinindo as fronteiras ideológicas em diferentes partes do espectro político. Obviamente, as agremiações mais afetadas foram as da esquerda (com a queda do socialismo real no Leste europeu), mas as do lado direito do espectro também estão sendo atingidas.

Contudo, duas ponderações devem ser feitas acerca do que Segrillo, 2004, problematizou: A primeira delas diz respeito a posição do PSDB, que segundo o autor se deslocou da posição centro esquerda, para centro direita, por razão da própria confusão de conceitos do espectro ideológico no Brasil. Pode ser que o deslocamento do PSDB para o centro-direita tenha sido muito mais circunstancial, como uma reação a oposição ao PT, que se consagrava como opção à esquerda. Caso contrário, caberia ao PSDB apoiar o PT. Mas o sucesso do Plano Real, possibilitou a este partido pleitear um eleitorado próprio. O segundo ponto a criticar os argumentos de Segrillo, 2004, é sobre o PT se alinhar nas eleições de 2002, à partido de centro direita. Este tipo de alinhamento é uma tendência própria de qualquer partido que deseja se estabelecer no poder. As concessões ao centro, acontecem no mundo todo. E não seria uma marca exclusiva do PT. Novamente, as oscilações ocorreram por questões circunstanciais, e não pela ausência de ideologia partidária.

Dando sequência às pesquisas nacionais que contestam a validade explicativa da ideologia no caso brasileiro, em 2002, Carreirão realizou uma pesquisa para medir a relação entre preferência partidária e a decisão do voto no Brasil entre 1988 e 1997. Os resultados da pesquisa indicaram que a ideologia depende do nível de escolaridade do eleitor. Assim, à medida que os anos de escolaridades aumentam, os eleitores são mais capazes de

compreender os conceitos de direita e esquerda, são mais habilitados a se auto localizarem na escala de direita e esquerda, e o grau de associação entre esta associação e o voto.

Em 2007, Carreirão realizou nova pesquisa, a partir de dados da ESEB das eleições de 2002 e 2006, com o objetivo de analisar a relação entre a identificação ideológica e o voto para os dois pleitos presidenciais.

O resultado da pesquisa demonstrou que em 2006 cresceu o número de eleitores que não souberam se identificar entre direita, centro e esquerda, e que também houve perda de nitidez ideológica das imagens em relação às lideranças políticas. A pesquisa também indicou uma queda do percentual de eleitores que indicava que algum partido os identificava.

Carreirão conclui, a partir desta pesquisa, que grande parcela do eleitorado não posiciona os partidos e as lideranças políticas em uma escala esquerda-direita ou, e mesmo quando posiciona, não se aproxima da classificação mais comum entre os cientistas políticos. Além disso, um percentual grande dos eleitores não é capaz de posicionar a si próprio na escala. De acordo com Carreirão, o declínio do papel da ideologia pode ser justificado pelos escândalos políticos do governo Lula, bem como diretrizes macroeconômicas do governo Lula muito semelhantes às assumidas por Fernando Henrique Cardoso.

A diferenciação política dos partidos em relação à posição ideológica é fundamental para que os eleitores saibam diferenciar os partidos ideologicamente. Se os partidos não se distinguem em termos ideológicos, a ideologia deixa de ser um atalho cognitivo relevante para o eleitorado.

Contudo, as pesquisas de Carreirão, 2002 e 2007, focam na percepção do eleitor em relação à ideologia. Ainda que o eleitorado perceba precariamente as diferenças programáticas entre os partidos, isso não exclui a possibilidade que os grupos partidários sejam efetivamente diferentes entre si e persigam prioridades políticas diferente.

Telles e Storni (2011) realizaram uma pesquisa entre os eleitores de Belo Horizonte com vistas a identificar se a ideologia seria uma variável explicativa forte ou não para o voto.

Para os autores, características próprias do sistema eleitoral brasileiro como o multipartidarismo e a fragmentação partidária, o personalismo e a história de recente democratização dificultariam que os eleitores pudessem ser organizar sob o ponto de vista ideológico. Este resultado muito se assemelha as pesquisas de Carreirão, e que de maneira semelhante focam mais a percepção dos eleitores do que o comportamento dos partidos propriamente.

De acordo com a perspectiva de Downs (1957), a localização dos eleitores em torno da escala de ideologia esquerda-direita importa para as estratégias dos partidos na disputa de votos (TELLES, STORNI, 2011).

A ideologia funcionaria como um atalho cognitivo para o ato de votar, ao eliminar as arriscadas análises retrospectivas e reduzir o custo de se estar constantemente informado sobre uma série de temas complexos. Entretanto, para que a ideologia seja um “atalho racional”, ela deve ser capaz de prever as ações do partido, no futuro. Por isso, os partidos devem conter ofertas ideológicas e serem confiáveis. Isso supõe vínculo entre as propostas declaradas pelos partidos, durante a campanha eleitoral, e as suas ações ao governar ou atuar no legislativo, pois o eleitor julga mais os resultados que as declarações políticas. Esta conexão reduz as incertezas e baliza o cálculo do eleitor, além de manter a confiança nas organizações partidárias, que devem agir com responsabilidade, no governo. Em síntese, do ponto de vista do partido, a ideologia não é um fim em si mesmo, mas um meio; ela é útil para que os partidos obtenham votos e, assim, possam ter cargos políticos.

Para que os partidos atuem conforme a teoria downsiana, organizando disputas e estabilizando o sistema político, eles precisam ser portadores de ideologias e confiáveis para a opinião pública (TELLES, STORNI, 2011). E os eleitores se posicionarão ideologicamente nas eleições caso os partidos façam uma oferta eleitoral também ideológica.

Os resultados da pesquisa em Belo Horizonte mostram que a ideologia não é um bom preditor do voto dos eleitores. Na medida em que os partidos não se apresentam com imagens nitidamente definidas, fica difícil para o eleitor identificá-los a partir de termos como direita e esquerda.

Assim, a excessiva e por vezes contraditória fluidez dos partidos, que pragmaticamente transitam em coalizões e grupos de interesses muito opostos à sua bandeira ideológica primária, dificulta para os eleitores o uso da ideologia como um atalho.

Contudo, ainda que muitas pesquisas apontem para o enfraquecimento do poder explicativo da ideologia no campo eleitoral internacional e nacional, acontecimentos recentes afloraram a rivalidade entre direita e esquerda no Brasil, salientando o sentido da dicotomia nas disputas políticas.

No próximo tópico serão revisadas pesquisas que, defendem que o poder explicativo da variável ideologia direita-esquerda não chegou ao fim, apenas se *ressignificou*.

2.2 Ideologia: Presente e com Novos Significados

Nas eleições de 2010 o número expressivo de votos da candidata Marina Silva (PV) levantou dúvidas sobre a hipótese de polarização ideológica e programática no Brasil entre PT e PSDB (TELLES, MUNDIM e LOPES, 2013). Poderia ser um sinal de que as disputas tradicionais entre PT e PSDB para a eleição presidencial, representando a velha disputa entre esquerda e direita, estava sendo superada no país e substituída por uma terceira via, com novos valores pós-materialistas.

No entanto, as eleições para presidente em 2014 deixaram em evidência a separação política do Brasil entre direita e esquerda. A direita representada pelo candidato Aécio Neves do PSDB, e a esquerda por Dilma Rousseff do PT. Neste pleito o país se dividiu entre valores conservadores da direita *versus* valores igualitários da esquerda.

A despeito do crescimento econômico que o Brasil vivenciou durante o governo do Presidente Lula, o país continua sendo marcado pela desigualdade, e isto acaba refletindo-se nos valores da sociedade, que por sua vez reafirmam valores traduzidos na clássica dicotomia direita-esquerda, como segurança, religião, manutenção de altas taxas de crescimento econômico e estabilidade econômica (INGLEHART, 1999; INGLEHART e ABRAMSON, 1999).

A centralidade da ideologia para a definição do voto encontra respaldo na Teoria da Escolha Racional. Para Downs (1957), a ideologia é o que faz com que o eleitor se identifique com os partidos, agindo como um atalho cognitivo para o voto. A ideologia ficaria sistematizada espacialmente em um espectro direita-esquerda, localizando os eleitores e orientando as estratégias dos partidos.

Segundo Downs (1957), o eleitor racional escolheria seus representantes a partir de uma avaliação de como seria o governo de determinado político quando eleito. O voto seria então uma espécie de aposta onde os eleitores confiariam seu voto a partir de uma projeção de quais decisões aquele político tomaria se fosse eleito. Esta projeção se daria a partir da avaliação de ações pretéritas do partido do candidato, ou do próprio candidato (voto retrospectivo) ou por expectativas de ações futuras de um determinado candidato baseado no grupo de interesses que ele representa, na ideologia de seu partido, sua coalizão, programas de governo (voto prospectivo).

Nesta teoria, a ideologia seria um atalho cognitivo utilizado pelo indivíduo para reduzir o seu nível de informação assimétrica em relação à política, ao menor custo possível. Como é custoso para o eleitor buscar informações, ele se apegua a instituições ou a pessoas em quem confia. Assim, a tendência dos eleitores é buscar se apoiar na imagem de partidos ou candidatos que traduzam confiança e capacidade de governar.

Nesta função, os partidos reduzem os custos dos eleitores na aquisição de informações para decidir sobre o voto. Se um eleitor possui uma afinidade ideológica com determinado partido, então sua tendência é confiar nas informações que este partido produz.

O atalho que os partidos representam indicam dois pontos: o primeiro é que os partidos devem manter uma dose mínima de coerência entre suas ideologias e ações ao longo do tempo, de modo que os eleitores possam confiar em suas informações. O segundo ponto é que os partidos tenderão a formular políticas que lhes trarão mais votos.

De acordo com Downs, a ideologia seria uma informação pública a respeito da política partidária, contendo ou implicando propostas específicas de ação (DOWNS, 2013, p.123). Em outras palavras, a ideologia de um partido deve ser coerente com suas ações em períodos eleitorais anteriores e com suas declarações de campanha.

As ideologias são uteis para os eleitores principalmente em momentos de incertezas. Elas ajudam os eleitores a identificar as diferenças entre os partidos, como atalhos. Assim, o eleitor se poupa do custo de estar sempre informado sobre uma gama mais ampla de questões.

Votar baseando-se na ideologia seria um comportamento racional por dois motivos: se o eleitor tem um nível de informação razoável ele não conseguiria diferenciar os partidos baseando-se apenas em uma questão específica, porém conseguiria diferenciá-los em função de suas ideologias; e se ele não estivesse bem informado, na medida em que ele utiliza a ideologia para votar, ele não precisa se informar sobre cada uma das questões especificamente. Entretanto, a utilização da ideologia só será um procedimento racional se houver uma real diferenciação ideológica entre os partidos e que estes sigam coerentemente com suas ideologias.

De tempos em tempos os partidos podem, segundo Downs (2013), revisar suas ideologias com vistas a atrair votos, ficando mais competitivos. Do ponto de vista partidário, cada um deles formulará sua ideologia para que ela agrade aquela combinação de grupos sociais que o partido acredita que lhe renderá o máximo de apoio (DOWNS, 2013, p.122).

Utilizando-se da variável econômica para explicar a decisão política dos governantes, Hibbs, 1977, realizou uma pesquisa que analisou padrões macroeconômicos em 12 países. Os resultados indicaram que existem muitas diferenças em relação ao resultado fiscal dos governos, dependendo da ideologia do partido que chefia o executivo. Partidos de direita tendem a priorizar políticas que priorizem o controle da inflação e dos juros, enquanto partidos de esquerda tendem a priorizar políticas de controle de desemprego.

A queda do muro de Berlim suscitou muitos questionamentos quanto à pertinência de se continuar utilizando a dicotomia direita-esquerda para classificar os partidos políticos, especialmente na Europa, conforme exposto no tópico anterior.

Neste momento de rearranjos internacionais, Bobbio (1995) discutiu a pertinência de se utilizar a ideologia na década de 90, especificamente na Itália. O que se problematizava à época era o esvaziamento das agendas de esquerda com o fim da Guerra Fria, além do fato da sociedade se tornar cada vez mais complexa, com o surgimento de valores pós materialistas, e a dicotomia direita-esquerda parecer insuficiente para categorizar a agenda política mundial.

Para Bobbio, 1995, a ideologia é um sistema de crenças políticas, ideias e valores que acabam por orientar os comportamentos políticos coletivos. De acordo com o autor, direita e esquerda são termos antitéticos, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. Isto porque de acordo com o autor, nenhum movimento poderia ser ao mesmo tempo de direita e de esquerda. Assim, direita e esquerda indicam programas contrapostos.

O autor concluiu que a dicotomia direita-esquerda continua válida e o que diferenciaria as duas é a questão da igualdade e a liberdade. Enquanto para a esquerda a desigualdade tem causas sociais e deveria ser eliminada, para a direita a desigualdade é característica natural da vida e poderia ser mantida. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p.107). Para direita as desigualdades são naturais e inevitáveis, e, portanto, o foco é a conservação da liberdade.

O fim da Guerra Fria deixou a ideologia de esquerda mais enfraquecida do que a de direita. Isso despertou o interesse de alguns estudiosos, que se dedicaram a estudar o comportamento dos partidos de direita no início do século XXI.

A partir da metodologia de surveys aplicados aos próprios parlamentares, e da análise de seus votos na Câmara dos Deputados, Mainwaring, Meneguello, Power (2000) traçaram alguns pontos interessantes do perfil dos partidos da direita no Brasil.

De acordo com o estudo apresentado pelos autores, os partidos de direita defendem um estado menor, e posições econômicas mais liberais. Em uma outra pesquisa aplicada aos deputados em 1988, Power, identificou que os partidos de direita se autodenominavam liberais em relação à economia, e que em relação a leis ambientais, trabalhistas e o crescimento de encargos sociais, os partidos de direita consideraram os referidos temas como perigosos ao crescimento econômico (POWER, 1990).

Ainda de acordo com este estudo de Power, os partidos de direita tendem a ser mais punitivos em relação a crimes. E no tocante à auto-identificação, quando questionados a respeito de como se situavam na escala direita-esquerda, os partidos de direita não se declaram como extrema direita e em alguns casos se intitulam centro-direita.

Os parlamentares de direita consistentemente se autotransferem à esquerda de onde eles mesmos situam seus partidos. Assim, é uma atitude prevalente entre os membros de partido de direita afirmar que "meu partido pode até ser conservador, mas eu não sou". (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, p. 46, 2000)

Esta negação à extrema direita pode se dever ao fato deste espectro estar muito associado ao retorno do Regime Militar, e como este retorno desagradaria grande parte do eleitorado, os partidos de direita tentam se descolar desta imagem.

Em relação a esta pesquisa, o que se observou no Brasil é que, os partidos de direita no comando do governo tenderiam a manter um estado mais enxuto, pautando suas ações na garantia de estabilidade macroeconômica e interferindo o mínimo possível na dinâmica do mercado. Além disso, partidos conservadores tenderiam a valorizar mais a segurança pública e o combate à inflação (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000).

Como a dicotomia direita-esquerda é um conceito fluido, que não se dá à priori, há momentos em que a ideologia partidária pode estar mais ou menos acirrada na arena política. Com o crescimento do conservadorismo no Congresso Nacional, recentes estudos estão se voltando novamente para os partidos de direita no Brasil.

Babireski (2016) analisou os pequenos partidos de direita no Brasil: PRP, PSC, PSDC e PRTB a partir de seus documentos partidários. O estudo concluiu que os partidos tendem a dar mais ênfase à defesa da segurança pública e da saúde. Em relação à educação, os partidos privilegiam a educação profissionalizante ao ensino fundamental e médio. Estes resultados corroboram outras pesquisas que apontam que a direita tende a priorizar pastas da segurança pública em detrimento de pastas sociais.

A discussão sobre a ideologia não se limitou aos partidos de direita. No Brasil, André Singer foi um dos primeiros pesquisadores a debater a variável no campo do comportamento político no Brasil. Ele realizou sua pesquisa com os dados das eleições presidenciais brasileiras de 1989 e 1994, a partir da autolocalização dos eleitores no contínuo direita-esquerda. Para ele a ideologia não requer a sofisticação política que alguns cientistas defendiam. O conhecimento da escala ideológica seria intuitivo:

esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. (...) Essa intuição ideológica está associada a um conjunto de opiniões que representam (...) o modo pelo qual o eleitor enxerga a sociedade. (SINGER, 1999, p. 143).

Para o autor o conceito esquerda-direita é que vai permitir que os eleitores percebam os partidos para além do que eles apresentam em seus programas. Como uma variável de longo prazo, a ideologia permanece no Brasil como um importante sinalizador da classe de partidos. De modo que se localizar à direita intuitivamente remete a uma postura a favor da manutenção da ordem, enquanto se localizar à esquerda indica uma posição favorável à promoção da igualdade, e de contestação da autoridade repressiva do Estado (SINGER, 1999).

A partir dos surveys de opinião realizadas entre as eleições de 1989 e 1994, Singer constatou que a identificação ideológica seria uma predisposição de longo prazo e que teria sido uma variável central explicativa da decisão de voto para presidente nestes dois pleitos.

Gabriela Tarouco e Rafael Madeira são uns dos pesquisadores políticos brasileiros que mais se dedicaram a classificar os partidos do Brasil em relação à escala ideológica de direita-esquerda. A questão que instiga os autores, é responder à contestação de que a ideologia perde seu papel classificatório dos partidos políticos após a Guerra Fria. O final desta guerra de fato levantou dúvidas acerca da continuidade do poder explicativo da ideologia para organizar os partidos políticos em uma escala de classificação.

Segundo Tarouco e Madeira, 2013, o que ocorre é uma reconfiguração da dicotomia, e esta reconfiguração sofre variações conforme a história e o contexto cultural de cada país. Para dar resposta a esta questão, os autores mobilizaram a literatura nacional e internacional acerca da ideologia, bem como os diferentes critérios empregados para se classificar os partidos sobre o ponto de vista ideológico.

Assim, no artigo “Partidos, Programas e Debate sobre esquerda e Direita no Brasil”, de 2013, os autores testam a escala do Manifesto Research Group – MRG para os partidos brasileiros considerados institucionalizados, de acordo com Rose e Mackie (1988), ou seja, aqueles partidos que disputaram mais de três eleições nacionais.

Foram testados PDT, PTB, PT, PMDB, PDS, PP, PSDB, PDT, PMDB e PFL. Os resultados encontrados divergiram bastante de outras pesquisas com a mesma finalidade no Brasil. Os autores apostaram que estas diferenças se explicam por características

específicas do contexto brasileiro, em especial a redemocratização recente, e a centralidade ou não do apoio ao regime militar para cada partido. Estas variáveis não são consideradas no MRG, ou não possuem a saliência esperada destes temas para o caso brasileiro.

Com vistas a personalizar a categorização dos conteúdos constantes nos documentos produzidos pelos partidos brasileiros, os dois autores criaram novas categorias próprias para o Brasil, dando centralidade ao posicionamento quanto ao regime militar, à intervenção na economia, expansão do welfare state, e referências positivas à classe trabalhadora ou às Forças Armadas.

O resultado deste novo estudo indicou o PT como um partido 100% à esquerda e o PFL 100% à direita. Os restantes ficaram muito próximos ao centro. Cabe ressaltar que com o passar dos anos os programas dos partidos sofrem mudanças e o retorno à democratização perde a saliência que tinha à época da formação dos partidos.

Tarouco e Madeira realizaram nova classificação partidária, desta vez com todos os partidos brasileiros a partir da avaliação de especialistas presentes na Associação Brasileira de Cientistas Políticos ABCP de 2010.

Seguindo a tendência de se estudar partidos da direita, Tarouco e Madeira também fizeram análises específicas dos conteúdos programáticos destes partidos no Brasil. No artigo “A Direita Envergonhada no Brasil: Como Partidos Reinterpretaram seus vínculos com o Regime Militar”, 2010, os autores analisaram a centralidade do apoio ao regime militar nos documentos oficiais dos partidos situados à direita do espectro ideológico com vistas a identificar se os partidos assumiam o apoio ao regime ou se tinham certo desconforto em admitir este apoio.

A partir da análise dos documentos do PFL e do PDS eles constataram que o PFL defendia claramente o liberalismo econômico, a descentralização do poder, e o regime militar como uma etapa fundamental para o país crescer, manter a ordem e evitar o comunismo. Por outro lado, nos documentos encontrados do PDS apesar de haver a defesa de projetos liberais, não havia confirmação de apoio à ditadura militar.

Em relação a posições programáticas e à agenda moral dos partidos de direita no Brasil, de um modo geral podemos afirmar que os partidos de direita valorizam mais a autoridade, a moralidade tradicional e a segurança. E tendem a dar menos valor às minorias desprivilegiadas e às liberdades e direitos humanos (TAROUCO e MADEIRA, 2013). O conservadorismo dos partidos de direita é assim compreendido:

o conservadorismo pode ser entendido como um conjunto de posicionamentos de defesa do controle social pelo Estado contra a falibilidade do indivíduo; de defesa da tradição contra mudanças sociais radicais; de uma defesa organicista do caráter nacional. Em consequência desta definição, consideraremos que a posição oposta inclui elementos emblemáticos do liberalismo (não econômico), tais como a defesa de direitos e liberdades individuais contra a intervenção do Estado; a defesa dos direitos de minorias contra a discriminação e a segregação social; a defesa dos cidadãos contra arbitrariedades dos governos. (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p100)

Após diferentes pesquisas sobre a pertinência da utilização da ideologia como uma estratégia de classificação dos partidos, os autores concluíram que a marca central da ideologia é que ela não é um conceito dado à priori. No caso específico do Brasil, em razão de sua história, o conceito de direita está intimamente relacionado com o Regime Militar. Isso ajuda explica os resultados da pesquisa de Zucco (2009), e de Mainwaring ,Meneguello e Power, 2000, onde os parlamentares à direita tendem a se auto classificarem como centro, em uma tentativa de se afastarem da imagem negativa do Regime Militar. Mas com o passar dos anos, a agenda liberal colocou novas variáveis na arena política, como as privatizações, e a regulamentação da economia. De modo que, a principal dimensão para definir o conteúdo da dicotomia, deixa aos poucos de ser o Regime Militar, e se transforma em novas questões.

Este significado de esquerda e direita, entretanto, não está isento de controvérsias. Contribuem para a polêmica a distinção entre liberalismo econômico e liberalismo político, a frequente confusão com a dimensão progressista-conservador, os partidos religiosos na Europa, as peculiaridades do sistema partidário norte-americano, o fundamentalismo, o fascismo, o esmorecimento das fronteiras entre as bases sociais de classe dos partidos, e mais recentemente, o neoconservadorismo e a dificuldade de enquadrar as chamadas questões pós-materialistas, tais como a questão ambiental e as questões étnicas e de nacionalidades, por exemplo. (TAROUCO; MADEIRA, 2009 p. 4)

Diante da questão relacional do termo, e da dimensão histórica, podemos questionar se seria possível então realizar pesquisas comparadas entre países para aferir ideologia. Quanto a este levantamento, os autores ponderam que não é possível usar indiscriminadamente o conceito clássico de esquerda e direita para qualquer país, sem antes observar questões históricas específicas de maior relevância. No entanto, a fluidez do conceito não é um impeditivo para se investir em estudos comparados.

Outros autores também se debruçaram sobre a utilização da ideologia partidária para classificar os partidos no Brasil. Scheeffler (2016) analisou o peso da ideologia na

Câmara dos Deputados. Para o autor, uma escolha por determinada política, em detrimento de outras, depende da visão do mundo, do homem e da concepção que se tem de Estado, ou seja, depende da ideologia política. Portanto, a ideologia vai importar nas diretrizes das políticas dos gestores públicos.

Analisando votações no Congresso, o autor constatou que, ao contrário dos resultados obtidos por Zucco em 2009, a ideologia pesa mais nas votações do que a posição governo *versus* oposição. Ou seja, a ideologia tem um papel mais explicativo do que o componente estratégico das votações, que poderia ser meramente um voto de oposição. Contudo, estas variáveis podem ser até colineares, pois se o partido no governo tem uma alta fidelidade ao seu programa de governo e ao grupo que o elegeu, sua votação vai refletir ao mesmo tempo sua posição ideológica e seu programa.

Em 2016, Maurício Garcia, realizou uma pesquisa para identificar a classificação dos partidos a partir de 13 votações ~~em~~ na e Câmara dos ~~de~~ Deputados, em 2015. Os resultados indicaram que PSD, PTB, PP, PMDB, PHS, PEN e PSC se situaram 100% à direita. O PSDB ficou situado à direita também, com 83,3%. O partido mais à esquerda foi o PSOL, com 0% à direita. O PT ficou em terceiro lugar da esquerda, nesta classificação. De acordo com este estudo 40% do congresso eleito em 2014 está situado à direita no espectro ideológico.

Além das votações no Congresso, das pesquisas de survey junto aos próprios políticos ou aos especialistas e da análise dos programas partidários, uma medida efetiva para se verificar as preferências ideológicas nas escolhas públicas é analisar como os partidos priorizam seus gastos. A alocação de recursos pode ser considerada como um resultado concreto de como na prática, os partidos priorizam determinados setores, investindo mais recursos orçamentários em uma determinada área.

Algumas pesquisas procuraram identificar padrões de gastos entre partidos de direita e de esquerda no Brasil. Palombo, Avelino e Avarte (2007) investigaram se a ideologia dos governos subnacionais influencia na ocorrência de medidas de ajustes fiscais, nos 26 estados mais o Distrito Federal, entre 1986 até 2003. Os resultados encontrados mostram que a ideologia tem influência significativa na probabilidade do ajuste fiscal, sendo que coalizões de direita para governador têm uma probabilidade maior de realizar o ajuste no segundo ano seguinte à eleição, o que não foi encontrado para coalizões de esquerda.

Alguns anos depois, Avarte, Avelino e Lucinda (2008) estudaram a influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros e também na execução dos recursos orçamentários por área de prioridade. Os autores analisaram o resultado fiscal

dos governos estaduais brasileiros entre os anos de 1986 e 2005.

Em relação à ideologia partidária e tendências de ações no governo, seria esperado que partidos de esquerda dessem ênfase aos setores mais pobres da sociedade, aumentando o tamanho do Estado e direcionando os gastos públicos no sentido de reduzir as desigualdades e aumentar o emprego (AVARTE, AVELINO e LUCINDA, 2008).

Os trabalhos mostraram que a influência da ideologia, tanto dos governadores quanto dos legislativos, é uma variável importante para explicar o resultado fiscal, em relação ao tamanho do gasto total em relação ao PIB.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, em 2012, os mesmos autores analisaram se a ideologia interferia ou não na atenção privilegiada a determinados setores sociais. A partir dos orçamentos de todos os estados, de 1990 até 2000, foi testado se partidos de esquerda gastam mais do que os de direita em pastas sociais. O resultado foi inesperado em relação àquilo que apontam as teorias sobre direita-esquerda. No período analisado, os estados governados por partidos de direita investiram em média 2% mais em gastos sociais do que os governados pela esquerda. Também encontraram que os partidos de esquerda tendem a gastar mais que os de ~~esquerda~~direita, quando se compara a evolução do gasto total em relação ao PIB.

Na mesma intenção, qual seja, de testar a influência da ideologia partidária no comportamento dos estados brasileiros, em 2016, Batista testou os gastos em saúde e educação em relação aos partidos com ideologias distintas. Os resultados mostraram diferenças apenas para os gastos em saúde, onde verificou-se que a esquerda gasta mais.

Diversos pesquisas, portanto, ~~demonstram~~indicam que os partidos brasileiros têm diferenças ideológicas relevantes entre si e se comportam de forma razoavelmente compatível com seu posicionamento ideológico em várias ações políticas.

A presente pesquisa parte da compreensão da ideologia política de acordo com o pragmatismo downsiano, e, portanto, aqui esperamos que os partidos de esquerda, quando eleitos, irão agir beneficiando políticas sociais, ainda que para isto haja expansão dos gastos e da receita.

Por outro lado, espera-se que partidos de direita invistam mais em segurança pública, infraestrutura e transporte, e que optem por um estado mais enxuto, com menos gasto e menos receita.

Neste estudo apostamos que a competição partidária se verifica nas diferentes ênfases a determinadas áreas políticas, refletidas na alocação de recursos orçamentários. Ou seja, onde cada partido gasta mais? Ou, quais partidos gastam mais, e, portanto, optam por

uma maior presença do estado na sociedade? A pergunta que será o norte do trabalho é: *a ideologia política dos partidos influencia na priorização dos gastos e no tamanho total dos gastos, em nível subnacional?*

Para responder a esta pergunta, analisaremos no próximo capítulo as principais características do desenho federativo do Brasil, situando as competências de cada ente na prestação de serviços sociais, para subsidiar a análise dos gastos públicos estaduais no período de 1995 até 2013.

Ainda que não seja foco desta pesquisa fazer uma crítica mais sofisticada sobre o desenho institucional brasileiro, e a divisão de competências no pacto federativo, entendemos que algumas características do desenho, bem como do histórico das políticas em âmbito nacional, podem interferir na priorização dos gastos.

3 FEDERALISMO NO BRASIL E AGENDA DE GASTOS ESTADUAIS

A Constituição Federal de 1988, elaborada à luz da redemocratização, sacramentou o Estado brasileiro como um país federalista. Este desenho é o responsável pela divisão de competência entre os entes estaduais no tocante ao oferecimento de políticas públicas para a sociedade. Para auxiliar a compreensão da agenda de gastos estaduais, é imperioso analisarmos os contornos do modelo federalista brasileiro, bem como as peculiaridades de cada política que será testada neste estudo.

Começaremos falando brevemente das marcas do federalismo brasileiro e em seguida passaremos separadamente por cada setor de gasto.

3.1 Características do Desenho Federalista Brasileiro

Com a missão de se criar uma nova ordem institucional que atendesse aos apelos de um Estado Democrático, Federalista e de Direito, em 1986 foram convocadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como objetivo a redação da nova Constituição Brasileira.

A Constituição de 1988 deveria garantir um sistema estável para o Brasil, e que não estivesse sob o risco de rompimentos institucionais cíclicos (ABRANCHES, 1988). Após

a ruptura do sistema democrático ocorrida em 1964, e dos conflitos recorrentes entre Executivo e Legislativo, que antecederam ao Golpe Militar de 1964, ficou o desafio de se elaborar uma Carta capaz de equilibrar de maneira estável os pilares do Estado brasileiro: presidencialista, federativo, proporcional e multipartidário.

De acordo com Abranches (1988), estas seriam as peculiaridades do Estado Brasileiro à época da elaboração da Constituição de 1988, e que nos guiam até hoje:

Em síntese, a situação brasileira contemporânea, à luz de seu desenvolvimento histórico, indica as seguintes tendências: (a) alto grau de heterogeneidade estrutural, quer na economia, quer na sociedade, além de fortes disparidades regionais; (b) alta propensão ao conflito de interesses, cortando a estrutura de classes, horizontal e verticalmente, associada a diferentes manifestações de clivagens intra e inter-regionais; (c) fracionamento partidário parlamentar, entre médio e mediano, e alta propensão à formação de governos baseados em grandes coalizões, muito provavelmente com índices relativamente elevados de fragmentação governamental; (d) forte tradição presidencialista e proporcional. A primeira indicando, talvez, a inviabilidade de consolidação de um regime parlamentarista puro. A segunda, apontando para a natural necessidade de admitir à representação os diversos segmentos da sociedade plural brasileira; (e) insuficiência e inadequação do quadro institucional do Estado para resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para a manutenção do "equilíbrio constitucional.

Entre as inovações principais da Constituição de 1988, pode-se citar a descentralização política dos estados e municípios, com eleição direta de governos locais, possuindo mandato próprio que não podem ser revogáveis por níveis superiores. Ela também estabelece algum nível de descentralização fiscal (VAZQUES, 2014).

A Constituição irá estabelecer as competências de cada ente para manter a federação brasileira funcionando. As competências podem ser exclusivas ou concorrentes. Cabe ressaltar que a Carta optou pelo modelo de competências concorrentes para a maioria das políticas sociais. Assim, como regra geral, os três níveis de governo terão alguma participação nos serviços públicos (VAZQUES, 2014).

Em relação as competências estaduais, a carta de 88 define como todas aquelas que não lhes são vedadas, conforme enuncia o artigo 25. ²

²Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. § 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões,

Se para os entes estaduais cabem todas as matérias que não lhes sejam vedadas pela Constituição, entre os municípios a Carta de 88 adota o método de enunciar competências explícitas, além de fornecer um critério para o estabelecimento de competências, por meio da cláusula denominada *assuntos de interesse local*.

No que tange à questão tributária, temos atualmente um sistema marcado por alta concentração da arrecadação no nível federal. Cabe aos estados o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias – ICMS, e há entre estes entes subnacionais muita desigualdade horizontal de arrecadação. As transferências constitucionais obrigatórias tenderiam a reduzir desigualdades entre os estados e municípios (ARRETCHE, 2004). Estas transferências ocorrem, na maioria dos casos, independente de lealdade partidária ou da adesão a políticas nacionais. De modo que o desenho do pacto federativo brasileiro, na medida em que atribui a União grande poder regulador, e enorme poder tributário, é suficientemente capaz de obrigar os governos subnacionais a gastar de acordo com as prioridades nacionais. Esta supremacia da União em relação aos demais entes, se verifica perfeitamente nas áreas de saúde e educação (ARRETCHE, 2004).

Ainda que o texto original do federalismo criado pela CF de 88 tenha desenhado um modelo que assegurava uma excessiva autonomia aos entes estaduais, alguns fatores ao longo das últimas décadas restringiram consideravelmente a autonomia de gasto dos estados. (ARRETCHE, 2009). O primeiro fator de restrição é a arrecadação desproporcional da União em relação aos demais entes, que na prática amplia a autoridade da União sobre as unidades subnacionais.

Soma-se a isso a grande capacidade jurisdicional da União. A Constituição de 88 (no art. 21) enumera 25 áreas de competência da União, como as políticas de comunicação, de infraestrutura, de desenvolvimento urbano, de energia e de transporte, além de dar a ela a prerrogativa de “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. O texto autoriza a União a legislar sobre todas as políticas mais importantes do país, mesmo que estas sejam executadas pelos governos subnacionais.

A partir de 1990 a União passou a jurisdicionar sobre as políticas públicas mais relevantes, centralizando novamente o modelo federalista brasileiro. A sequência de legislação aprovada a partir desta década reverteu a arrecadação dos estados para União, bem

constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

como a autoridade para implementação de políticas públicas, assim como gastos e receitas subnacionais (ARRETCHE, 2009). Especialmente no governo de Fernando Henrique, a regulação dos impostos, das políticas e dos gastos dos governos subnacionais esteve no centro da agenda do governo federal.

Portanto, as emendas constitucionais aprovadas ao longo dos anos, bem como algumas leis complementares, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, acabaram por delimitar a capacidade de gasto dos estados.

Neste trabalho nos interessa analisar a trajetória das políticas de segurança pública, transporte, saúde, educação e assistência social nos entes estaduais.

A política de saúde manteve o formato centralizado adotado no regime militar, em que a maioria do financiamento e das diretrizes políticas vêm do governo federal. Na área de educação o modelo de financiamento é historicamente descentralizado e permanece assim até os dias atuais. Em relação à segurança pública, os estados são os grandes provedores desta política, cabendo à união alguns investimentos pessoais, a capacitação e equipamentos. Quanto à assistência social, a carta de 88 avançou muito na afirmação e na ampliação desta política, razão que a fez ficar conhecida como Constituição Cidadã, mas na prática o Suas não conseguiu se consolidar tão bem como o SUS. E no tocante à política de transporte, a descentralização política e a ausência de regulamentação nacional, acabou marginalizando esta pasta.

A seguir cada política social selecionada nas hipóteses deste trabalho será abordada separadamente.

3.2 Gastos em Segurança Pública

Como dito anteriormente, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada em um cenário de redemocratização política e na intenção de assegurar a descentralização fiscal e federativa.

A maior parte das políticas sociais é competência concorrente aos três entes. Assim, todos os entes teriam autorização constitucional para implementar políticas nas áreas sociais, ainda que nenhum deles estivesse simetricamente obrigado a isto (ARRETCHE, 2004).

Apesar da Constituição Cidadã colocar a Segurança Pública no rol de direitos dos cidadãos, ela não está integrada ao sistema de proteção social. No texto constitucional ela está contemplada no artigo 144.³

No Brasil os estados são os grandes responsáveis pela execução da segurança pública (PERES E BUENO, 2013). A primeira ação nacional de coordenação desta área ocorreu no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNPS).

No ano de 2004, durante o governo do Presidente Lula, foi criada a Força Nacional de Segurança com vistas a apoiar estados e municípios em situação de crise. Também foi durante a gestão de Lula que foi criado o Sistema Único de Segurança Pública, SUSP. Na prática este sistema não foi capaz de coordenar nacionalmente as políticas de segurança pública como se pretendia, e com isso os estados permaneceram protagonistas nesta área, prevalecendo as diferenças regionais nas políticas de segurança pública (PERES E BUENO, 2013).

Em 2007 Lula lança o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), mas este programa perde força no governo de Dilma Rousseff.

Apesar de todo o esforço traduzido em diferentes estratégias de programas nacionais, a ausência de lei constitucional de vinculação orçamentária mínima, a exemplo do

³**Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União § 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. § 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

que ocorre nas áreas de saúde e educação, dificultaram a concretização de uma política nacional integrada para a pasta (SANTOS, GONTIJO e AMARAL, 2015).

Nos municípios a participação na política de segurança pública basicamente se restringe às Guardas Municipais.

A política de segurança pública é uma área tradicionalmente prioritária dos partidos de direita. De acordo com Mariano (2004), a pasta da segurança pública sempre foi uma bandeira dos partidos oligárquicos e um tabu para os partidos de esquerda.

Os partidos conservadores adotam uma política mais ostensiva em relação à segurança e investem mais em equipar as polícias (ROLIM, 2006). Já para os partidos de esquerda, a segurança pública é um problema social. Para se reduzir o problema da criminalidade urbana e para assegurar a proteção social, deve se investir na provisão de serviços de educação, saúde, habitação e emprego (SAPORI, 2007).

Além disso, nas pesquisas realizadas com os parlamentares, no voto do congresso, a variável segurança pública, apareceu com grande centralidade para os partidos de direita (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). As pesquisas empreendidas por Tarouco e Madeira em 2013, reafirmam a importância da segurança pública para partidos localizados à direita.

Aqui cabe dizer que a variável gasto pode ser considerada um indicador importante, ainda que não exclusivo, no esforço do governo em relação ao desenvolvimento de uma determinada política (SATYRO, 2006).

Por todo exposto, testaremos a hipótese que o PT na condução de governos estaduais, gasta menos em segurança do que os demais partidos.

3.3 Gastos em Transporte

Ao contrário da saúde e da educação, a política de transporte não é regulamentada nacionalmente, e neste aspecto muito se assemelha à história da política de segurança pública.

Não há obrigação constitucional para investimento mínimo na política de transporte nem determinação para se focalizar em algum setor específico. Enunciado no artigo 22, a política de transporte está distribuída entre os três entes, de acordo o texto constitucional.⁴

⁴ **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; II - desapropriação; III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; IV - águas, energia, informática, telecomunicações e

Compete à União legislar privativamente sobre a política de transporte nacional, o que contempla tanto o transporte quanto o trânsito. Os sistemas de transporte interestaduais e intermunicipais estão sob a responsabilidade dos estados.

Por se tratar de uma pasta não regulamentada nacionalmente, cada estado tem ampla autonomia para investir da maneira como deseja neste setor. Portanto é uma área que poderá refletir com mais liberdade as diferenças ideológicas entre partidos de direita e de esquerda.

Apesar de não termos encontrado estudos nacionais que indiquem que esta área é prioritária para partidos de direita, neste estudo tomaremos a política de transporte como uma pasta mais importante para partidos de direita por se tratar de um setor que afeta a logística do país e que, portanto, afeta o interesse de grandes empresas.

Assim testaremos a hipótese que o PT, na condução de governos estaduais, gasta menos em transporte do que os demais partidos.

Cabe registrar que ainda que em 2015 o transporte tenha sido incluído por força da emenda constitucional 90/2015⁵ como um direito social, como esta pesquisa trabalha com dados orçamentários até 2013, é admissível deixar de incluir até este ano o transporte como uma agenda social.

3.4 Gasto em Educação

Formatado: Manter com o próximo

radiodifusão;V - serviço postal;VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;VIII - comércio exterior e interestadual;IX - diretrizes da política nacional de transportes;X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;XI - trânsito e transporte;XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;XIV - populações indígenas;XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões; XVII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais; XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular; XX - sistemas de consórcios e sorteios; XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares; XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais; XXIII - seguridade social; XXIV - diretrizes e bases da educação nacional; XXV - registros públicos; XXIV - diretrizes e bases da educação nacional; XXIV - diretrizes e bases da educação nacional; XXV - registros públicos; XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza; XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º,XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;XXIX - propaganda comercial.Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artig

⁵Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Diferente da política de segurança pública e de transporte, a educação é rigorosamente regulamentada pelo Governo Federal. Estados e municípios são obrigados a gastarem 25% de seus orçamentos com educação.

Contudo não há uma diretriz única de como devem ser gastos estes recursos de modo a garantir um planejamento nacional de ensino único no Brasil.

Esta tendência centrífuga, comum a sistemas federalistas, poderia ser amenizada caso houvesse no Brasil uma orientação partidária capaz de fazer convergirem os interesses nacionais com os interesses subnacionais (ARRETCHE, 2004). Contudo a alta fragmentação partidária dificulta a redução destes efeitos divergentes nas políticas públicas no país.

A oferta de Educação Fundamental é de competência estadual e municipal.⁶ Ainda que exista previsão constitucional de gastos mínimos nesta pasta, existe muita

⁶Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206 (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. (*) Emenda Constitucional Nº 19, de 1998 Art. 207 (*) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (*) Emenda Constitucional Nº 11, de 1995 Art. 208 (*) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1.º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2.º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3.º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (*) Emenda Constitucional Nº 14, de 1996 Art. 209 O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1.º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. § 2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. **Art. 211 (*)** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1.º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. § 2.º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino

desigualdade horizontal na qualidade do ensino no país. Isto porque os maiores financiadores das políticas de educação são os próprios estados e municípios.

Na tentativa de reduzir estas disparidades, em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento do Ciclo Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef. A partir deste marco, 15% das receitas estaduais e municipais passaram a ir diretamente para o Fundef, e este dinheiro passaria a ser distribuído entre estados e municípios em conformidade ao número de matrículas no ensino fundamental.

Em 2006, no governo Lula, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, ampliando sua extensão para ensino médio e especial, e mantendo a mesma lógica do Fundef, elevando a vinculação de 15% para 20% das receitas subnacionais.

Mesmo com todo o esforço de fazer uma convergência das políticas e programas de educação por meio das transferências federais e da vinculação de gastos, não ocorre na educação uma operacionalização homogênea das políticas no território nacional, e

fundamental e pré-escolar. (*) Emenda Constitucional Nº 14, de 1996 Art. 212 (*) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. § 1.º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir. § 2.º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213. § 3.º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação. § 4.º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários. § 5.º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes. (*) Emenda Constitucional Nº 14, de 1996 Art. 213 Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades. § 1.º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade. § 2.º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público. Art. 214 A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

estados e municípios têm muita autonomia nesta pasta, o que tem por consequência diferenças regionais e interestaduais na prestação de serviços de educação no país.

Como os partidos representam determinados grupos, e como defensores de determinadas questões, seria possível estabelecer uma ordem de prioridade com a provisão de recursos públicos de acordo com a ideologia política dos partidos. O PT, por representar o partido de trabalhadores e de esquerda, identificado com as classes menos favorecidas, de trabalhadores com funções menos sofisticadas e com as classes médias, estaria mais determinado na provisão de políticas sociais como a educação, e tenderia a aumentar o gasto para investir neste setor.

Pelo exposto, esperamos que o PT invista mais em educação do que os demais partidos.

3.5 Gasto em Saúde

A pasta da saúde está agrupada na Constituição no capítulo da seguridade social.⁷ Assim, espera-se que partidos de esquerda invistam mais em saúde do que partidos de

⁷**Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. **Art. 197.** São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. **Art. 198.** As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. § 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) § 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) § 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) I - os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela

direita. Ao contrário das demais áreas, na pasta da saúde a União é a grande articuladora do Sistema Único de Saúde - SUS (MENICUCCI, 2014). A União também é a principal financiadora deste Sistema. O Ministério da Saúde tem autoridade para tomar as principais decisões da área, e estas decisões têm vinculação aos estados e aos municípios. O governo federal possui influência financeira e institucional para influenciar os gastos locais em saúde (ARRETCHE, 2004). Por meio de portarias, o executivo federal condiciona suas transferências à adesão dos estados e municípios às políticas nacionais. Assim, ainda que os estados sejam politicamente autônomos, eles optaram por aderir ao SUS em função da dependência das transferências federais.

Em 2000, foi aprovada uma emenda constitucional obrigando os governos municipais a gastarem 15% de suas receitas com saúde, e os estados a gastarem 12%. O Ministério da Saúde é capaz de coordenar a política nacional de saúde pela transferência de receitas, vinculação de gastos e condicionamento das transferências a adesão das unidades às portarias do Ministério (VAZQUEZ, 2014). Portanto o nível de autonomia de execução estadual nesta pasta é baixo.

União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) § 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) § 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) (Vide Medida provisória nº 297, de 2006) Regulamento § 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006) Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. § 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. § 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei. § 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização. Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico; VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Em relação aos gastos com saneamento, até 2002 estados e municípios lançavam gastos em saneamento como despesas em saúde. No entanto, em maio de 2003, a Resolução nº 322/03 do Conselho Nacional de Saúde vedou expressamente este arranjo, e a partir daquele ano as duas funções de despesas passaram a ser consideradas separadamente no orçamento público.

Em 2016 Batista estudou os gastos públicos em saúde e educação nos estados brasileiros e encontrou uma correlação positiva entre partidos de esquerdas e investimento em saúde para além do mínimo constitucional.

A despeito do mínimo constitucional que todos os entes devem investir em saúde, esperamos que o PT invista mais neste setor que os demais partidos.

3.6 Gasto em Assistência Social

A Constituição Federal de 88 inovou em estabelecer a assistência social como política pública, inclusive para os que não podem contribuir para ela.⁸

Na área da assistência social é a União a grande reguladora das políticas. Durante o Governo de Fernando Henrique diferentes instâncias foram criadas para estruturar a política de assistência social, como o Conselho Nacional de Assistência Social, o Fundo Nacional da Assistência Social, e a capilarização de conselhos, fundos e planos de assistência nos municípios. Em 2001, 4105 de 5160 municípios brasileiros já estavam contemplados com as políticas de assistência social. Além destas ações, neste período foram implementados Benefícios de Prestação Continuada – BPC (PALOTTI, 2009).

⁸ **Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.* Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados."(NR)* Acrescentado pelo [art. 1º da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003.](#)

A primeira Lei Orgânica que definiu as diretrizes centrais dos programas e políticas de assistência social – Loas, foi publicada em 1993, com atribuições entre os entes federais para implementação da política.

A Loas prevê um sistema integrado único de assistência social, o Suas, que foi criado apenas em 2005, no governo de Lula, e liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Foi a primeira experiência no Brasil em termos de gestão compartilhada, cofinanciamento e cooperação técnica entre os entes federados nesta pasta (CASTRO, 2012).

Em relação ao financiamento, os três entes dedicam parte de suas receitas tributárias diretamente a esta pasta. Além disso, a União também faz alguns repasses para os estados e municípios. No entanto não há vinculação constitucional de despesa mínima nesta área, a exemplo do que acontece com educação e saúde. Além disso, nesta pasta, os estados têm pouca atuação. A maior parte das políticas é executada diretamente pelos municípios.

A dotação orçamentária da Assistência Social integra, juntamente com as políticas de Previdência e Saúde, o Orçamento da Seguridade Social - OSS, que prevê como fonte de financiamento recursos provenientes dos orçamentos das três esferas de governo bem como de contribuições sociais, por empregador, empresa e entidade, folha de salários e rendimentos pagos a pessoas físicas, receita ou faturamento, lucro, trabalhador e segurado da previdência, receita de prognósticos e importações, em conformidade com o Art. 195 da Constituição Federal ⁹.

⁹**Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; II - dos trabalhadores; III - sobre a receita de concursos de prognósticos. § 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União. § 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos. § 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. § 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I. § 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. § 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b. § 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. § 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Em relação às competências estaduais na realização de políticas de assistência social, destacam-se as seguintes ações: destinação de recursos aos municípios para pagamento de auxílio natalidade e funeral, mediante critérios definidos pelos Conselhos de Assistência Social; apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos em âmbito regional ou local; apoio técnico e financeiro a associações e consórcios de municípios na oferta de serviços, programas e projetos; e execução direta de serviços regionalizados, na ausência dos municípios (CASTRO, 2012).

Historicamente, o que separa a direita da esquerda é a questão da desigualdade. Para a direita a desigualdade faz parte da sociedade, para a esquerda a desigualdade é uma disfunção da sociedade e o estado deve combatê-la (BOBBIO, 1995).

Portanto, é esperado que o PT gaste mais com assistência social do que os demais partidos.

4 METODOLOGIA DE ESTUDO

Este trabalho pode ser enquadrado como uma pesquisa explicativa, apesar de apresentar em sua análise de dados uma parte de pesquisa descritiva. Pesquisas explicativas exploram relações de causa e efeitos, e via de regra são viabilizadas por meio de análises multivariadas (TRIOLA, 2005).

O objetivo central deste trabalho é identificar se partidos de direita e de esquerda se diferenciam na execução de seus orçamentos, em nível estadual. Para proceder a

esta análise, foram utilizados os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre a execução orçamentária de todos os estados de 1995 até 2013, no site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/prefeituras>.

Como banco de dados para consulta na STN dispõe de uma série temporal de 1995 até 2013, este trabalho fica limitado a utilizar estes dados longitudinais, procedendo à análise da LOA, testando especificamente os gastos em segurança pública, transportes, saúde, educação e assistência social. Além disso, o estudo vai analisar a expansão da receita total e da despesa total no mesmo período para os estados.

Quanto à seleção de estados, o critério adotado foi testar os estados governados pelo PT em pelo menos um mandato ao longo de 1995 até 2013. Apesar do PT não ser o único partido de esquerda do Brasil, fizemos este recorte por ser o partido de esquerda mais expressivo nacionalmente, e por ter maior grau de institucionalização em relação aos demais partidos situados à esquerda. Assim este estudo irá testar o PT como partido de esquerda. E aqui chamaremos a contraposição ao PT, como “demais partidos”.

O quadro abaixo mostra os governadores que chefiaram o executivo estadual durante o período analisado em todos os estados.

Quadro 1 – Estados e Partidos de 1994 a 2013

(Continua)

Eleições 1994		Eleições 1998		Eleições 2002		Eleições 2006		Eleições 2010	
Acre	PPB/PFL	Acre	PT	Acre	PT	Acre	PT	Acre	PT
Alagoas	PMDB	Alagoas	PSB	Alagoas	PSB	Alagoas	PSDB	Alagoas	PSDB
Amapá	PSB	Amapá	PSB/PT	Amapá	PDT	Amapá	PP	Amapá	PSB
Amazonas	PPR	Amazonas	PFL	Amazonas	PPS	Amazonas	PMDB	Amazonas	PMN
Bahia	PFL	Bahia	PFL	Bahia	PFL	Bahia	PT	Bahia	PT
Ceará	PSDB	Ceará	PSDB	Ceará	PSDB	Ceará	PSB	Ceará	PSB
DF	PT	DF	PMDB	DF	PMDB	DF	PFL	DF	PT
(Conclusão)									
Espírito Santo	PT/PV	Espírito Santo	PSDB	Espírito Santo	PSB	Espírito Santo	PMDB	Espírito Santo	PSB
Goiás	PMDB	Goiás	PSDB	Goiás	PSDB	Goiás	PP	Goiás	PSDB
Maranhão	PFL	Maranhão	PFL	Maranhão	PFL	Maranhão	PDT	Maranhão	PMDB
Mato Grosso	PDT	Mato Grosso	PSDB	Mato Grosso	PPS	Mato Grosso	PPS	Mato Grosso	PMDB
Mato Grosso do Sul	PMDB	Mato Grosso do Sul	PT	Mato Grosso do Sul	PT	Mato Grosso do Sul	PMDB	Mato Grosso do Sul	PMDB

Sul		Sul						Sul	
Minas Gerais	PSDB	Minas Gerais	PMD B	Minas Gerais	PSD B	Minas Gerais	PSDB	Minas Gerais	PSD B
Pará	PSDB	Pará	PSDB	Pará	PSD B	Pará	PT	Pará	PSD B
Paraíba	PMDB	Paraíba	PMD B	Paraíba	PSD B	Paraíba	PSDB	Paraíba	PSB
Paraná	PDT	Paraná	PFL	Paraná	PM DB	Paraná	PMDB	Paraná	PSD B
Pernambuco	PSB	Pernambuco	PMD B	Pernambuco	PM DB	Pernambuco	PSB	Pernambuco	PSB
Piauí	PMDB	Piauí	PMD B	Piauí	PT	Piauí	PT	Piauí	PT/PSB
Rio de Janeiro	PSDB	Rio de Janeiro	RJ	Rio de Janeiro	PSB	Rio de Janeiro	PMDB	Rio de Janeiro	PM DB
Rio Grande do Norte	PMDB	Rio Grande do Norte	RN	Rio Grande do Norte	PSB	Rio Grande do Norte	PSB	Rio Grande do Norte	DE M
Rio Grande do Sul	PMDB	Rio Grande do Sul	PT	Rio Grande do Sul	PM DB	Rio Grande do Sul	PSDB	Rio Grande do Sul	PT
Rondônia	PMDB	Rondônia	PFL	Rondônia	PSD B	Rondônia	PPS	Rondônia	PM DB
Roraima	PTB	Roraima	PPB	Roraima	PSL	Roraima	PSDB	Roraima	PSD B
Santa Catarina	PMDB	Santa Catarina	PPB	Santa Catarina	PM DB	Santa Catarina	PMDB	Santa Catarina	DE M
São Paulo	PSDB	São Paulo	SP	São Paulo	PSD B	São Paulo	PSDB	São Paulo	PSD B
Sergipe	PSDB	Sergipe	PSDB	Sergipe	PFL	Sergipe	PT	Sergipe	PT
Tocantins	PPR	Tocantins	PFL	Tocantins	PFL	Tocantins	PMDB	Tocantins	PSD B

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, o estudo analisará, comparativamente, os orçamentos executados nos estados do Acre, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Pará, Piauí, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e Sergipe, controlando a ideologia política dos partidos na alocação prioritária de recursos orçamentários.

Optamos por escolher uma variável dicotômica para testar as hipóteses (*dummies*), atribuindo o valor 1 para PT, e o valor 0 para os demais partidos que não PT.

Imperioso destacar outra limitação da pesquisa, novamente em razão da organização dos dados disposta na Secretaria do Tesouro Nacional, no que tange ao agrupamento de funções da despesa. No tópico seguinte adentraremos em algumas especificidades do orçamento público brasileiro. Mas já nos antecipamos em informar que ele se subdivide em categorias denominadas funções da despesa. Até 2001 o orçamento da saúde era agrupado junto com o de saneamento. Da mesma forma o orçamento da educação era agrupado junto com o da cultura, e o orçamento da assistência social era agrupado junto com

o da previdência social. A partir de 2002, as funções orçamentárias supracitadas se dividem e passam a ser dispostas separadamente na LOA.

No esforço de aproveitar a maior série possível para o banco de dados deste trabalho, optamos por manter as funções agrupadas, tal como antes de 2001, de 2002 até 2013. Assim, continuamos somando as funções *saúde e saneamento*, *educação e cultura*, e *assistência social e previdência social*. Por fim, corrigimos os valores orçamentários de acordo com o Índice Geral de Preço de Mercado – IGPM, do último dia do ano, de cada ano.

A seguir, repassaremos pelos conceitos principais do orçamento público brasileiro, sem maiores aprofundamentos. Apenas para iluminar a pesquisa.

4.1 Orçamento Público Brasileiro

O modelo de orçamento público foi criado com a Constituição Federal de 1988, com vistas a induzir o processo de planejamento governamental que conectasse a elaboração do orçamento e sua execução. O orçamento público é uma lei autorizativa, onde o poder legislativo autoriza o poder executivo a executar determinados gastos. Existem três leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA).

A lei orçamentária é o instrumento legal que fixa os gastos que serão realizados (despesas) na consecução dos programas de governo. Cada ente federativo possui uma lei orçamentária específica. E é por meio do orçamento público que os estados são capazes de realizar políticas públicas.

Como o objetivo mais saliente deste estudo é analisar a influência da ideologia partidária na escolha dos gastos públicos nos governos subnacionais, o orçamento público e, mais concretamente, a lei orçamentária anual dos estados será a fonte de dados que subsidiará todos os testes do nosso trabalho.

O orçamento público foi instituído no modelo da tríade PPA, LDO e LOA. O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo, em que constam as ações governamentais previstas para quatro anos, fixando os investimentos prioritários do governo. A LDO é o instrumento que desdobra o PPA, que traduz, ano a ano, as metas qualitativas e quantitativas do PPA. E a LOA é o instrumento de execução prática das atividades do governo para um determinado ano. O objetivo da tríade é propulsionar o planejamento estratégico das unidades subnacionais, fazendo com que os governantes pensem para além do curto prazo, e estabeleçam políticas e diretrizes de médio prazo para a concretização das

políticas públicas continuadas, sem que haja interrupções abruptas a cada alternância de governo.

A constituição vigente designa ao poder executivo a responsabilidade pelo sistema de planejamento e orçamento dos estados, bem como a iniciativa dos processos de lei do PPA, da LDO e da LOA. Anualmente o poder executivo tem a competência de planejar uma nova lei orçamentária correspondente às intenções dos governos na implementação de políticas públicas.

Para Felellini (1994), o orçamento público é basicamente um resumo dos planos de receita e despesa do governo para um determinado ano. Nesta lei constaria uma lista detalhada dos custos das atividades governamentais e de onde vêm suas fontes de financiamento.

O orçamento público atende a diversas funções como planejamento, controle gerencial, administrativo, contábil e financeiro (NOBLAT, 2007). Além de fixar limites para a execução de gastos públicos, ele permite a identificação de responsabilidades desde a sua elaboração, aprovação e execução (SANCHES, 1993).

O orçamento, em termos de processo, envolve a elaboração técnica e a negociação política em torno dos gastos e programas que serão implementados. Com bases nas diretrizes políticas do governo, órgãos e entidades dos três poderes encaminham suas propostas para as secretarias estaduais de planejamento e orçamento, que consolidam a proposta e a encaminham às Assembleias Legislativas estaduais.

A assembleia analisa o projeto, e pode fazer modificações no texto. Após esta etapa, ela submete o orçamento à votação dos deputados estaduais e depois encaminha para sanção do governador. Após sanção pelo governador, o executivo determina as normas que orientam a execução do orçamento de um determinado exercício por meio de Decreto de Execução Orçamentária. Após sua execução, na etapa de avaliação e controle as contas executadas são submetidas aos Tribunais de Contas estaduais.

Algumas dúvidas podem ser suscitadas acerca de em que medida o executivo teria ampla autonomia na elaboração de seu orçamento, uma vez que a assembleia poderia fazer alterações em seu texto, e em última instância, seria a própria assembleia que aprova a peça orçamentária.

Uma das maiores críticas que os estudiosos fazem sobre o processo orçamentário vigente é o fato dele ser autorizativo e não impositivo. Ou seja, o legislativo autoriza o orçamento, mas após sua autorização o executivo pode executá-lo ou não conforme o texto autorizado. Isto porque a LOA é do tipo autorizativa, dando abertura para que o

governador use seu poder discricionário para realizar alterações na hora de executar seus gastos. Portanto, caso o executivo não execute o orçamento em conformidade com o que foi autorizado em lei, não poderá ele ser responsabilizado administrativamente, em termos de improbidade.

Assim, não será foco deste trabalho analisar a composição da assembleia, em relação ao perfil ideológico ou se o governador tem ou não maioria nesta casa. Ainda que o governador não conte com a maioria na assembleia, ou que o presidente da assembleia não seja alinhado com o governador, pressupõe-se aqui que o governador tem autoridade e legitimidade para executar seus gastos conforme suas prioridades. E nosso estudo analisará as despesas executadas, ou seja, a despeito do valor que tenha sido votado na LOA, utilizaremos na pesquisa o que realmente os estados gastaram em cada função da despesa selecionada em nossas hipóteses.

Pensando em um estado de planejamento, o PPA foi estabelecido pelo parágrafo 1º do artigo 165¹⁰ da Constituição Federal de 1988. De forma regionalizada, ele define diretrizes, objetivos e metas da administração pública e dos programas de duração continuada. Na prática ele é o plano que traduz todo planejamento estratégico de governo para os quatro anos seguintes, e que não coincide com o mandato do chefe do poder executivo. Com o intuito de evitar grandes rupturas com as eventuais mudanças de governo, cada PPA inicia no segundo ano de governo do mandatário e vai até o primeiro ano de governo do mandatário seguinte.

O PPA deve ser encaminhado ao poder legislativo até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato do governador. E o legislativo deve encaminhar para a sanção do executivo até 22/12, também do primeiro exercício financeiro.

O próximo sustentáculo da tríade de planejamento orçamentário é a LDO. Esta lei foi estabelecida pelo parágrafo 2º, do artigo 165 da Constituição de 1988:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de

¹⁰ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Sua função central é emanar as diretrizes principais que nortearão todas as decisões de alocação financeira que vão ser apresentadas na LOA. Esta lei orienta, fixa metas e prioridades da administração pública e representa a etapa anual do PPA.

O executivo deve encaminhar a LDO para o legislativo até o dia 15/04. Se ele não encaminhar a LDO dentro do prazo, fica valendo a LDO vigente. O legislativo, após avaliar a LDO deve encaminhar ao executivo até 17/07.

Por fim, o ultimo pilar da tríade, e objeto de nossa análise é a LOA. Esta lei também foi estabelecida no artigo 165 da Carta de 1988, no seu 5º parágrafo:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

A LOA é o orçamento propriamente dito e trata de três temas principais: orçamento fiscal, orçamento de investimento das estatais e orçamento da seguridade social.

Em 1998 houve uma alteração metodológica muito significativa nos paradigmas principais de elaboração do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos públicos (Loas). A partir do exercício fiscal de 2000 os orçamentos foram elaborados já com as novas orientações. Os marcos legais

desta reforma¹¹ do sistema de planejamento e orçamento públicos foram: Decreto nº 2829, de 28 de outubro de 1998 e, a Portaria nº117 de 12/11/98. Esta portaria foi substituída em 1999 pela Portaria de Orçamento e Gestão nº 42 de 14/4/99.

Cabe ao governador eleito a responsabilidade de elaborar o seu plano de ação governamental, promovendo o direcionamento de despesas públicas para setores considerados prioritários de acordo com sua plataforma de campanha e as demandas da sociedade. Caso o governador elabore um plano de governo que não represente as ações que ele defendeu durante sua campanha, pode lhe faltar legitimidade para governar. Portanto, é esperado que as prioridades alocativas dos governos reflitam suas preferências político-ideológicas. Uma vez que os recursos são limitados na execução dos gastos públicos, os partidos políticos irão priorizar determinadas áreas públicas de acordo com a saliência que aquela matéria tem em suas plataformas eleitorais. Ainda que os gastos não sejam a única medida de se aferirem preferências ideológicas, a execução das despesas dá pistas concretas daquilo a que de fato os governos se dedicaram mais em termos de prioridade no uso de recursos.

4.2 Hipóteses de Pesquisa

Mediante a literatura apresentada sobre a ideologia dos partidos políticos, algumas hipóteses foram formuladas para o contexto, que considera a ideologia como uma forma de ver o mundo que pode ser convertida em estratégias de política, onde partidos com ideologias diferentes optam por ações diferentes. Dessa forma, as cinco primeiras hipóteses formuladas dizem respeito às diferenças que o PT e os demais partidos, devem ter, em relação à suas prioridades de gastos.

H 1. O PT, quando no exercício poder do executivo estadual, gasta mais em educação do que os demais partidos.

H 2. O PT, quando no exercício poder do executivo estadual, gasta mais em saúde do que os demais.

H 3. O PT, quando no exercício poder do executivo estadual, gasta mais em assistência social do que os demais partidos.

¹¹ Esta reforma pode ser a justificativa para a grande alteração encontrada em todos os dados das Loas disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional. No banco de dado oficial do Governo Federal, há uma variação muito grande dos dados de 1999 para 2000.

H 4. O PT, quando no exercício poder do executivo estadual, gasta menos em segurança pública do que os demais partidos.

H 5. O PT, quando no exercício poder do executivo estadual, gasta menos em transporte do que os demais partidos.

Além disso, vamos testar se os partidos de ideologias diferentes, se diferenciam em relação à expansão da despesa e da receita. Baseado nestas últimas nuances de escolhas orçamentárias, formulamos nossas hipóteses finais.

H 6. Os demais partidos, quando no exercício poder do executivo estadual, têm menor receita total do que o PT.

H 7. Os demais partidos, quando no exercício poder do executivo estadual, têm menor despesa total do que o PT.

4.3 O Modelo Econométrico

A ciência política, assim como a maior parte das ciências modernas, faz uso de técnicas estatísticas que têm por objetivo auxiliar na mensuração e análise dos efeitos de variáveis provenientes de situações dispersas no ambiente. Tais técnicas podem, por exemplo, sistematizar e possibilitar a visualização de comportamentos em que há dados numerosos, como a utilização do orçamento público, o desempenho de gastos em campanhas políticas, as taxas de inflação, o crescimento ou decrescimento do produto bruto interno (PIB), entre outros fatores. Originalmente estas técnicas de análise estatística foram aplicadas para se compreender fenômenos econômicos e assim a área de estudos mais ambiciosamente estatísticos também em outras áreas do conhecimento em ciências humanas ficou conhecida como 'econometria'. De acordo com Wooldridge, 2013:

A econometria é baseada no desenvolvimento de métodos estatísticos para estimar relações econômicas, testar teorias, avaliar e implementar políticas de governo e de negócios. A aplicação mais comum da econometria é a previsão de importantes variáveis macroeconômicas (...). Ainda que as previsões de indicadores econômicos sejam bastante visíveis e, muitas vezes, extensamente publicadas, os métodos econométricos podem ser usados em áreas econômicas que não têm nada a ver com previsões macroeconômicas. (WOOLDRIDGE, 2013, p.1)

A econometria, filiada aos métodos quantitativos, foi mobilizada neste estudo por disponibilizar um ferramental técnico que possibilitasse prever séries temporais em meio

à análise multivariada, o que se enquadra com o desafio proposto nesta dissertação. Além do mais, Wooldridge (2013), argumenta que a econometria se separa da estatística por não trabalhar com dados experimentais (coletados e controlados em laboratório), mas sim com dados observacionais ou retrospectivos. Os dados observacionais são aqueles em que o pesquisador é um coletor passivo de informações que estão pulverizadas na sociedade e o faz para compreender fenômenos, causalidades e relações.

Do ponto de vista operacional foram mobilizadas estatísticas descritivas (frequência e medidas de tendências centrais), testes de hipóteses (por meio da Correlação de Spearman, teste de média e Anova) e análise multivariada (regressão linear – MQO Mínimos Quadrados Ordinais). Abaixo serão apresentadas cada uma das técnicas utilizadas, referentes aos testes de hipóteses e à análise multivariada.

4.3.1 Correlação de Spearman (Rô)

Para descrever em que medida a receita, despesa e ideologia partidária tendem a mudar juntas, esta pesquisa utilizará do coeficiente de Correlação de posto de Spearman, que irá indicar a força e a direção desta relação. Apesar das semelhanças com o coeficiente de Pearson, Spearman foi escolhido nesta pesquisa, pois estamos trabalhando com variáveis quantitativas e qualitativas, uma vez que para a ideologia partidária utilizamos variável dummie.

O valor do coeficiente de correlação de Spearman, Rô, está compreendido no intervalo de -1 a 1, e será mais forte à medida que se aproxima de 1. Se não houver correlação nos dados, o valor de Rô será muito próximo de zero.

4.3.2 Anova (Teste f)

Outro teste utilizado para completar nossa análise do comportamento orçamentário dos estados em relação à ideologia partidária dos governos, foi o teste de Anova. O objetivo do teste de Anova é testar a significância das relações descritas em nosso modelo. A partir do teste de Anova / F, poderemos decidir se determinada afirmação acerca de um comportamento esperado de partidos de direita e de esquerda é verdadeira. A partir deste teste verificaremos tanto a hipótese nula (afirmação verdadeira do modelo, onde o parâmetro encontrado é o mesmo que o esperado) quanto a hipótese alternativa (afirmação

falsa, onde o parâmetro encontrado é maior ou menor que o valor esperado). Estas hipóteses devem ser mutuamente exclusivas sobre uma população.

4.3.3 Teste de média (Teste t)

Por fim, utilizamos também o teste de igualdade de variâncias - T, indicado para comparações entre médias, para verificar se existe alguma tendência homogênea entre partidos de direita e partido de esquerda em relação ao tamanho da receita e da despesa. O objetivo principal de mais um teste de significância é ter a segurança de que as diferenças observadas nos dados não são apenas casuais.

4.3.4 Regressão Linear – Mínimos Quadrados Ordinários

A análise de regressão múltipla permite controlar, por meio da suposição *ceteris paribus*, como as variáveis independentes em seu conjunto afetam a variável dependente. Segundo Wooldridge (2013, p. 64), devido ao fato de os modelos de regressão múltipla acomodarem muitas variáveis explicativas (independentes) que podem estar correlacionadas, estes modelos admitem inferir causalidade nos casos em que a análise de regressão simples seria insuficiente para apresentar uma explicação mais robusta. Tendo em vista a complexidade do tema trabalhado nesta dissertação faz-se necessário adotar modelos multivariados para compreender como os gastos ocorreram tendo em vista a atuação do PT e de outros partidos.

As variáveis dependentes e as variáveis independentes estão apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 2 – Variáveis dependentes

Variáveis dependentes	Característica	Explicação
Gasto com Segurança Pública	Variável numérica	Gasto em reais da segurança pública corrigido pela inflação

Gasto com Transporte	Variável numérica	Gasto em reais do transporte público corrigido pela inflação
Gasto com educação	Variável numérica	Gasto em reais da educação pública corrigido pela inflação
Gasto com saúde	Variável numérica	Gasto em reais da saúde pública corrigido pela inflação
Gasto com assistência social	Variável numérica	Gasto em reais da assistência social corrigido pela inflação

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3 – Variáveis independentes

Variáveis independentes	Característica	Explicação
Ano / Tempo	Variável numérica	Série temporal que contempla os anos de 1995 a 2013
Partido do Governo Estadual	Variável dummy	1 = PT 0 = Outros partidos
Interação do tempo X partido	Variável numérica resultante da multiplicação da variável ano/tempo vezes o partido	Variável que tem por finalidade conhecer o efeito do gasto pelos partidos (PT e outros) ao longo do tempo.
Estados	Variável dummy para cada Estado	1 = Estado analisado 0 = Outros Estados
Despesas	Variável numérica	Despesas totais em reais corrigida pela inflação
Receita	Variável numérica	Receita total em reais corrigida pela inflação
Proporção do gasto	Variável numérica	Divisão entre o valor do gasto específico e os gastos totais.

Fonte: elaboração própria.

É importante deixar claro que foi preciso realizar uma regressão para cada um dos gastos aqui analisados. Devido à natureza numérica das variáveis dependentes (valores em reais dos gastos disponíveis por ano de 1995 a 2013) o modelo utilizado foi a Regressão Linear – MQO (Mínimos Quadrados Ordinais). Segundo Stevenson (1981, p. 341), “a Regressão Linear constitui uma tentativa de estabelecer uma equação matemática linear (linha reta) que descreva o relacionamento entre duas variáveis ou mais”. Ainda segundo o autor, a equação de regressão permite explicar valores de uma variável em termos da outra, ou seja, é capaz de investigar relações de causa e efeito entre variáveis. A equação linear múltipla apresenta a seguinte estrutura em que b_0 é a cota da reta em $x = 0$ e b_i é o coeficiente angular.

$$y = b_0 + b_1x_1 + b_2x_2 + b_kx_k + u$$

Desse modo as equações utilizadas para analisar os gastos dos estados para cada uma das categorias indicadas (segurança pública, transporte, educação, saúde e assistência social, receita total e despesa total) estão expressas abaixo:

$$\text{Gasto específico} = b_0 + b_1.\text{Partido Governo Estadual} + b_2.\text{Despesa} + b_3.\text{Receitas} + b_4.\text{Proporção do gasto} + b_5.\text{Tempo} + u$$

Os modelos de equações foram feitos para todos os gastos aqui trabalhados. Portanto, foram feitos 07 modelos de regressão, um para cada variável testada.

A seguir serão apresentados os resultados provenientes do conjunto de análises que foram realizadas. O capítulo se iniciará com uma análise global dos gastos e despesas por Estado e na sequência serão detalhados os tipos de gastos e a relação que possuem com o partido do chefe do executivo estadual.

5 ANÁLISE DE DADOS

As análises que combinam variáveis econômicas com variáveis políticas buscam demonstrar ou explicar como o desígnio político pode influenciar o comportamento econômico de uma sociedade.

Neste trabalho procuraremos identificar se governos com orientações ideológicas distintas, e, portanto, comprometidos com grupos de interesses distintos, fazem escolhas políticas diferentes em relação a gastos públicos.

Como foi apresentado no capítulo anterior, esta pesquisa consta de uma parte descritiva, e de outra parte explicativa.

Em relação à política macroeconômica, os estados não têm nenhuma influência direta em decisões sobre políticas de desemprego ou de inflação. Contudo, é possível inferir algumas tendências econômicas dos governadores dos estados, a partir da expansão de gastos, ou da opção de se fazer superávit, por exemplo.

De acordo com a literatura, estados governados por partidos de esquerda tenderiam a gastar mais, uma vez que para a ideologia de esquerda, o estado tem um papel central na redução da desigualdade e na gestão e execução de políticas e serviços públicos (BOBBIO, 1995). Pesquisas recentes aplicadas nos estados brasileiros, encontram resultados que corroboram com a de Bobbio. Partidos de esquerda no Brasil tendem a expandir os gastos totais (LUCINDA, AVELINO e ARVATE, 2008). E também indicam que os partidos de esquerda exercem maior intervenção nos resultados econômicos através da ampliação dos gastos públicos (ARAÚJO e FILHO, 2010).

A seguir analisaremos a expansão da receita total e da despesa total de Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe. A intenção é identificar se há alguma correlação entre ideologia partidária e aumento da receita e da despesa. Além da visualização dos gráficos, rodamos o teste de Spearman para cada um dos estados, para aferir se existe ou não correlação entre estas variáveis. Também rodamos o teste de Média e o teste ANOVA para receita, despesa, e para os gastos em segurança pública, transporte, educação, saúde e assistência social.

Os resultados serão apresentados a seguir.

5.1 Demonstrando como os Estados se Comportam em Relação à Receita e à Despesa

Os testes de Média e de Anova indicarão para cada estado se há diferenciação entre gastos com segurança pública, transportes, educação saúde, e assistência social, bem como em relação ao tamanho da receita total e da despesa total, em relação à ideologia do

partido que governa o estado: PT *versus* demais estados. Mas ainda não indicarão como será esta diferenciação. Somente saberemos a direção destas diferenciações nos modelos de regressão linear, que serão apresentados no item 5.2.

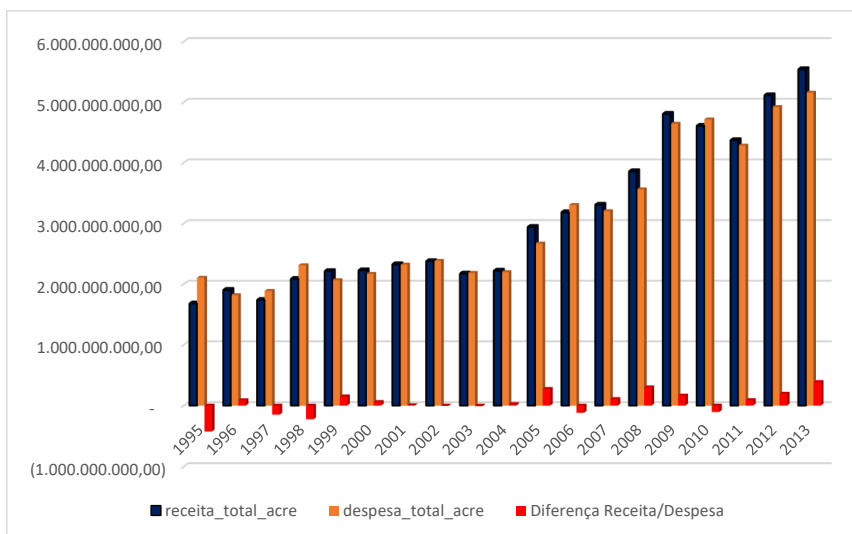
No teste de Spearman, testaremos especificamente a receita total e a despesa total, indicando se PT ou se os demais partidos tendem a ter maior receita ou maior despesa.

5.1.1 Estado do Acre

O estado do Acre foi governado de 1994 até 1998 pelo PFL. De 1999 até 2013, o estado foi governado pelo PT.

O gráfico abaixo mostra o comportamento da receita total e da despesa total do Acre durante o período de 1995 até 1998.

Gráfico 1 – Comportamento Orçamentário Acre – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

No teste de Spearman encontramos correlação entre o PT e o aumento da receita, com $R\hat{o} = 0,955$. E correlação também entre o PT e o aumento da despesa, $R\hat{o} = 0,935$.

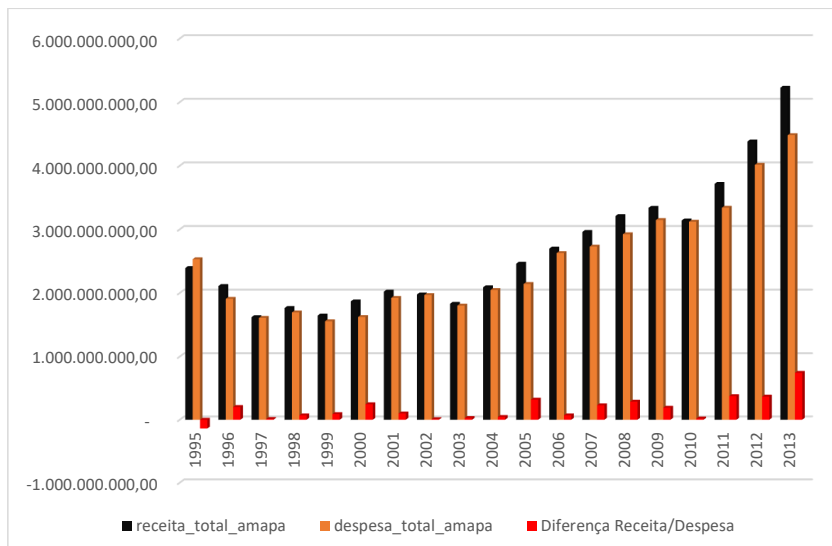
E no Teste de Média também encontramos variações significativas entre o PT, e demais partidos nos gastos em saúde, na despesa total e na receita total.

5.1.2 Estado do Amapá

Entre 1995 e 2013 o estado do Amapá foi governado por quatro partidos políticos a saber: PSB de 1995 a 1998; PT de 1999 até 2002; PDT de 2003 a 2010; e PP de 2011 a 2013.

O gráfico abaixo mostra o comportamento do orçamento público do Amapá no referido período.

Gráfico 2 – Comportamento Orçamentário Amapá – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao Amapá, o teste de Spearman não indicou tendência para aumento de despesa total ou receita total para nenhum sentido. Neste estado, a despesa total tende a aumentar com o aumento da receita total, independente do partido, com $R\hat{o} = 0,977$.

No Teste de Média encontramos diferença significativa nos gastos com educação, e assistência social.

No período analisado, a ideologia partidária não foi capaz de explicar o comportamento orçamentário, em relação a receita total e a despesa total do Amapá. Isso pode ter ocorrido em função de governos do PSB e PDT neste estado, uma vez que a ideologia

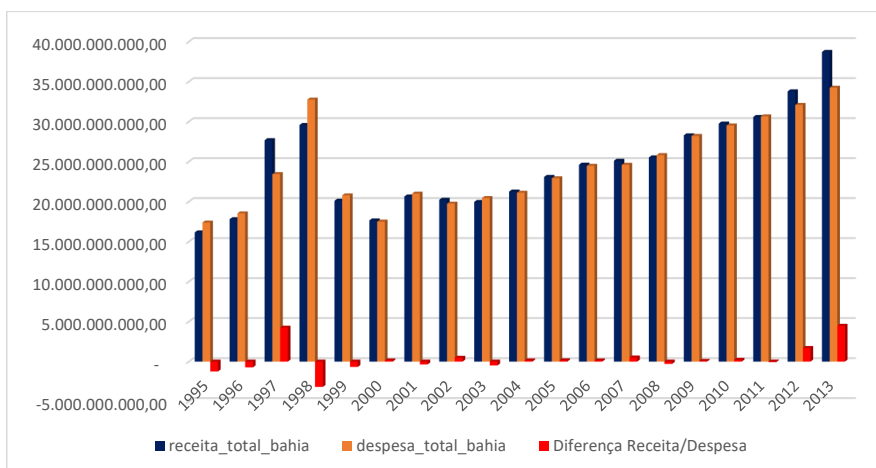
destes partidos são consideradas em algumas escalas como de esquerda, e muito próximas ao PT.

5.1.3 Estado da Bahia

Durante o período comparado, o estado da Bahia foi governado por dois partidos. De 1994 até 2006 este estado foi governado pelo PFL. E de 2007 até 2013 ele foi governado pelo PT.

Os gráficos abaixo demonstram o comportamento da receita total e da despesa total da Bahia durante o período de 1995 até 1998.

Gráfico 3 – Comportamento Orçamentário Bahia – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

No caso da Bahia, para o período estudado, os resultados do teste de Spearman não indicaram correlação entre aumento da despesa total e da receita total, para nenhum sentido. Assim como no Amapá, há uma tendência de aumentar a despesa total à medida que se aumenta a receita total, com $R\hat{o} = 0,974$.

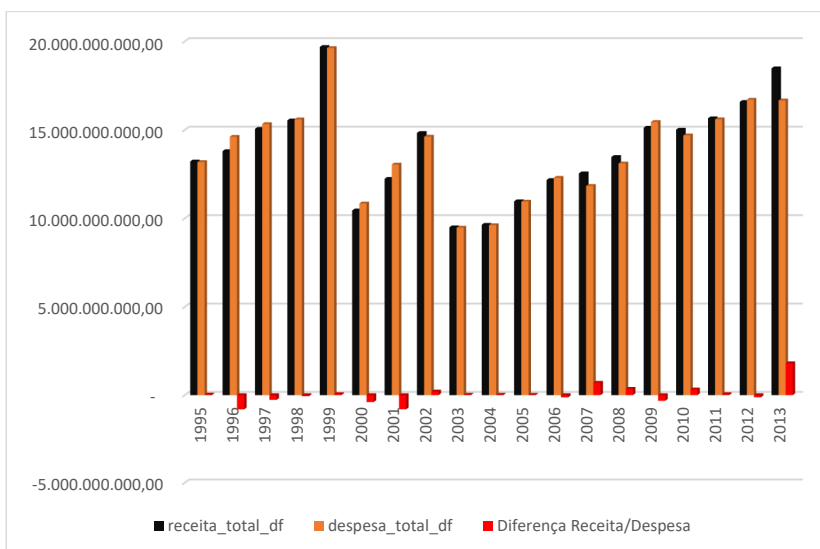
No Teste de Média encontramos diferenciação significativa nos gastos com transporte, saúde e assistência social.

5.1.4 Distrito Federal

O Distrito Federal foi governado por cinco partidos diferentes na série temporal analisada. De 1994 até 1998 ele foi governado pelo PT. De 1999 até 2005 ele foi governado pelo PMDB. Em 2006 o Distrito Federal foi governado pelo PSDB, mas em 2007 quem assume é o DEM, e se mantém até 2009. O PMDB governa durante a maior parte de 2010. De 2011 até 2013 quem assume é o PT.

O gráfico abaixo mostra o comportamento da receita total e da despesa total do Distrito Federal durante o período de 1995 até 1998.

Gráfico 4 – Comportamento Orçamentário Distrito Federal – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

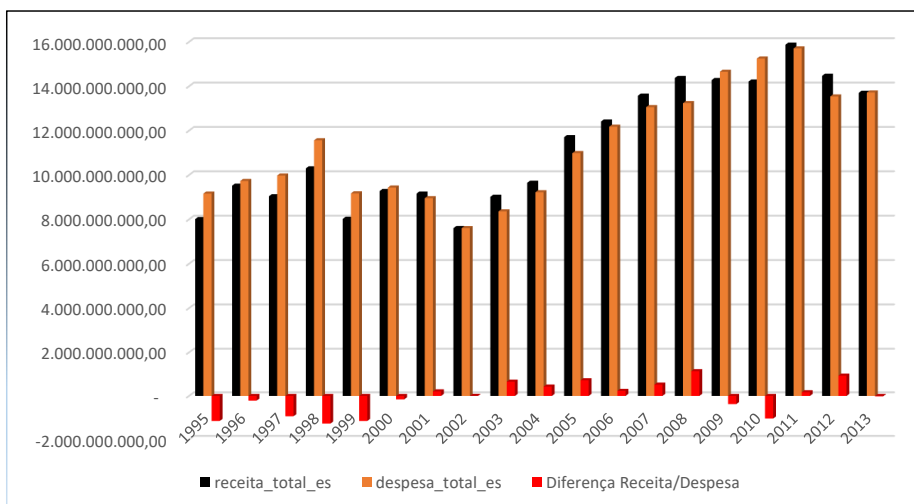
Nos anos analisados, o teste de Spearman não indicou correlação entre aumento da despesa total e da receita total, para nenhum sentido. Assim como no Amapá, e na Bahia, há uma tendência de aumentar a despesa total à medida que se aumenta a receita total, com $R\hat{o} = 0,991$.

Os resultados do Teste de Média indicaram que há uma diferenciação significativa nos gastos com transporte, saúde e assistência social.

5.1.5 Estado do Espírito Santo

O Espírito Santo foi governado por quatro partidos diferentes na série temporal analisada. De 1995 a 1999 foi governado pelo PT. De 1999 até 2003 pelo PSDB. De 2003 a 2006 pelo PSB. De 2007 a 2010 pelo PMDB, e em 2011 o PSB retorna ao comando do governo do Espírito Santo.

Gráfico 5 – Comportamento Orçamentário Espírito Santo – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

Ao realizar No teste de Spearman, não identificamos correlação entre maior despesa total e maior receita total com nenhum partido. À exemplo do que ocorreu no Amapá, Bahia e no Distrito Federal, no Espírito Santo, independente do partido, há uma tendência de se aumentar a despesa total à medida em que se aumenta a receita total, $Rô = 0,930$.

E no Teste de Média encontramos diferenciação significativa nos gastos com transporte, saúde, na despesa total e na receita total.

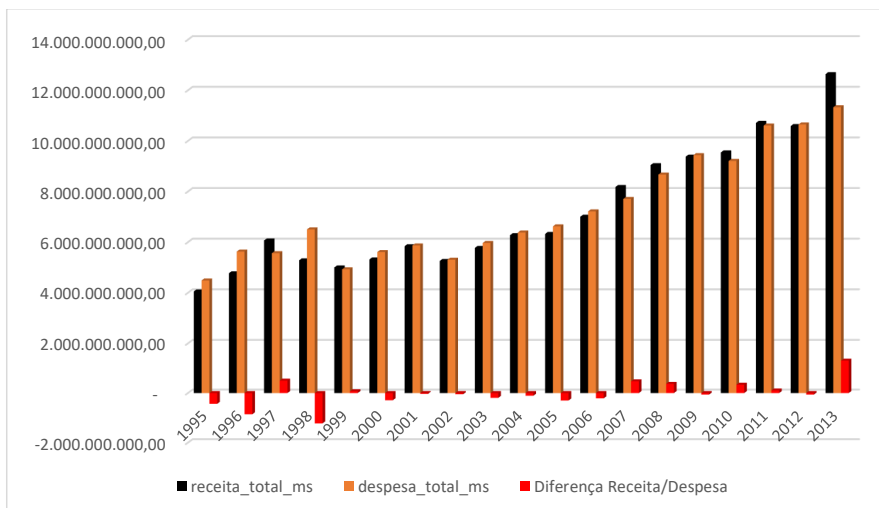
No caso do Espírito Santo, os resultados também podem estar prejudicados em razão dos dois governos do PSB.

5.1.6 Estado do Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul foi governado por dois partidos diferentes na série temporal analisada. De 1995 a 1998 foi governado pelo PMDB. De 1999 até 2006 pelo PT. E de 2007 a 2013 pelo PMDB.

O gráfico abaixo mostra o comportamento da receita total e da despesa total no estado do Mato Grosso do Sul.

Gráfico 6 – Comportamento Orçamentário Mato Grosso do Sul – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

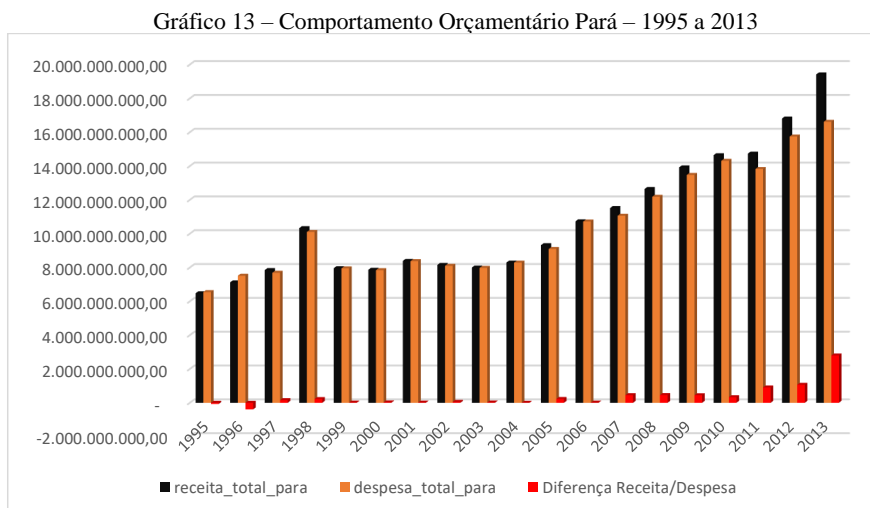
Ao realizar No teste de Spearman, não identificamos correlação entre maior despesa total e maior receita total com nenhum partido. À exemplo do que ocorreu no Amapá, Bahia, no Distrito Federal, e no Espírito Santo. Também no Mato Grosso do Sul, independente do partido, há uma tendência de se aumentar a despesa total à medida em que se aumenta a receita total, $R\hat{o} = 0,933$.

Já no Teste de Média encontramos diferença significativa nos gastos com transporte, saúde, assistência social, na despesa total e a receita total.

5.1.7 Estado do Pará

O estado do Pará foi governado por dois partidos neste período; PSDB e PT. O PSDB governou primeiro de 1994 até 2006. E depois de 2011 à 2013. O PT governou por 4 anos, de 2007 até 2010.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento da receita total e da despesa total do Distrito Federal durante o período de 1994 até 1998.



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao período analisado no estado do Pará, o teste de Spearman indicou uma correlação entre o PT e o aumento da despesa total, com $R\hat{o} = 0,460$. Além disso, independente da ideologia do partido, há um aumento da despesa a medida que a receita cresce, com um valor de $R\hat{o} = 0,998$.

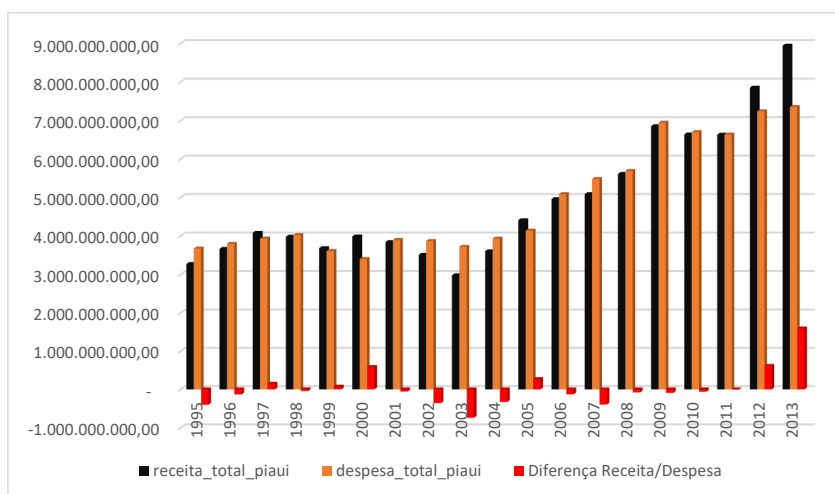
No Teste de Média, encontramos diferenças significativas nos gastos com transporte, saúde e assistência.

5.1.8 Estado do Piauí

O estado do Piauí foi governado pelo PMDB de 1994 até 2001. Em 2002 o PFL assumiu o governo do estado. De 2003 até 2010 quem assume o governo do estado é o PT. E de 2011 até 2013 quem governa o Piauí é o PSB.

Os gráficos abaixo possibilitam a visualização do comportamento da receita total e da despesa total do Piauí durante o período de 1994 até 1998.

Gráfico 8 – Comportamento Orçamentário Piauí – 1995 a 2013



Nos anos analisados, o teste de Spearman não indicou correlação entre aumento da despesa total e da receita total, para nenhum sentido. Assim como no Amapá, na Bahia e no Distrito Federal, há uma tendência de aumentar a despesa total à medida que se aumenta a receita total, com $Rô = 0,895$.

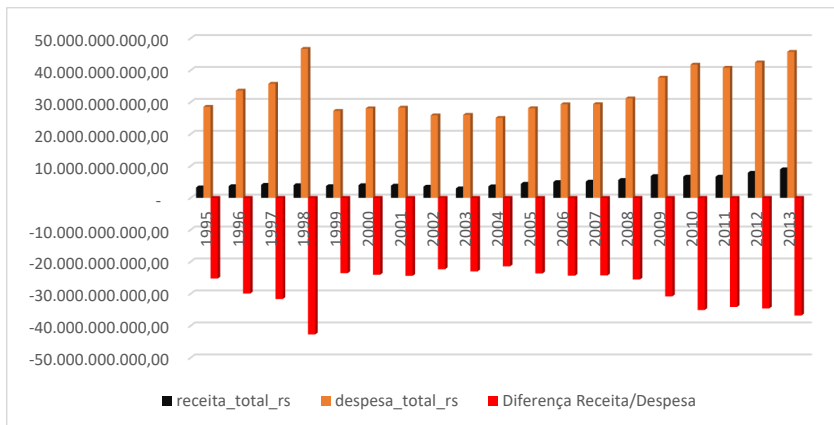
E no Teste de Média não encontramos nenhuma diferença significativa entre o PT e os demais partidos, em relação as variáveis testadas.

5.1.9 Estado do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi governado neste período pelo PMDB, PT e PSDB. O PMDB governou em dois momentos diferentes: 1994 até 1998, e depois de 2003 até 2006. O PT governou de 1999 até 2002, e depois de 2011 até 2013. E o PSDB de 2007 até 2010.

O gráfico a seguir mostra o comportamento da receita total e da despesa total do Rio Grande do Sul durante o período de 1995 até 2013.

Gráfico 9 – Comportamento Orçamentário no Rio Grande do Sul – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

A situação fiscal do Rio Grande do Sul é a mais vulnerável entre os estados comparados neste estudo. Aplicando o teste de Spearman para analisar o comportamento orçamentário do Rio Grande do Sul, não encontramos tendências de aumento da despesa total e da receita total para nenhuma direção. Os resultados indicam uma tendência de aumento da despesa total à medida que a receita total aumenta, à exemplo do que foi visto no Amapá, Bahia, Distrito Federal e Piauí. O valor de $R\hat{o}$ para esta correlação foi de 0,726.

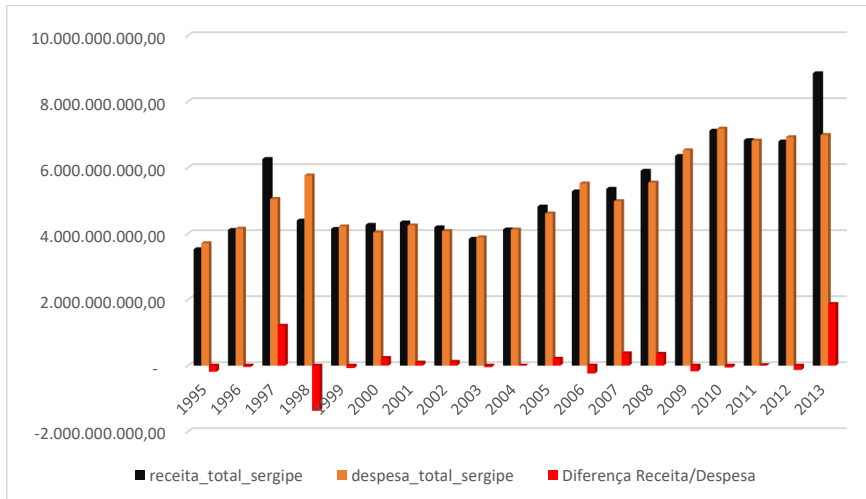
Já no Teste de Médias encontramos diferenciação entre o PT e os demais partidos nos gastos com saúde, assistência social e na receita total.

5.1.10 Estado do Sergipe

Por fim, o estado do Sergipe foi governado por oito anos sucessivos pelo PSDB, de 1994 até 2002. O PFL governou este estado de 2003 até 2006. O PT assumiu o governo em 2007 e ficou até dezembro de 2013. A partir de 2014, o PMDB tem exercido o governo do estado.

O gráfico abaixo mostra o comportamento da despesa e da receita do Sergipe.

Gráfico 10 – Comportamento Orçamentário no Sergipe – 1995 a 2013



Fonte: Elaboração própria.

Aplicando o teste de Spearman para analisar o comportamento orçamentário do Rio Grande do Sul, encontramos grande correlação entre o aumento da despesa e da receita, com o PT. Os resultados foram respectivamente, $R\hat{o} = 0,657$ e $R\hat{o} = 0,663$.

Já no Teste de Médias não encontramos diferenciação entre o PT e os demais partidos em nenhuma variável testada.

Os resultados do teste de ANOVA indicaram que entre os estados há diferenciação para os gastos em segurança pública, transporte e educação. No entanto não indicaram o sentido desta diferenciação.

O quadro abaixo sintetiza os resultados dos testes de Spearman e de Média.

Quadro 4 – Testes de Spearman e de Média nos Estados

(Continua)

Estados	Teste de Spearman	Teste de Média (t)
Acre	Governo do PT aumenta a despesa total e a receita total.	Se diferenciam na saúde, despesa total e receita total.
Amapá	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam na educação, assistência social, despesa total e receita total.

(Conclusão)

Bahia	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam no transporte, saúde e assistência social.
Distrito Federal	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam na educação, saúde, despesa total e receita total.
Espírito Santo	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam no transporte, saúde, despesa total e receita total.
Mato Grosso do Sul	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam no transporte, saúde, assistência social, receita total e despesa total.
Pará	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam no transporte, saúde e assistência social.
Piauí	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Não se diferenciam em nada.
Rio Grande do Sul	Quando a receita aumenta a despesa aumenta, independente do partido.	Se diferenciam na saúde, assistência social e receita total.
Sergipe	Governo do PT aumenta a despesa total e a receita total.	Não se diferenciam em nada.

5.2 Explicando Como os Partidos Gastam de Acordo com sua Ideologia

Buscando explicar a relação existente entre a ideologia partidária e os gastos em segurança pública, transporte, saúde, educação e assistência social, despesa total e receita total (variáveis dependentes), rodamos sete modelos de regressão linear.

Alguns estudos já revelaram que desde 2000 os gastos sociais no Brasil aumentaram consideravelmente em todos os estados (BATISTA, 2016). Alguns setores, como saúde e educação, tiveram aumento de investimento em razão das regulamentações aprovadas em nível nacional a partir da década de 90. Portanto, a expansão destes gastos pode estar fundada em razões para além das orientações ideológicas partidárias, ou do alinhamento político do governo estadual com o governo federal.

A despeito dos estados estarem sujeitos a mesma legislação, em relação a educação, o Modelo 3 de regressão, mostrou que o PT tende a gastar mais nesta pasta que os demais partidos.

Ao analisar o efeito dos partidos sobre o orçamento, notou-se com significância estatística de 99% que o PT gasta mais com educação do que os demais partidos, ou seja, de acordo com o Modelo 3, o PT no governo eleva os investimentos em educação em 136,2 milhões de reais. Assim, é possível inferir que o PT se esforça para além dos mínimos constitucionais, na pasta da educação, por se tratar de uma área prioritária para a ideologia de esquerda, no sentido de se utilizar a educação como um meio para se reduzir as desigualdades sociais. Ressalta-se que o valor constitucional para os gastos da educação é de 25%, uma alíquota duas vezes maior que o que deve ser investido em saúde. Portanto, era de se esperar que a maior alíquota para educação pudesse dar menor grau de liberdade para os governantes estaduais, no entanto, no período analisado, o PT conseguiu se destacar nos gastos na educação a despeito dos demais partidos.

O Modelo 2, indicou com 95% de significância estatística, que o PT também tende a gastar mais com transporte, que os demais partidos, elevando os investimentos neste setor em 64,6 milhões.

Quanto ao Modelo 1, não encontramos significância estatística, mas a partir da análise do Beta, percebe-se a tendência dos demais partidos gastarem mais com segurança pública do que o PT. Os demais partidos quando estão à frente dos Estados, gastam 22,9 milhões de reais a mais do que o PT.

Contudo, ao longo dos anos, o gasto com segurança pública tendeu a cair, enquanto crescia os gastos com educação e saúde. Com 99% de significância estatística, observa-se que a cada ano os gastos com educação cresceram em 16,6 milhões de reais, enquanto os gastos com saúde tiveram uma expansão anual de 32,1 milhões. Não houve significância estatística que permitisse encontrar uma tendência de crescimento ou decréscimo em relação aos gastos com transporte e assistência social.

Em relação aos demais gastos: saúde e assistência social não apresentaram significância estatística, mas há indícios pela análise conjunta das variáveis que estes gastos sofrem efeitos diretos do orçamento, sendo pouco impactados pelo partido do poder. Ou seja, mesmo os demais partidos, que não sejam o PT, ampliam seus gastos nessas áreas quando há crescimento da receita. Pois, como será visto abaixo, existe uma forte conexão entre receita e despesa, onde a relação fica explícita: sendo a receita maior, os gastos também tendem a

serem mais expressivos (mesmo nas áreas comumente atribuídas como prioridades de partidos de esquerda).

Por fim, em relação ao comportamento orçamentário, foram feitos outros dois modelos de regressão em que as variáveis dependentes foram: ‘despesa’ na primeira e ‘receita’ na segunda. Sendo as variáveis independentes Partido do Governador do Estado e Estados. Em nenhuma delas encontrou-se relação de significância que comprovasse que o PT ou os demais partidos tivessem comportamentos divergente em sua arrecadação ou volume total dos gastos.

Nas tabelas abaixo estão organizados os modelos de regressão linear.

Tabela 1 – Modelos de Regressão Linear – Variáveis dependentes: gastos públicos

	MODELO 1	MODELO 2	MODELO 3	MODELO 4	MODELO 5
	Gasto com Segurança	Gasto com Transporte	Gasto com Educação	Gasto com Saúde	Gasto com Assistência Social
	B - Beta (Erro Padrão)	B - Beta (Erro Padrão)	B - Beta (Erro Padrão)	B - Beta (Erro Padrão)	B - Beta (Erro Padrão)
Intercepto	27630452347,19*** (5857276866,29)	-3781604590,22 (6630583660,46)	-35637588417,15*** (10856038272,07)	-65323906477,80*** (16373419034,11)	11264543117,54 (21517405924,41)
Tempo	-14141953,41*** (2927713,23)	1605379,64 (3315641,95)	16.652.455,26*** (5409277,23)	32.129.913,70*** (8187415,09)	-6106509,42 (10759904,04)
Partido (1=PT)	-22.969.006,96 (27442613,06)	64.683.202,80** (30378005,13)	136.268.525,11*** (48250936,23)	688524,10 (74788743,94)	58006973,20 (98308514,99)
Acre	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Amapá	97134251,01** (55574157,00)	231856370,75*** (68159615,36)	-363984650,06*** (105466895,66)	58208238,28 (155096159,43)	203999278,879 (203999278,88)
Bahia	-434515943,40*** (136468344,83)	278258812,68** (159645740,17)	1088719333,23*** (246129510,02)	765646403,48** (380905956,82)	-1588174564,67** (502109267,73)
Distrito Federal	-300067974,84*** (83257341,56)	510583108,33*** (96715796,83)	1028680252,18*** (149569552,50)	1108064797,79*** (231683662,14)	-438356188,51*** (309495874,78)
Pará	-198375299,00*** (70479752,44)	335294220,47*** (85416054,70)	672190958,04*** (127200905,46)	306851276,80* (196518970,79)	-441818622,23 (258861265,85)
Piauí	-87360936,75* (54973269,22)	338927124,94*** (72391340,18)	335415036,90*** (100182380,61)	197470296,76 (153744035,87)	-410551437,75** (202243316,34)
Rio Grande do Sul	656323218,008*** (180948824,31)	1178061229,79*** (206972550,61)	2443237547,86*** (325831085,64)	642044078,79 (505472942,43)	-3587258886,76** (664017196,18)
Sergipe	-101794960,62** (56275396,50)	310274409,45*** (71599998,81)	582999059,91*** (107285553,93)	-51157943,23 (158063951,52)	-738629068,50*** (205762283,57)
Espírito Santo	-245471615,04*** (72334756,68)	383944665,75*** (89641793,72)	820763229,07*** (145653683,47)	233045669,77 (202239771,75)	-584957359,92*** (266445708,95)
Mato Grosso do Sul	-142794934,56***	286259089,96***	639632156,11***	218582669,17*	-572668849,14***

	(59235606,19)	(67530357,63)	(113534512,60)	(164653556,34)	(216739631,12)
Despesa total	0,041*** (0,006)	-0,009 (0,007)	0,068*** (0,011)	0,058*** (0,017)	0,295*** (0,022)
Receita Total	0,057*** (0,008)	0,037*** (0,009)	0,052 (0,015)***	0,046** (0,023)	-0,172*** (0,030)
Proporção do gasto (específico)	9124378569,143 (481041500,30)	7701151499,33*** (551204075,94)	11818055766,69*** (767653462,38)	6987115724,05*** (3684193,22)	12285113262,75*** (50556646,58)
R quadrado ajustado	0,955	0,731	0,955	1,000	0,997
Erro Padrão da Estimativa	163829138,22	186157134,18	295507172,07	458158383,22	602567342,69

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parêntese
Nota: *p<0,1; ** p<0,05; ***p<0,01 (Teste Unilateral)

Tabela 2 – Modelos de Regressão Linear – Variáveis dependentes: Despesa Total e Receita Total

	MODELO 6	MODELO 7
	Despesa Total	Receita Total
	B - Beta	B - Beta
	(Erro Padrão)	(Erro Padrão)
Intercepto	-631598868323,64*** (75947481556,01)	-671271356933,93*** (56344131333,10)
Tempo	316694428,04*** (37889413,89)	336633713,71*** (28109504,99)
Partido (1=PT)	-12544137,46 (464048653,38)	-321167016,04 (344269720,81)
Acre	Referência	Referência
Amapá	-571306581,83 (965605193,04)	-620503938,35 (716365897,83)
Bahia	21432106779,76*** (947835510,09)	21538392899,193*** (703182875,43)
Distrito Federal	10798605964,17*** (965605193,04)	10614534289,13*** (716365897,83)
Pará	7336854041,64*** (965605193,04)	7470495787,85*** (716365897,83)
Piauí	1848758132,94** (943103632,09)	1717166919,35*** (699672376,47)
Rio Grande do Sul	30186490860,05*** (947835510,09)	1700263392,19*** (703182875,43)
Sergipe	2123463947,02** (953169907,88)	2048209509,52*** (707140373,48)
Espírito Santo	8289420606,23*** (965605193,04)	8000717847,86*** (716365897,83)

Mato Grosso do Sul	4197077973,18*** (943103632,09)	4007108052,89*** (699672376,47)
R quadrado ajustado	0,919	0,907
Erro Padrão da Estimativa	2858679000,62	2120804821,31219

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parêntese

Nota: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$ (Teste Unilateral)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar a influência da ideologia partidária nos gastos públicos nos governos estaduais no Brasil.

Na primeira parte da dissertação, apresentamos diversos estudos contrários e favoráveis à utilização da ideologia política problematizando a utilização desta variável para explicar as disputas partidárias na atualidade. O debate científico se situa na indagação se a terminologia se esvazia completamente após o fim da Guerra Fria, ou se o conceito apenas transforma seus significados anteriores. No Brasil muitas pesquisas foram realizadas testando a relevância da ideologia em relação aos eleitores, mas pouco se produziu ainda em relação ao comportamento dos gastos. O caso brasileiro possui muitas singularidades em função do seu sistema eleitoral marcado pela fragmentação partidária, e por ainda estar enfrentando problemas clássicos de desigualdade social. Ainda que o Brasil tenha se industrializado, e que novas questões apareçam na sociedade, como a diversidade de gênero, meio ambiente e imigração, o país possui problemas graves de desemprego, educação, saúde, e segurança pública. Portanto, acreditamos que no Brasil os valores clássicos que estão embutidos na terminologia direita-esquerda, ainda dão sentido a nossa conjectura. Além disso, discutimos que o conceito de ideologia pode não ser dado a priori, e, portanto, admite transformações ao longo dos anos. Nos ancoramos em pesquisas que buscaram associar questões econômicas para explicar decisões políticas ideologizadas, retomamos à alguns estudos clássicos como Downs (1957), Hibbs, (1977) e outros mais recentes aplicados ao caso brasileiro, como Avarate, Avelino e Lucinda (2006, 2008 e 2012), Batista, (2016), e Tarouco e Madeira (2007,2008,2010 e 2013) para orientar a construção dos nossos modelos econométricos.

Na segunda parte da dissertação, apresentamos características principais do desenho institucional brasileiro, com o objetivo de clarificar como os entes federativos distribuem entre si as responsabilidades constitucionais, bem como é dada a repartição fiscal entre as unidades da federação. Vimos que há uma alta concentração fiscal em nível central; por outro lado a Constituição de 1988 optou por um modelo predominante de competências concorrentes. Assim, uma mesma política pode ser realizada pelos três entes, concomitantemente. Focando nos estados, a Carta de 88 definiu que competem a estes, todas aquelas competências que não lhes são vedadas, conforme enuncia o artigo 25. A consequência deste desenho é que cabe aos estados o oferecimento de quase todos os serviços públicos. Por outro lado, eles arrecadam bem menos que a União. Estas características devem

ser destacadas nas análises dos resultados deste estudo, pois, os estados têm recursos escassos, e esta escassez é um constrangimento para os governos agirem conforme suas preferências.

Além disso, passamos neste capítulo, brevemente sobre cada política testada em nossos modelos, apenas para situar os leitores quanto ao grau de interferência da União em cada uma das políticas e se determinadas regras do jogo podem reduzir o grau de liberdade dos estados ao decidirem seus gastos. Em relação à saúde e à educação, existe uma regulamentação central que define investimentos mínimos para cada ente da União, bem como diretrizes centrais para atuação dos estados. Nas demais áreas, como não há uma política nacional consolidada, capaz de obrigar alíquotas mínimas de gastos, e determinar como cada ente deve executar a política, os estados têm maiores graus de liberdade para escolher o quanto de sua receita total, investir em cada uma das áreas.

Na terceira parte apresentamos nosso desenho metodológico e compartilhamos algumas limitações dos nossos dados. Acreditamos que o pior prejuízo ocorreu em relação à assistência social. Isto porque a partir de 2002 a Secretaria do Tesouro Nacional separa a rubrica da assistência social da previdência social. Contudo, como explicamos, para trabalhar com o maior painel possível, mantivemos as duas funções somadas. O mesmo aconteceu com saúde e saneamento, e com cultura e educação. Ocorre que os valores com previdência social são muito superiores aos da assistência social, e além disso, eles vão variar de acordo com o número de servidores aposentados e pensionistas dos estados. Então o aumento de despesa desta função pode ser simplesmente consequência do número de servidores aposentados que aumentou, e não do aumento de programas de assistência social, ou ações de proteção. Outro ponto crítico em relação ao nosso recorte metodológico é ter que agrupar todos os demais partidos em um bloco único, de contraposição ao PT. A elevada fragmentação partidária, bem como as variações internas existentes entre um mesmo partido, que em determinados cenários se alia a projetos de esquerda, e em outros faz aliança com projetos da direita, dificulta o agrupamento de partidos em um bloco ideológico único. Um exemplo emblemático disso é o PMDB, que apoiava o PT em nível nacional, mas era aliado ao PSDB em alguns estados. Acreditamos que em alguns estados que tiveram governo do PSB e PDT os resultados podem ter sido prejudicados, em função da aproximação ideológica entre estes partidos e o PT.

Além disso, seria interessante para um próximo estudo aprofundar em cada uma das eleições estaduais do período que analisamos para melhor compreender as alianças durante as campanhas, e as coalizões de governo nas assembleias, para finalmente afirmar se outros partidos além do PT, também possuíam um projeto claro à esquerda. Optamos em testar o PT em relação aos demais partidos em razão da expressão política deste partido e seu

nível de institucionalização. Desde a retomada da democratização, o PT sempre aglutinou as demandas da esquerda em suas campanhas nacionais e subnacionais e historicamente sempre se posicionou contrário aos programas de direita, independente do partido que enfrentou. Para estudos posteriores, sugerimos que a composição do governo entre na metodologia da pesquisa.

Além disso, em uma pesquisa realizada por Lucas e Samuels, (2011) na classificação dos partidos brasileiros, a partir de uma análise atitudinal, encontrou-se que o PT está evidentemente à esquerda, já a posição do PSDB, PMDB e PFL/DEM são indistinguíveis uma das outras. Assim colocam os autores, “no que diz respeito a questões que são frequentemente identificadas como componentes-chave da divisão ideológica entre esquerda e direita, o sistema brasileiro é melhor definido como sendo o PT contra um incoerente resto” (LUCAS e SAMUELS, 2011, p. 97).

Na análise de dados testamos a influência da ideologia partidária sobre os orçamentos públicos, e rodamos modelos de regressão para identificar como a ideologia partidária influencia os gastos com segurança pública, transporte, saúde, educação e assistência social. Os resultados indicaram que os estados tendem a aumentar a despesa à medida que a receita aumenta independente da ideologia do partido político. Quanto aos modelos de regressão linear, verificamos que o PT tende a gastar mais em educação e transporte que os demais partidos. E que os demais partidos, aqui tomados como “não esquerda”, tendem a expandir seus gastos em segurança pública mais do que o PT. Os resultados encontrados neste estudo divergem dos resultados encontrados por Batista (2016), que ao estudar os gastos em saúde e educação nos estados brasileiros, encontrou que os partidos de esquerda gastam mais em saúde, que os demais, mas não encontrou um resultado significativo para a educação. Em relação aos resultados do orçamento, acompanhando a expansão da receita e da despesa, os resultados deste estudo também divergem do que foi apontado no trabalho de Ayarte, Avelino e Lucinda (2006,2008,2012). Neste estudo não encontramos significância estatística para o aumento da receita e da despesa, quando o PT está no governo. Também não encontramos diferenciação em relação aos investimentos em saúde e assistência social. De maneira semelhante, todos os partidos investem mais em saúde e assistência social, à medida que aumentam suas receitas. Assim, conseguimos validar apenas as hipóteses *H1* e *H4* neste estudo.

Acontecimentos recentes no Brasil acirraram a rivalidade aparentemente adormecida entre direita e esquerda. Até as eleições de 2014 tínhamos a sensação no Brasil de que direita e esquerda caminhavam para o centro, adotando políticas mais moderadas.

Contudo a campanha eleitoral daquele pleito foi marcada pela maior polarização política do país. Ao ponto de que após o resultado final das eleições presidenciais, o discurso de Dilma foi no sentido de unir o Brasil.

Os debates aconteceram em meio acadêmico, midiático, nas redes sociais, nos trabalhos e dentro das famílias. Este trabalho tentou responder se os partidos se diferenciam de fato, quanto a seus gastos prioritários, ao assumirem o governo. Os resultados indicam que em relação à segurança pública, a educação e o transporte sim, mas nas demais áreas os partidos gastam de maneira muito semelhante. Além disso, o estudo indicou que não há diferenciação em relação a à receita total e a despesa total. Em momentos de crise econômica as questões fiscais tornam-se mais salientes nos debates públicos. No entanto, não há confirmação de que o PT tende a gastar mais quando está no governo, nem a arrecadar mais.

Das sete hipóteses testadas, conseguimos ~~confirmar~~ corroborar apenas duas. Este resultado aponta que na prática os partidos não se diferenciam nos gastos como era esperado em relação ~~à~~ suas prioridades ideológicas. O estudo de Avarte, Avelino e Lucinda, (2012), também encontrou resultados surpreendentes em relação aos gastos sociais: partidos de direita investiram mais em gastos sociais do que os de esquerda, no período analisado.

Contudo, este trabalho não entrou na execução dos gastos. Analisamos apenas o montante total. A variável gasto é importante, sobretudo porque os recursos são escassos, e os atores políticos precisam tomar decisões para satisfazer sua base de apoio. Mas certamente, a análise de gasto não é a única maneira de se testarem os partidos sob o ponto de vista ideológico. Além do dinheiro que efetivamente cada governante destina a determinada área, os partidos podem expressar suas preferências ideológicas nas votações no legislativo, na composição de seus órgãos, e até na criação de novos órgãos, que ainda que não tenham orçamento significativo, auxiliam no apoio a políticas públicas historicamente marginalizadas, como Ministérios das Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos, e Desenvolvimento Agrário, por exemplo.

Os estados brasileiros são uma ótima base para estudos aplicados à ciência política. Esperamos que este trabalho seja o início de uma investigação mais frequente em relação à influência da ideologia para os gastos públicos estaduais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de Coalizão. O dilema Institucional Brasileiro. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. Vol.31. nº1. 1988.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas Sociais no Brasil; Problemas de Coordenação e Autonomia. São Paulo em Perspectiva. 18 (2). 2004.
- ARRETCHE, Marta. A agenda institucional. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 22, p. 1-9, 2007.
- ARRETCHE, Marta. A Descentralização como Condição de Governabilidade: solução ou miragem. Espaço & Debates, São Paulo, vol. XVI, n.39, p. 75-87, 1996.
- ARRETCHE, Marta. Continuidades e discontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. Dados Rio de Janeiro. vol. 52, p. 377-423, 2009.
- ARRETCHE, Marta. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, vol. 8, n.2, p. 331-345, 2003.
- ARAÚJO, Jevulks.; FILHO, Paulo. Ciclos político-econômicos: uma análise do comportamento dos gastos públicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008. In: Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 38., 2010, Salvador. XXXVIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC 2010.
- AVARTE, Paulo. AVELINO, George. LUCINDA, Claudio. Ideologia Partidária e Gastos Públicos entre os Governos Estaduais no Brasil. São Paulo .2006.
- AVARTE, Paulo. AVELINO, George. LUCINDA, Claudio. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? Estud. Econ. vol.38 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2008
- AVARTE, Paulo. AVELINO, George. LUCINDA, Claudio. A influência da ideologia na definição dos gastos totais e sociais dos governos estaduais do Brasil. Anpocs. São Paulo. 2012.
- AVARTE, Paulo. AVELINO, George. PAMBOLO, Paulo. Ajustes Fiscais e a Influência da Ideologia dos Governos Subnacionais Brasileiros. XXXI Encontro Anpad. Rio de Janeiro. Novembro 2007.
- BABIRESKI, Flávia. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos. UFPR. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP). Vol.3 nº.3.Maio, 2016.
- BATISTA, Cristiane. Políticas Públicas Sociais: uma análise do gasto em saúde e educação nos estados brasileiros. 10º Encontro da associação Brasileira de Ciências Políticas. Belo Horizonte. Agosto. 2016

BAQUERO, Marcello. Eleições e Capital Social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil 2002 -2006. *Opinião Pública*, 13. (2) 231-259. 2007.

BAQUERO, Marcello. GONZALEZ, Rodrigo. *Eleições, Estabilidade Democrática e Socialização Política no Brasil: análise longitudinal na persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010*. *Opinião Pública*. Campinas. Vol. 17 n 2. Novembro 2011, p 366-399.

BOBBIO, N. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAMPBELL, Angus. CONVERSE, Philip. WARREN & STOKES, Donald. *The American Voter*. New York, London, John Wiley. 1960.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Vol 13. No. 7. Campinas. 2007.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Determinantes do Comportamento Eleitoral: A centralidade da sofisticação política. RJ. Tese de Doutorado. 1994

CASTRO, Alba de; SCHMIDT, Janaina. O Plano Brasil sem Miséria e a Política de Assistência Social no foco da crítica. Anais do XIII ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UFJF: Juiz de Fora/MG, Novembro de 2012.

CHAIA, Vera. *Um Mago do Marketing Político*. Artigo do livro A Liderança Política de Jânio Quadros. Editora Umanidades. Ibitinga. 1992

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. (1983) *Metodologia Científica : para uso dos estudantes universitários*. 3.ed. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil

COSSIO, F. A. B. (2001). O comportamento fiscal dos governos estaduais brasileiros: determinantes políticos e efeitos sobre o bem estar dos seus estados e seus. Prêmio Tesouro Nacional

CRUZ, S. KAYSEL, A. CODAS, G. Direita Volver: retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 2016

DOWNS. Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo. 1999. 15 (originalmente publicado em 1957).

GARCIA, Maurício. A eleição para deputados em 2014 - Uma nova câmara, um novo país | PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (PMKT on-line) | ISSN 2317-0123 | São Paulo, v. 9, n. 2, p. 102-124, maio/ago. 2016 | www.revistapmkt.com.br

FILELLINI, 1994. Contabilidade Social. 2ª Edição. 1994.

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do Voto: democracia e racionalidade*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2008

FIGUEIREDO Argelina C. e LIMONGI, Fernando. (1999). Executivo e Legislativo no Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". Dados, vol. 38, nº 3.1995

LUCAS, K.; SAMUELS, D. (2011). A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro In: POWER, T. J.; ZUCCO Jr. (orgs.). O Congresso por ele mesmo – autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

FUKUYAMA, Francis. O Fim da História e o Último Homem. Rio de Janeiro. Rocco. 1992

GIDDENS, Anthony. Beyond Left and Right – The Future of Radical Politics. 1994.

HEYWOOD, Andrew., 2010. Ideologias políticas. São Paulo: Ática

HIBBS, Douglas A. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. American Political Science Review, 71: 1467-97.

INGLEHART, Ronald.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics. In: BUDGE, I.; CREWE, I.; FARLIE, D. (eds.). Party identification and beyond. London: Wiley, 1976

LAZARSFELD, Paul. BERNARD, Berelson. HAZEL, Gaudet. *The People's Choices*. New York. Free Press. 1944.

LAVAREDA, Antônio. TELLES, Helcimara. *Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. São Paulo: Editora FGV, 2011.

RODRIGUES, Leôncio. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 186 p. ISBN: 978-85-7982-025-0. Available from SciELO Books .

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Conservative parties, democracy, and economic reform in contemporary Brazil. In: MIDDLEBROOK, K.J. Conservative parties, the right, and democracy in Latin America. The Johns Hopkins University

MENICUCCI, Telma. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro 2014.

NOBLAT, Pedro.; BARCELOS, Carlos.; SOUZA, Cesar. Elaboração e Execução de Orçamento Público. (Apostila de Apoio ao Treinamento on-line). Brasília: Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2007.

PALOTTI, Pedro. Descentralização de políticas sociais no federalismo brasileiro: revisitando problemas de coordenação e autonomia. Revista do CAAP - 1º Semestre – 2009.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? *Análise Social*, XXXII (141), 1997 (2º). p. 419-442

PERES, Ursula, BUENO, Samira. Pacto Federativo e Financiamento da Segurança Pública no Brasil. USP. 2013

POPKIN, Samuel L. The reasoning voter. 2nded. Chicago: The Chicago University Press, 1994 POPKIN, Samuel L. et al. What have you done for me lately? Toward an investment theory of voting. *American Political Science Review*, Los Angeles 70, p. 779-805, 1976.

RENNO, Lúcio. HOEPERS, Bruno. *Voto Estratégico Punitivo: transferência de votos nas eleições de 2006*. Novos estudos – CEPRAP. São Paulo. 2010.

POWER T. e ZUCCO C. (orgs.), 2011. O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ROCHA, Mariela. *Determinantes do voto em Dilma nas Eleições Presidenciais de 2010*. Dissertação de mestrado. UFMG. 2013.

RODRIGUEZ, Letícia. *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Parte 1. Oferta Partidária e Comportamento Eleitoral na América Latina. P,25-52. UFMG, 2013.

RIBEIRO, Ednaldo. CARREIRÃO, Yan. BORBA, Julian. “ Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros. ” *Opinião Pública*. Campinas. Vol . 17, n. 02, Novembro 2011, p. 333-368.

SANCHES, Oswaldo Maldonado. *Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins*. 2. ed. atual. e ampl. Brasília: OMS, 2004.

SANTOS, Iris. GONTIJO, Jose. AMARAL, Ernesto. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). *Opinião Pública*. Campinas, 2015.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – STN. *Finanças Brasil (FINBRA) – Estados e Municípios*

SÁTYRO, Natália. Política nos estados brasileiros e gastos sociais: uma análise de série temporal com corte transversal (1987-2002). In: SOUZA, C.; DANTAS NETO, P. F (orgs.).

Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SARTORI, Giovanni (1982). Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Brasília, Ed. UnB.
SINGER, André. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994

SEGRILLO, ANGELO. Confusão Esquerda/Direita no Mundo Pós-Muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese. Revista de Ciências Sociais, Vol. 47.nº3. 2004.

SCHEEFFER, Fernando. Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Tese de Doutorado. UFSC. 2016.

SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. Edusp. São Paulo. 1999.

SINGER, André. *As Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*. In: Revista de Economia da PUC/SP, v-4, p 37-66, 2010.

SILVA, Érica. *Mídia e política: a construção da candidatura de Aécio Neves como presidencial em 2010*. Dissertação de mestrado. Puc Minas. 2010.

STEVERSON, William. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo. Habra. 1981.

TAROUCO, Gabriela. Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2007.

TAROUCO, Gabriela . Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro . 2015

TAROUCO, Gabriela. MADEIRA, Rafael. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos Análise de um expert survey.2010.

TAROUCO, Gabriela.; MADEIRA, Rafael. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. Revista de Sociologia e Política, vol. 21, n° 45, p. 149-165, mar. 2013.

TELLES, Helcimara; MUNDIM, Pedro; LOPES, Nayla. Internautas, Verdes e Pentecostais: novos padrões de comportamento político no Brasil. In: TELLES, Helcimara de Souza; MORENO, Alejandro. (Org). Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 152 – 220.2013.

TELLES, Helcimara. Tiago Storni. Ideologia e Valores. O voto dos eleitores de direita e de esquerda. 2011.

TELLES, Helcimara. LOURENÇO, Luiz. STORNI, Tiago. Partidos, Campanhas e Voto: Como o eleitor decide nas municipais. Sociedade e Cultura, V. 12. Goiânia. 2009.

TELLES, Helcimara. Jovens Eleitores; Decifra-me ou te devoro. Belo Horizonte. 2010

TELLES, Helcimara. “O fator Lula nas presidenciais de 2010: atalhos cognitivos, voto heurístico e confiança política.” 36º Encontro Anual da Anpocs . Águas de Lindóia. 2012

TRIOLA, M. [FE](#). Introdução à estatística. Rio de Janeiro. Editora LTC, 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. Introductory econometrics: A modern approach (5th ed.). Mason, OH: South-Western, Cengage Learning, 2013.

VAZQUEZ, Daniel. Mecanismos Institucionais de Regulação Federal e seus Resultados nas Políticas de Educação e Saúde. Dados vol.57 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2014

ZUCCO JR., C. Esquerda, brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. (orgs.). O Congresso por ele mesmo: autopercepção brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Teste de Spearman

Correlação de Spearman

NONPAR CORR
 /VARIABLES=TempoXPartido despesa_total receita_total
 /PRINT=SPEARMAN TWOTAIL NOSIG
 /MISSING=PAIRWISE.

Correlações não paramétricas

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Estado = AcreCorrelações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	,935**	,955**
		Sig. (2 extremidades)		,000	,000
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	,935**	1,000	,954**
		Sig. (2 extremidades)	,000		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	,955**	,954**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,000	,000	
		N	19	19	19

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Acre

Estado = AmapáCorrelações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total

Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	-,460*	-,450
		Sig. (2 extremidades)		,048	,053
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	-,460*	1,000	,977**
		Sig. (2 extremidades)	,048		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	-,450	,977**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,053	,000	
		N	19	19	19

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Amapá

Estado = Bahia

Correlações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	-,419	-,446
		Sig. (2 extremidades)		,074	,056
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	-,419	1,000	,974**
		Sig. (2 extremidades)	,074		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	-,446	,974**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,056	,000	
		N	19	19	19

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Bahia

Estado = Distrito Federal

Correlações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	,189	,170

	Sig. (2 extremidades)		,437	,487
	N	19	19	19
despesa_total	Correlações de coeficiente	,189	1,000	,991**
	Sig. (2 extremidades)	,437		,000
	N	19	19	19
receita_total	Correlações de coeficiente	,170	,991**	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,487	,000	
	N	19	19	19

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Distrito Federal

Estado = Pará

Correlações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	,460*	,433
		Sig. (2 extremidades)		,048	,064
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	,460*	1,000	,998**
		Sig. (2 extremidades)	,048		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	,433	,998**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,064	,000	
		N	19	19	19

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Pará

Estado = Piauí

Correlações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	,414	,324
		Sig. (2 extremidades)		,078	,176
		N	19	19	19

despesa_total	Correlações de coeficiente	,414	1,000	,895**
	Sig. (2 extremidades)	,078		,000
	N	19	19	19
receita_total	Correlações de coeficiente	,324	,895**	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,176	,000	
	N	19	19	19

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Piauí

Estado = Rio Grande do Sul

Correlações^a

		TempoXPartido	despesa_total	receita_total	
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	,111	,267
		Sig. (2 extremidades)		,650	,270
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	,111	1,000	,726**
		Sig. (2 extremidades)	,650		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	,267	,726**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,270	,000	
		N	19	19	19

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Rio Grande do Sul

Estado = Sergipe

Correlações^a

		TempoXPartido	despesa_total	receita_total	
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	,657**	,663**
		Sig. (2 extremidades)		,002	,002
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	,657**	1,000	,932**
		Sig. (2 extremidades)	,002		,000

	N	19	19	19
receita_total	Correlações de coeficiente	,663**	,932**	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,002	,000	
	N	19	19	19

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Sergipe

Estado = Espírito Santo

Correlações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	-,160	-,325
		Sig. (2 extremidades)		,513	,175
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	-,160	1,000	,930**
		Sig. (2 extremidades)	,513		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	-,325	,930**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,175	,000	
		N	19	19	19

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Espírito Santo

Estado = Mato Grosso do Sul

Correlações^a

			TempoXPartido	despesa_total	receita_total
Rô de Spearman	TempoXPartido	Correlações de coeficiente	1,000	-,318	-,258
		Sig. (2 extremidades)		,184	,287
		N	19	19	19
	despesa_total	Correlações de coeficiente	-,318	1,000	,933**
		Sig. (2 extremidades)	,184		,000
		N	19	19	19
	receita_total	Correlações de coeficiente	-,258	,933**	1,000

	Sig. (2 extremidades)	,287	,000	
	N	19	19	19

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

a. Estado = Mato Grosso do Sul

APÊNDICE B – Teste de média

Teste de Média

SORT CASES BY Estado.

SPLIT FILE SEPARATE BY Estado.

T-TEST GROUPS=Partido_codif(0 1)

/MISSING=ANALYSIS

/VARIABLES=gasto_sp gasto_transporte gasto_educ gasto_sau gasto_assistencia despesa_total receita_total

/CRITERIA=CI(.95)

Teste T

Observações

Saída criada		03-FEB-2018 18:03:45
Comentários		
	Dados	C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	Estado
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	190
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas para cada análise são baseadas nos casos sem dados ausentes ou fora do intervalo para qualquer variável da análise.
Sintaxe		T-TEST GROUPS=Partido_codif(0 1) /MISSING=ANALYSIS /VARIABLES=gasto_sp gasto_transporte gasto_educ gasto_sau gasto_assistencia despesa_total receita_total /CRITERIA=CI(.95).
Recursos	Tempo do processador	00:00:00,08
	Tempo decorrido	00:00:00,08

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Estado = AcrE

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	4	53083666,1600	47894061,08564	23947030,54282
	1,00	15	267700581,6853	70876517,59966	18300238,15338
gasto_transporte	,00	4	211173878,3475	139900353,56560	69950176,78280
	1,00	15	309609055,9613	200076197,15349	51659451,96987
gasto_educ	,00	4	444378844,6600	115049411,08230	57524705,54115
	1,00	15	638897553,7587	167451534,94051	43235800,40810
gasto_sau	,00	4	325257415,1900	29899089,43004	14949544,71502
	1,00	15	498623131,1580	155182409,78578	40067925,91498
gasto_assistencia	,00	4	31399545,2050	4662884,91300	2331442,45650
	1,00	15	181491336,4340	223457440,61041	57696463,07135
despesa_total	,00	4	2029692111,5650	223531349,89180	111765674,94590
	1,00	15	3318107563,3420	1145991135,11343	295893638,74638
receita_total	,00	4	1851915642,5925	182492833,16278	91246416,58139
	1,00	15	3418955567,5600	1203108276,26926	310641221,17834

a. Estado = Acre

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	1,377	,257	-5,659
	Variações iguais não assumidas			-7,121
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	,570	,461	-,917
	Variações iguais não assumidas			-1,132
gasto_educ	Variações iguais assumidas	2,936	,105	-2,168
	Variações iguais não assumidas			-2,703
gasto_sau	Variações iguais assumidas	12,180	,003	-2,179
	Variações iguais não assumidas			-4,054
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	3,819	,067	-1,315
	Variações iguais não assumidas			-2,599
despesa_total	Variações iguais assumidas	8,885	,008	-2,193
	Variações iguais não assumidas			-4,073
receita_total	Variações iguais assumidas	10,568	,005	-2,544
	Variações iguais não assumidas			-4,840

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,000	-214616915,52533
	Variações iguais não assumidas	7,014	,000	-214616915,52533
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,372	-98435177,61383
	Variações iguais não assumidas	6,736	,296	-98435177,61383
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,045	-194518709,09867
	Variações iguais não assumidas	6,877	,031	-194518709,09867
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,044	-173365715,96800
	Variações iguais não assumidas	16,662	,001	-173365715,96800
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,206	-150091791,22900
	Variações iguais não assumidas	14,046	,021	-150091791,22900
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,043	-1288415451,77700
	Variações iguais não assumidas	16,694	,001	-1288415451,77700
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,021	-1567039924,96750
	Variações iguais não assumidas	15,965	,000	-1567039924,96750

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	37924005,80587	294629573,7484	134604257,3022
			1	6
	Variações iguais não assumidas	30138994,48039	285854466,5764	143379364,4742
			6	1
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	107392075,9227	325012652,3314	128142297,1037
		3	6	9
	Variações iguais não assumidas	86958186,55982	305706782,3839	108836427,1562
			3	6
gasto_educ	Variações iguais assumidas	89733359,49180	383839548,8057	-5197869,39156
			8	
	Variações iguais não assumidas	71961282,53808	365301200,8169	
			1	23736217,38042

	Variações iguais assumidas	79561641,09201	341226105,7419	-	-5505326,19409
gasto_sau				1	
	Variações iguais não assumidas	42765962,80121	263733525,1806	-	-
				8	82997906,75532
	Variações iguais assumidas	114118436,5314	390860646,3411	-	90677063,88312
gasto_assistencia				2	
	Variações iguais não assumidas	57743549,20570	273901689,9740	-	-
				6	26281892,48394
	Variações iguais assumidas	587604582,6127	2528152753,779	-	-
despesa_total				67	48678149,77433
	Variações iguais não assumidas	316298295,2004	1956679464,323	-	-
				53	7
	Variações iguais assumidas	615904564,0393	2866484968,636	-	-
receita_total				37	3
	Variações iguais não assumidas	323765156,9179	2253512182,382	-	-
				76	4

a. Estado = Acre

Estado = Amapá

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	15	162917904,3540	122455158,96052	31617786,08742
	1,00	4	64733656,1450	60688932,96311	30344466,48155
gasto_transporte	,00	15	123938824,2353	72870824,92814	18815166,09141
	1,00	4	97290810,2275	41945895,95047	20972947,97523
gasto_educ	,00	15	637406266,7573	162848600,46527	42047327,83701
	1,00	4	443843459,3675	43871084,99894	21935542,49947

gasto_sau	,00	15	389238589,5780	168521982,70717	43512188,83 298
	1,00	4	209476147,4350	70316236,03520	35158118,01 760
gasto_assistencia	,00	15	87592513,9673	39896334,11520	10301189,17 353
	1,00	4	43519162,6925	13718693,17270	6859346,586 35
despesa_total	,00	15	2673894300,1847	851128424,18704	219760414,1 5734
	1,00	4	1766281962,7425	208420328,89230	104210164,4 4615
receita_total	,00	15	2861764135,2960	1015874011,02307	262297541,7 6915
	1,00	4	1877199100,5425	167988100,06133	83994050,03 066

a. Estado = Amapá

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	3,956	,063	1,530
	Variações iguais não assumidas			2,240
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	,931	,348	,692
	Variações iguais não assumidas			,946
gasto_educ	Variações iguais assumidas	9,284	,007	2,310
	Variações iguais não assumidas			4,081
gasto_sau	Variações iguais assumidas	2,597	,125	2,051
	Variações iguais não assumidas			3,213
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	3,926	,064	2,136

	Varições iguais não assumidas			3,561
despesa_total	Varições iguais assumidas	3,863	,066	2,075
	Varições iguais não assumidas			3,732
receita_total	Varições iguais assumidas	4,741	,044	1,892
	Varições iguais não assumidas			3,575

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Varições iguais assumidas	17	,144	98184248,20900
	Varições iguais não assumidas	10,419	,048	98184248,20900
gasto_transporte	Varições iguais assumidas	17	,498	26648014,00783
	Varições iguais não assumidas	8,581	,370	26648014,00783
gasto_educ	Varições iguais assumidas	17	,034	193562807,38983
	Varições iguais não assumidas	16,837	,001	193562807,38983
gasto_sau	Varições iguais assumidas	17	,056	179762442,14300
	Varições iguais não assumidas	12,796	,007	179762442,14300
gasto_assistencia	Varições iguais assumidas	17	,047	44073351,27483
	Varições iguais não assumidas	15,211	,003	44073351,27483
despesa_total	Varições iguais assumidas	17	,053	907612337,44217
	Varições iguais não assumidas	16,994	,002	907612337,44217
receita_total	Varições iguais assumidas	17	,076	984565034,75350
	Varições iguais não assumidas	16,222	,002	984565034,75350

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Varições iguais assumidas	64158811,07713	-37179010,85680	233547507,27480
	Varições iguais não assumidas	43823179,29042	1069396,48388	195299099,93412
gasto_transporte	Varições iguais assumidas	38511405,39111	-54603949,01058	107899977,02625

	Variações iguais não assumidas	28175787,86510	-37567574,93858	90863602,95424
gasto_educ	Variações iguais assumidas	83806135,09289	16747318,05285	370378296,72682
	Variações iguais não assumidas	47425160,02060	93430806,78323	293694807,99644
gasto_sau	Variações iguais assumidas	87649807,14405	-5162486,36360	364687370,64960
	Variações iguais não assumidas	55941074,70881	58712573,22953	300812311,05647
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	20630369,61561	547076,08337	87599626,46630
	Variações iguais não assumidas	12375990,22222	17726458,56045	70420243,98922
despesa_total	Variações iguais assumidas	437429699,71361	-15283657,22054	1830508332,10487
	Variações iguais não assumidas	243216771,63490	394456196,16041	1420768478,72392
receita_total	Variações iguais assumidas	520294544,94435	113160501,23176	2082290570,73876
	Variações iguais não assumidas	275417865,90324	401355066,44403	1567775003,06297

a. Estado = Amapá

Estado = Bahia

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	12	2295326966,67	542276973,722	156541878,37700
			25	48	
gasto_transporte	1,00	7	1482316979,48	234838295,051	88760532,43171
			71	98	
gasto_educ	,00	12	465667523,845	222612798,822	64262779,66272
			8	87	
gasto_sau	1,00	7	941598502,042	699454903,368	264369103,94524
			9	08	
gasto_educ	,00	12	3515258968,46	486298220,987	140382204,39683
			75	67	
gasto_sau	1,00	7	3822227941,20	609008261,509	230183486,61970
			29	49	
gasto_sau	,00	12	3934123022,11	961529607,489	277569688,85893
			67	52	

	1,00	7	2327183491,38	347638795,757	131395114,23617
			57	84	
	,00	12	237166107,947	99433179,0796	28703886,35399
gasto_assistencia			5	0	
	1,00	7	1900099099,65	1082182054,86	409026370,06764
			86	645	
despesa_total	,00	12	26151831058,0	4778628501,89	1379471225,96184
			125	047	
	1,00	7	21625541587,9	5365012747,22	2027784215,69086
			100	017	
receita_total	,00	12	26740185131,3	5717749838,91	1650572204,32708
			950	093	
	1,00	7	21372653674,2	5213499156,10	1970517461,07230
			914	770	

a. Estado = Bahia

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para
		F	Sig.	Igualdade de Médias
				t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	3,985	,062	3,733
	Variações iguais não assumidas			4,518
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	9,002	,008	-2,212
	Variações iguais não assumidas			-1,749
gasto_educ	Variações iguais assumidas	,450	,511	-1,211
	Variações iguais não assumidas			-1,139
gasto_sau	Variações iguais assumidas	4,023	,061	4,221
	Variações iguais não assumidas			5,233
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	10,451	,005	-5,397
	Variações iguais não assumidas			-4,056
despesa_total	Variações iguais assumidas	,048	,829	1,906
	Variações iguais não assumidas			1,846
receita_total	Variações iguais assumidas	,088	,770	2,035

Variações iguais não assumidas			2,088
--------------------------------	--	--	-------

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,002	813009987,18536
	Variações iguais não assumidas	16,150	,000	813009987,18536
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,041	-475930978,19702
	Variações iguais não assumidas	6,717	,126	-475930978,19702
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,242	-306968972,73536
	Variações iguais não assumidas	10,501	,280	-306968972,73536
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,001	1606939530,73095
	Variações iguais não assumidas	15,093	,000	1606939530,73095
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,000	-1662932991,71107
	Variações iguais não assumidas	6,059	,007	-1662932991,71107
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,074	4526289470,10250
	Variações iguais não assumidas	11,496	,091	4526289470,10250
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,058	5367531457,10357
	Variações iguais não assumidas	13,696	,056	5367531457,10357

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	217810647,6657	353469689,7222	1272550284,648
		1	9	42
	Variações iguais não assumidas	179954971,5994	431809590,1901	1194210384,180
		6	0	62
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	215197024,2675	929957012,3000	-
		5	6	21904944,09398
	Variações iguais não assumidas	272067506,2751	1124799778,592	172937822,1980
		6	08	3
gasto_educ	Variações iguais assumidas	253418016,2896	-	227696305,7360
		2	841634251,2067	8
			9	

	Variações iguais não assumidas	269613799,3940 9	- 903843811,6183 9	289905866,1476 7
	Variações iguais assumidas	380738907,6631 0	803650652,2561 3	2410228409,205 77
gasto_sau	Variações iguais não assumidas	307098694,5891 9	952724542,3843 6	2261154519,077 54
	Variações iguais assumidas	308122790,5813 8	- 2313015255,165 13	- 1012850728,257 01
gasto_assistencia	Variações iguais não assumidas	410032296,9017 6	- 2663875997,183 24	- 661989986,2389 0
	Variações iguais assumidas	2374862361,885 37	- 484232136,2131 8	9536811076,418 18
despesa_total	Variações iguais não assumidas	2452519049,602 19	- 843413050,4081 4	9895991990,613 14
	Variações iguais assumidas	2637181882,582 42	- 196435960,3485 0	10931498874,55 564
receita_total	Variações iguais não assumidas	2570472265,185 52	- 157096785,7429 3	10892159699,95 007

a. Estado = Bahia

Estado = Distrito Federal

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	15	632000390,233 3	725240188,846 68	187256211,56023
			1976035787,49 25	89313036,3497 8	44656518,17489
gasto_transporte	,00	15	791429706,821 3	336756477,242 18	86950148,53910
			731728817,507 5	287036161,456 76	143518080,72838
gasto_educ	,00	15	2754683685,11 20	1071618344,43 797	276690666,76658

	1,00	4	2771092804,69	134070268,934	67035134,46738
			25	75	
	,00	15	3600923966,15	1109463138,16	286462150,48970
			73	536	
gasto_sau	1,00	4	2371475303,18	319017200,249	159508600,12457
			50	15	
	,00	15	11949176806,2	38981431894,7	10064962435,9887
			427	8750	1
gasto_assistencia	1,00	4	3474933380,63	607348546,826	303674273,41304
			25	08	
	,00	15	13632715448,9	2901164882,40	749077551,61095
			880	704	
despesa_total	1,00	4	14677787248,2	1081816042,40	540908021,20479
			150	957	
	,00	15	13753366524,4	3092584070,70	798501773,50601
			300	585	
receita_total	1,00	4	14400121721,8	1078650381,96	539325190,98454
			100	909	

a. Estado = Distrito Federal

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	2,093	,166	-3,623
	Variações iguais não assumidas			-6,982
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	,164	,691	,323
	Variações iguais não assumidas			,356
gasto_educ	Variações iguais assumidas	14,066	,002	-,030
	Variações iguais não assumidas			-,058
gasto_sau	Variações iguais assumidas	4,358	,052	2,151
	Variações iguais não assumidas			3,750
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	1,130	,303	,426
	Variações iguais não assumidas			,842

despesa_total	Varições iguais assumidas	4,148	,058	-,695
	Varições iguais não assumidas			-1,131
receita_total	Varições iguais assumidas	3,937	,064	-,404
	Varições iguais não assumidas			-,671

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Varições iguais assumidas	17	,002	1344035397,2591 7
	Varições iguais não assumidas	15,405	,000	1344035397,2591 7
gasto_transporte	Varições iguais assumidas	17	,751	59700889,31383
	Varições iguais não assumidas	5,449	,735	59700889,31383
gasto_educ	Varições iguais assumidas	17	,976	-16409119,58050
	Varições iguais não assumidas	15,443	,955	-16409119,58050
gasto_sau	Varições iguais assumidas	17	,046	1229448662,9723 3
	Varições iguais não assumidas	16,586	,002	1229448662,9723 3
gasto_assistencia	Varições iguais assumidas	17	,676	8474243425,6101 7
	Varições iguais não assumidas	14,025	,414	8474243425,6101 7
despesa_total	Varições iguais assumidas	17	,496	1045071799,2270 0
	Varições iguais não assumidas	14,283	,277	1045071799,2270 0
receita_total	Varições iguais assumidas	17	,691	646755197,38000 -
	Varições iguais não assumidas	15,060	,512	646755197,38000 -

Teste de amostras independentes^a

	teste t para Igualdade de Médias
--	----------------------------------

		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	370960048,6340 4	- 2126692686,621 05	- 561378107,8972 8
	Variações iguais não assumidas	192507385,2697 5	- 1753417242,228 31	- 934653552,2900 2
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	184873900,4412 6	- 330348945,7719 3	449750724,3996 0
	Variações iguais não assumidas	167802764,6581 8	- 361171623,4482 8	480573402,0759 5
gasto_educ	Variações iguais assumidas	548160818,6471 1	- 1172927353,920 01	1140109114,759 02
	Variações iguais não assumidas	284695335,9800 5	- 621708785,3741 7	588890546,2131 7
gasto_sau	Variações iguais assumidas	571567033,7380 4	- 23547631,41587	2435349694,528 80
	Variações iguais não assumidas	327877350,8141 2	536371492,9100 9	1922525833,034 58
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	19907183312,38 959	- 33526242037,65 194	50474728888,87 227
	Variações iguais não assumidas	10069542536,88 799	- 13119101915,42 365	30067588766,64 397
despesa_total	Variações iguais assumidas	1503449015,370 40	- 4217071952,333 56	2126928353,879 56
	Variações iguais não assumidas	923958151,5042 4	- 3023081578,820 93	932937980,3669 3
receita_total	Variações iguais assumidas	1599743550,893 48	- 4021919061,593 38	2728408666,833 38
	Variações iguais não assumidas	963574980,9551 7	- 2699849216,369 75	1406338821,609 75

a. Estado = Distrito Federal

Estado = Pará**Estatísticas de grupo^a**

Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	15	858283091,954	345083148,292	89100085,75967
		7	86	
gasto_transporte	4	1149104995,53	113002882,109	56501441,05482
		00	65	
gasto_educ	15	397887963,668	172455994,028	44527946,18841
		7	51	
gasto_sau	4	416198086,475	49786801,4177	24893400,70886
		0	3	
gasto_assistencia	15	1739860943,40	470318610,817	121435743,14046
		73	32	
despesa_total	4	1955969762,99	227266789,198	113633394,59948
		25	96	
receita_total	15	1228254993,51	567504378,888	146529000,55575
		87	85	
receita_total	4	1903132670,04	204384054,895	102192027,44756
		25	11	
receita_total	15	1330461569,23	746504453,870	192746621,18068
		13	53	
receita_total	4	1833637767,40	183559205,651	91779602,82562
		50	23	
receita_total	15	9759782540,27	3133347061,73	809026732,53235
		13	439	
receita_total	4	12757964023,8	1428258650,34	714129325,17386
		700	773	
receita_total	15	10096370786,7	3829985301,59	988897952,61944
		660	369	
receita_total	4	13179672856,9	1383847151,83	691923575,91890
		775	780	

a. Estado = Pará

Teste de amostras independentes^a

	Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
	F	Sig.	t

gasto_sp	Variações iguais assumidas	2,793	,113	-1,632
	Variações iguais não assumidas			-2,756
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	6,855	,018	-,206
	Variações iguais não assumidas			-,359
gasto_educ	Variações iguais assumidas	1,795	,198	-,878
	Variações iguais não assumidas			-1,299
gasto_sau	Variações iguais assumidas	3,441	,081	-2,297
	Variações iguais não assumidas			-3,778
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	3,157	,094	-1,311
	Variações iguais não assumidas			-2,357
despesa_total	Variações iguais assumidas	1,800	,197	-1,833
	Variações iguais não assumidas			-2,778
receita_total	Variações iguais assumidas	2,036	,172	-1,555
	Variações iguais não assumidas			-2,555

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,121	-290821903,57533
	Variações iguais não assumidas	15,686	,014	-290821903,57533
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,839	-18310122,80633
	Variações iguais não assumidas	16,567	,724	-18310122,80633
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,392	-216108819,58517
	Variações iguais não assumidas	10,758	,221	-216108819,58517
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,035	-674877676,52383
	Variações iguais não assumidas	14,701	,002	-674877676,52383
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,207	-503176198,17367
	Variações iguais não assumidas	16,992	,031	-503176198,17367
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,084	-2998181483,59867
	Variações iguais não assumidas	11,561	,017	-2998181483,59867
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,138	-3083302070,21150
	Variações iguais não assumidas	14,663	,022	-3083302070,21150

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	178236962,24494	-666869023,06539	85225215,91472

	Variações iguais não assumidas	105504682,94655	-514846032,24974	-66797774,90092
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	88851119,94644	-205769599,77726	169149354,16459
	Variações iguais não assumidas	51013913,69626	-126154871,40859	89534625,79592
gasto_educ	Variações iguais assumidas	246113224,14122	-735362333,78909	303144694,61876
	Variações iguais não assumidas	166310517,04651	-583161863,33855	150944224,16822
gasto_sau	Variações iguais assumidas	293807554,26737	1294757431,40223	-54997921,64543
	Variações iguais não assumidas	178644782,95688	1056325925,00807	-293429428,03959
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	383679405,94768	1312668985,73589	306316589,38856
	Variações iguais não assumidas	213482447,68926	-953601282,77084	-52751113,57649
despesa_total	Variações iguais assumidas	1635341114,29002	6448449641,59897	452086674,40163
	Variações iguais não assumidas	1079122304,01621	5359319196,31135	-637043770,88599
receita_total	Variações iguais assumidas	1983029552,13480	7267128710,60923	1100524570,18623
	Variações iguais não assumidas	1206928910,75130	5660969810,18893	-505634330,23407

a. Estado = Pará

Estado = Piauí

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	11	292480224,4727	79140932,99661	23861889,11895
	1,00	8	333643481,9900	47626255,64252	16838424,16367
gasto_transporte	,00	11	142793359,4009	143223163,89239	43183408,71988
	1,00	8	165645073,9375	118102678,76269	41755602,51470
gasto_educ	,00	11	847924663,4200	174833474,69454	52714276,03235
	1,00	8	833212370,1325	216050911,09746	76385532,15927
gasto_sau	,00	11	523923457,5064	270328866,43502	81507219,99701
	1,00	8	743829454,1412	343601783,09632	121481575,42760
gasto_assistencia	,00	11	528021744,7755	374156194,20695	112812337,19744
	1,00	8	626403475,3725	303145354,50148	107178067,92660
despesa_total	,00	11	4674629815,7309	1560326840,36036	470456243,61783

	1,00	8	5210458426,4287	1227972905,00816	434153984,12231
receita_total	,00	11	4858057483,9436	1977879585,21008	596353133,14960
	1,00	8	5015963042,5450	1356598300,99300	479629928,98915

a. Estado = Piauí

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	,723	,407	-1,304
	Variações iguais não assumidas			-1,409
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	,078	,784	-,369
	Variações iguais não assumidas			-,380
gasto_educ	Variações iguais assumidas	,245	,627	,164
	Variações iguais não assumidas			,159
gasto_sau	Variações iguais assumidas	,364	,554	-1,564
	Variações iguais não assumidas			-1,503
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	,240	,631	-,611
	Variações iguais não assumidas			-,632
despesa_total	Variações iguais assumidas	,966	,340	-,805
	Variações iguais não assumidas			-,837
receita_total	Variações iguais assumidas	1,759	,202	-,194
	Variações iguais não assumidas			-,206

Teste de amostras independentes^a

	teste t para Igualdade de Médias
--	----------------------------------

		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,210	-41163257,51727
	Variações iguais não assumidas	16,569	,177	-41163257,51727
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,717	-22851714,53659
	Variações iguais não assumidas	16,649	,708	-22851714,53659
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,872	14712293,28750
	Variações iguais não assumidas	13,165	,876	14712293,28750
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,136	-219905996,63489
	Variações iguais não assumidas	12,892	,157	-219905996,63489
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,549	-98381730,59705
	Variações iguais não assumidas	16,729	,536	-98381730,59705
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,432	-535828610,69784
	Variações iguais não assumidas	16,839	,414	-535828610,69784
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,848	-157905558,60136
	Variações iguais não assumidas	16,975	,839	-157905558,60136

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	31577330,51518	-107785601,34458	25459086,31004
	Variações iguais não assumidas	29204833,17262	-102902279,24540	20575764,21085
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	62010448,87548	-153682325,56251	107978896,48933
	Variações iguais não assumidas	60069435,90574	-149790819,18846	104087390,11528
gasto_educ	Variações iguais assumidas	89621361,97302	-174372252,30980	203796838,88480
	Variações iguais não assumidas	92809182,84777	-185534628,67929	214959215,25429
gasto_sau	Variações iguais assumidas	140632245,25952	-516614098,42910	76802105,15932
	Variações iguais não assumidas	146291490,11481	-536218753,40276	96406760,13299
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	161089534,94097	-438250940,84142	241487479,64733
	Variações iguais não assumidas	155607717,25216	-427090926,39398	230327465,19989

despesa_total	Variações iguais assumidas	665784684,82497	-	868854288,82870
	Variações iguais não assumidas	640170882,72450	1940511510,22439	815800171,78042
receita_total	Variações iguais assumidas	812687327,05457	-	1556714823,92606
	Variações iguais não assumidas	765298587,61106	1872525941,12879	1456916340,48271
			1772727457,68544	

a. Estado = Piauí

Estado = Rio Grande do Sul

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	12	2218506892,7808	479890888,57449	138532566,85006
	1,00	7	2176814892,6871	209169970,83834	79058817,79727
gasto_transporte	,00	12	655760567,0550	493532242,02471	142470486,39336
	1,00	7	796318105,0557	400979528,60961	151556016,21842
gasto_educ	,00	12	4077192632,6858	1105115712,74534	319019427,11960
	1,00	7	4785044145,6486	1110113087,36966	419583308,04832
gasto_sau	,00	12	2108995475,7142	912868846,63650	263522537,17020
	1,00	7	2779957441,9971	1357746656,32414	513179999,43759
gasto_assistencia	,00	12	6895427600,3642	2100571801,08290	606382847,40367
	1,00	7	6831989151,7329	4747626720,18046	1794434231,33753
despesa_total	,00	12	32755697197,8733	6598992747,82858	1904965119,66961
	1,00	7	34066527851,8043	8517411741,98749	3219279040,46290
receita_total	,00	12	4593469464,9367	1263717618,54415	364803853,62307
	1,00	7	5492100440,6429	2272337378,24417	858862799,66723

a. Estado = Rio Grande do Sul

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	3,364	,084	,216
	Variações iguais não assumidas			,261
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	,439	,516	-,638
	Variações iguais não assumidas			

	Variações iguais não assumidas			-,676
gasto_educ	Variações iguais assumidas	,003	,957	-1,345
	Variações iguais não assumidas			-1,343
gasto_sau	Variações iguais assumidas	5,008	,039	-1,293
	Variações iguais não assumidas			-1,163
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	14,546	,001	,041
	Variações iguais não assumidas			,033
despesa_total	Variações iguais assumidas	2,502	,132	-,376
	Variações iguais não assumidas			-,350
receita_total	Variações iguais assumidas	8,343	,010	-1,118
	Variações iguais não assumidas			-,963

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,831	41692000,09369
	Variações iguais não assumidas	16,185	,797	41692000,09369
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,532	-140557538,00071
	Variações iguais não assumidas	14,930	,510	-140557538,00071
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,196	-707851512,96274
	Variações iguais não assumidas	12,638	,203	-707851512,96274
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,213	-670961966,28298
	Variações iguais não assumidas	9,231	,274	-670961966,28298
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,968	63438448,63131
	Variações iguais não assumidas	7,396	,974	63438448,63131
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,712	-1310830653,93095
	Variações iguais não assumidas	10,252	,733	-1310830653,93095
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,279	-898630975,70619
	Variações iguais não assumidas	8,214	,363	-898630975,70619

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	192869106,85205	-365226246,02556	448610246,21294
	Variações iguais não assumidas	159504133,95762	-296128573,47717	379512573,66455
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	220192848,75558	-605123840,43272	324008764,43129
	Variações iguais não assumidas	208007368,96841	-584095218,44287	302980142,44144
gasto_educ	Variações iguais assumidas	526427428,53355	-	402813276,35605
	Variações iguais não assumidas	527089695,66146	1818516302,28153	-
gasto_sau	Variações iguais assumidas	518780442,08669	1849879808,37685	-
	Variações iguais não assumidas	518780442,08669	1765493024,47271	423569091,90676
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	576886331,45481	-	629076558,87051
	Variações iguais não assumidas	576886331,45481	1971000491,43646	-
despesa_total	Variações iguais assumidas	1563713926,28681	3235709552,32343	-
	Variações iguais não assumidas	1894121001,47306	4367293461,73343	3362586449,58605
receita_total	Variações iguais assumidas	3487827966,36283	-	4494170358,99604
	Variações iguais não assumidas	3487827966,36283	8669504430,16579	6047843122,30390
receita_total	Variações iguais assumidas	3740675025,65000	9617902185,65981	-
	Variações iguais não assumidas	803707376,05963	2594305317,73630	6996240877,79792
receita_total	Variações iguais assumidas	933127622,71324	-	797043366,32392
	Variações iguais não assumidas	933127622,71324	3040689038,15643	1243427086,74405

a. Estado = Rio Grande do Sul

Estado = Sergipe

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	13	338835948,8600	116539390,86642	32322211,49079
	1,00	6	659865895,6633	179740367,31720	73378697,68459
gasto_transporte	,00	13	163802049,8338	91128210,77630	25274418,19963
	1,00	6	216465937,3833	83147946,43382	33945006,98719

gasto_educ	,00	13	696631125,9246	93628142,31366	25967774,45680
	1,00	6	901789030,3650	92009700,92015	37562803,10674
gasto_sau	,00	13	70482066443,9192	250392567927,95080	69446403281,48666
	1,00	6	881973030,3883	99315445,94976	40545361,02565
gasto_assistencia	,00	13	701096488,6215	233242029,51063	64689699,76876
	1,00	6	995016388,5600	271855958,50676	110984730,31280
despesa_total	,00	13	4644419808,5869	943194859,33756	261595186,77659
	1,00	6	6328606102,5633	868932081,75593	354740036,90606
receita_total	,00	13	4780600666,3269	1407207284,03116	390289078,29083
	1,00	6	6391778541,1183	662156758,08919	270324364,50900

a. Estado = Sergipe

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	3,744	,070	-4,708
	Variações iguais não assumidas			-4,004
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	,060	,809	-1,201
	Variações iguais não assumidas			-1,244
gasto_educ	Variações iguais assumidas	,000	,991	-4,462
	Variações iguais não assumidas			-4,493
gasto_sau	Variações iguais assumidas	2,127	,163	,670
	Variações iguais não assumidas			1,002
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	,596	,451	-2,428
	Variações iguais não assumidas			-2,288
despesa_total	Variações iguais assumidas	,006	,937	-3,701
	Variações iguais não assumidas			-3,821

receita_total	Variações iguais assumidas	,937	,347	-2,642
	Variações iguais não assumidas			-3,394

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,000	-321029946,80333
	Variações iguais não assumidas	7,018	,005	-321029946,80333
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,246	-52663887,54949
	Variações iguais não assumidas	10,709	,240	-52663887,54949
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,000	-205157904,44038
	Variações iguais não assumidas	9,972	,001	-205157904,44038
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,512	69600093413,53090
	Variações iguais não assumidas	12,000	,336	69600093413,53090
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,027	-293919899,93846
	Variações iguais não assumidas	8,563	,049	-293919899,93846
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,002	-1684186293,97641
	Variações iguais não assumidas	10,609	,003	-1684186293,97641
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,017	-1611177874,79141
	Variações iguais não assumidas	16,926	,003	-1611177874,79141

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	68189763,39070	-464897771,85380	-177162121,75287
	Variações iguais não assumidas	80182034,33152	-510529549,76983	-131530343,83684
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	43854467,40490	-145188726,03793	39860950,93896
	Variações iguais não assumidas	42320913,44348	-146121180,16269	40793405,06371
gasto_educ	Variações iguais assumidas	45976499,01820	-302159838,28322	-108155970,59755
	Variações iguais não assumidas	45664970,02599	-306944304,15324	-103371504,72753

gasto_sau	Variações iguais assumidas	103828626706,88292	-	288659347464,74810
	Variações iguais não assumidas	69446415117,42116	-81710635378,07333	220910822205,13513
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	121033316,32496	-549277876,15768	-38561923,71924
	Variações iguais não assumidas	128461541,39966	-586798288,32927	-1041511,54765
despesa_total	Variações iguais assumidas	455038537,13466	-2644233688,13758	-724138899,81524
	Variações iguais não assumidas	440763582,35316	-2658676430,61195	-709696157,34088
receita_total	Variações iguais assumidas	609840045,87524	-2897827903,56554	-324527846,01728
	Variações iguais não assumidas	474763969,44198	-2613175019,43002	-609180730,15280

a. Estado = Sergipe

Estado = Espírito Santo

Estatísticas de grupo^a

	Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
gasto_sp	,00	15	811682482,2527	149909818,84336	38706548,78755
	1,00	4	761271793,2775	92361164,78288	46180582,39144
gasto_transporte	,00	15	425505682,3153	305756189,28916	78945908,60778
	1,00	4	225397621,1500	43962136,12494	21981068,06247
gasto_educ	,00	15	1194417344,5293	277193531,30515	71571062,02808
	1,00	4	1123587557,2450	365063413,23003	182531706,61501
gasto_sau	,00	15	1245860521,8720	490223155,22566	126575074,40761
	1,00	4	1067594392,3350	166352057,72561	83176028,86280
gasto_assistencia	,00	15	1644295937,6053	330966705,28261	85455235,84725
	1,00	4	1283681737,3325	206073855,50216	103036927,75108
despesa_total	,00	15	11672639616,0147	2711014343,41558	699980893,55853
	1,00	4	10109441171,6675	1029123841,86607	514561920,93304
receita_total	,00	15	11823992822,6787	2765012740,75795	713923219,80046
	1,00	4	9219645007,3425	955641292,00836	477820646,00418

a. Estado = Espírito Santo

Teste de amostras independentes^a

	Teste de Levene para igualdade de variações	teste t para Igualdade de Médias
--	---	----------------------------------

		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	3,452	,081	,633
	Variações iguais não assumidas			,837
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	15,955	,001	1,279
	Variações iguais não assumidas			2,442
gasto_educ	Variações iguais assumidas	,288	,598	,427
	Variações iguais não assumidas			,361
gasto_sau	Variações iguais assumidas	6,304	,022	,703
	Variações iguais não assumidas			1,177
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	1,488	,239	2,050
	Variações iguais não assumidas			2,694
despesa_total	Variações iguais assumidas	8,362	,010	1,112
	Variações iguais não assumidas			1,799
receita_total	Variações iguais assumidas	8,970	,008	1,821
	Variações iguais não assumidas			3,032

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,535	50410688,97517
	Variações iguais não assumidas	7,864	,428	50410688,97517
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,218	200108061,16533
	Variações iguais não assumidas	15,811	,027	200108061,16533
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,675	70829787,28433
	Variações iguais não assumidas	3,973	,736	70829787,28433

gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,491	178266129,53700
	Variações iguais não assumidas	15,347	,257	178266129,53700
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,056	360614200,27283
	Variações iguais não assumidas	7,760	,028	360614200,27283
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,282	1563198444,34717
	Variações iguais não assumidas	14,060	,093	1563198444,34717
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,086	2604347815,33617
	Variações iguais não assumidas	15,158	,008	2604347815,33617

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	79607179,19089	-117545777,78914	218367155,73948
	Variações iguais não assumidas	60256477,73523	-88960567,45057	189781945,40091
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	156486118,95872	-130048790,32844	530264912,65911
	Variações iguais não assumidas	81948909,93220	26215535,65485	374000586,67582
gasto_educ	Variações iguais assumidas	165786619,77937	-278949405,72249	420608980,29116
	Variações iguais não assumidas	196061829,12443	-474973474,17115	616633048,73982
gasto_sau	Variações iguais assumidas	253412294,36841	-356387076,73595	712919335,80995
	Variações iguais não assumidas	151457919,03588	-143924372,40395	500456631,47795
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	175895328,98809	-10492504,89434	731720905,44001
	Variações iguais não assumidas	133862637,85721	50254892,97720	670973507,56847
despesa_total	Variações iguais assumidas	1405647481,16885	1402458508,36498	4528855397,05931
	Variações iguais não assumidas	868761890,17549	-299370668,86535	3425767557,55969
receita_total	Variações iguais assumidas	1429967728,05550	-412620373,11418	5621316003,78651
	Variações iguais não assumidas	859068643,07697	774946198,42098	4433749432,25135

a. Estado = Espírito Santo

Estado = Mato Grosso do Sul

Estatísticas de grupo^a

Partido_codif	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
gasto_sp	,00	11	699770211,9091	260911591,96925	78667804,91057
	1,00	8	539157660,7500	81408454,76484	28782235,20507
gasto_transporte	,00	11	673974937,5455	315683034,62551	95182016,23033
	1,00	8	375971751,0000	101650622,15965	35938922,12046
gasto_educ	,00	11	1028325546,5455	270874745,34309	81671808,68056
	1,00	8	935680904,8750	203706204,65570	72021019,34091
gasto_sau	,00	11	496419189,7273	341074892,45656	102837949,42629
	1,00	8	376444565,2500	157044080,87811	55523467,26706
gasto_assistencia	,00	11	1080448566,8182	650633968,41252	196173522,64402
	1,00	8	785270754,8750	172073418,91286	60837140,68762
despesa_total	,00	11	8164454299,6364	2341870605,46960	706100555,08228
	1,00	8	5989209381,6250	738768268,54282	261194026,20603
receita_total	,00	11	8206285448,9091	2787044914,46631	840325659,55935
	1,00	8	5850759782,8750	665704522,72639	235362091,14319

a. Estado = Mato Grosso do Sul

Teste de amostras independentes^a

		Teste de Levene para igualdade de variações		teste t para Igualdade de Médias
		F	Sig.	t
gasto_sp	Variações iguais assumidas	12,418	,003	1,671
	Variações iguais não assumidas			1,917
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	7,348	,015	2,558
	Variações iguais não assumidas			2,929
gasto_educ	Variações iguais assumidas	,568	,461	,812
	Variações iguais não assumidas			,851
gasto_sau	Variações iguais assumidas	26,246	,000	,921
	Variações iguais não assumidas			1,027

gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	6,683	,019	1,243
	Variações iguais não assumidas			1,437
despesa_total	Variações iguais assumidas	12,556	,002	2,520
	Variações iguais não assumidas			2,889
receita_total	Variações iguais assumidas	12,478	,003	2,326
	Variações iguais não assumidas			2,699

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média
gasto_sp	Variações iguais assumidas	17	,113	160612551,15909
	Variações iguais não assumidas	12,536	,078	160612551,15909
gasto_transporte	Variações iguais assumidas	17	,020	298003186,54545
	Variações iguais não assumidas	12,686	,012	298003186,54545
gasto_educ	Variações iguais assumidas	17	,428	92644641,67045
	Variações iguais não assumidas	16,954	,407	92644641,67045
gasto_sau	Variações iguais assumidas	17	,370	119974624,47727
	Variações iguais não assumidas	14,874	,321	119974624,47727
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	17	,231	295177811,94318
	Variações iguais não assumidas	11,859	,177	295177811,94318
despesa_total	Variações iguais assumidas	17	,022	2175244918,01136
	Variações iguais não assumidas	12,587	,013	2175244918,01136
receita_total	Variações iguais assumidas	17	,033	2355525666,03409
	Variações iguais não assumidas	11,529	,020	2355525666,03409

Teste de amostras independentes^a

		teste t para Igualdade de Médias		
		Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
			Inferior	Superior
gasto_sp	Variações iguais assumidas	96099251,45920	-42139146,58765	363364248,90583
	Variações iguais não assumidas	83767777,77193	-21040723,13191	342265825,45009

gasto_transporte	Variações iguais assumidas	116513714,74216	52180736,15122	543825636,93969
	Variações iguais não assumidas	101740957,02740	77651334,84309	518355038,24782
gasto_educ	Variações iguais assumidas	114052394,45225	147984876,83409	333274160,17500
	Variações iguais não assumidas	108891283,21430	137143575,57279	322432858,91370
gasto_sau	Variações iguais assumidas	130259032,84565	154847912,17398	394797161,12852
	Variações iguais não assumidas	116869582,26828	129310576,48467	369259825,43922
gasto_assistencia	Variações iguais assumidas	237480224,81834	205861665,80591	796217289,69227
	Variações iguais não assumidas	205390381,16136	152919076,48260	743274700,36897
despesa_total	Variações iguais assumidas	863171212,50880	354112847,52306	3996376988,49966
	Variações iguais não assumidas	752861417,00397	543348260,87070	3807141575,15202
receita_total	Variações iguais assumidas	1012881040,57925	218533468,12802	4492517863,94017
	Variações iguais não assumidas	872664040,77466	445505502,60470	4265545829,46348

a. Estado = Mato Grosso do Sul

APÊNDICE C – Regressões Lineares e Anova

Regressões Lineares

```
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT gasto_sp
/METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí
Rio_G_Sul Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total
Proporção_SP.
```

Regressão – Segurança Pública

		Observações
Saída criada		03-FEB-2018 16:44:57
Comentários		
	Dados	C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	190
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas são baseadas em casos sem valores ausentes para qualquer variável usada.
Sintaxe		REGRESSION /MISSING LISTWISE /STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA /CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10) /NOORIGIN /DEPENDENT gasto_sp /METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_SP.
Recursos	Tempo do processador	00:00:00,03

Tempo decorrido		00:00:00,03
Memória necessária	7748 bytes	
Memória adicional necessária para plots residuais	0 bytes	

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Proporção_SP, Ano, Espírito_Santo, Piauí, Bahia, Partido_codif, Rio_G_Sul, Sergipe, Distrito_Federal, Mato_Grosso_do_Sul, Amapá, Pará, receita_total, despesa_total ^b		Inserir

- a. Variável dependente: gasto_sp
b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,979 ^a	,959	,955	163829138,22281

- a. Previsores: (Constante), Proporção_SP, Ano, Espírito_Santo, Piauí, Bahia, Partido_codif, Rio_G_Sul, Sergipe, Distrito_Federal, Mato_Grosso_do_Sul, Amapá, Pará, receita_total, despesa_total

ANOVA^a

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.	
1	Regressão	108734848584722 530000,000	14	776677489890875290 0,000	289,373	,000 ^b
	Residual	469699764289481 5200,000	175	26839986530827516, 000		
	Total	113431846227617 350000,000	189			

- a. Variável dependente: gasto_sp
b. Previsores: (Constante), Proporção_SP, Ano, Espírito_Santo, Piauí, Bahia, Partido_codif, Rio_G_Sul, Sergipe, Distrito_Federal, Mato_Grosso_do_Sul, Amapá, Pará, receita_total, despesa_total

Coefficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t
	B	Erro padrão	Beta	
(Constante)	27630452347,187	5857276866,294		4,717
Ano	-14141953,415	2927713,232	-,100	-4,830
Partido_codif	-22969006,964	27442613,057	-,014	-,837
Amapá	97134251,013	55574156,997	,038	1,748
Bahia	-434515943,397	136468344,828	-,169	-3,184
Distrito_Federal	-300067974,839	83257341,565	-,117	-3,604
Pará	-198375299,004	70479752,436	-,077	-2,815
1 Piauí	-87360936,751	54973269,221	-,034	-1,589
Rio_G_Sul	656323218,008	180948824,307	,255	3,627
Sergipe	-101794960,624	56275396,503	-,040	-1,809
Espírito_Santo	-245471615,037	72334756,684	-,095	-3,394
Mato_Grosso_do_Sul	-142794934,557	59235606,195	-,055	-2,411
despesa_total	,041	,006	,536	6,842
receita_total	,057	,008	,509	6,906
Proporção_SP	9124378569,143	481041500,302	,324	18,968

Coeficientes^a

Modelo	Sig.
(Constante)	,000
Ano	,000
Partido_codif	,404
Amapá	,082
Bahia	,002
Distrito_Federal	,000
Pará	,005
1 Piauí	,114
Rio_G_Sul	,000
Sergipe	,072
Espírito_Santo	,001
Mato_Grosso_do_Sul	,017
despesa_total	,000
receita_total	,000
Proporção_SP	,000

a. Variável dependente: gasto_sp
REGRESSION

```

/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT gasto_transporte
/METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul
Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_transporte

```

Regressão - Transporte**Observações**

Saída criada		03-FEB-2018 16:45:08
Comentários		
	Dados	C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	190
Tratamento de valor ausente	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
	Casos utilizados	As estatísticas são baseadas em casos sem valores ausentes para qualquer variável usada.
Sintaxe		REGRESSION /MISSING LISTWISE /STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA /CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10) /NOORIGIN /DEPENDENT gasto_transporte /METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_transporte.
	Tempo do processador	00:00:00,02
	Tempo decorrido	00:00:00,02
Recursos	Memória necessária	7748 bytes
	Memória adicional necessária para plots residuais	0 bytes

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Proporção_transporte, Amapá, Ano, Pará, Partido_codif, Sergipe, Distrito_Federal, Piauí, Bahia, Mato_Grosso_do_Sul, Espírito_Santo, Rio_G_Sul, receita_total, despesa_total ^b		Inserir

a. Variável dependente: gasto_transporte

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,867 ^a	,751	,731	186157134,17715

a. Previsores: (Constante), Proporção_transporte, Amapá, Ano, Pará, Partido_codif, Sergipe, Distrito_Federal, Piauí, Bahia, Mato_Grosso_do_Sul, Espírito_Santo, Rio_G_Sul, receita_total, despesa_total

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
1	Regressão	1832145406289 0869000,000	14	13086752902064 90620,000	37,764	,000 ^b
	Residual	6064533755883 512800,000	175	34654478605048 644,000		
	Total	2438598781877 4380000,000	189			

a. Variável dependente: gasto_transporte

b. Previsores: (Constante), Proporção_transporte, Amapá, Ano, Pará, Partido_codif, Sergipe, Distrito_Federal, Piauí, Bahia, Mato_Grosso_do_Sul, Espírito_Santo, Rio_G_Sul, receita_total, despesa_total

Coefficientes^a

Modelo	Coefficientes não padronizados		Coefficientes padronizados	t
	B	Erro padrão	Beta	
1 (Constante)	- 3781604590,216	6630583660,462		-,570

Ano	1605379,636	3315641,948	,025	,484
Partido_codif	64683202,803	30378005,131	,086	2,129
Amapá	231856370,748	68159615,356	,194	3,402
Bahia	278258812,685	159645740,168	,233	1,743
Distrito_Federal	510583108,328	96715796,827	,428	5,279
Pará	335294220,466	85416054,703	,281	3,925
Piauí	338927124,936	72391340,178	,284	4,682
Rio_G_Sul	1178061229,787	206972550,606	,986	5,692
Sergipe	310274409,449	71599998,815	,260	4,333
Espírito_Santo	383944665,746	89641793,716	,322	4,283
Mato_Grosso_do_Sul	286259089,958	67530357,630	,240	4,239
despesa_total	-,009	,007	-,239	-1,247
receita_total	,037	,009	,710	3,972
Proporção_transporte	7701151499,332	551204075,941	,713	13,972

Coeficientes^a

Modelo	Sig.
(Constante)	,569
Ano	,629
Partido_codif	,035
Amapá	,001
Bahia	,083
Distrito_Federal	,000
Pará	,000
1 Piauí	,000
Rio_G_Sul	,000
Sergipe	,000
Espírito_Santo	,000
Mato_Grosso_do_Sul	,000
despesa_total	,214
receita_total	,000
Proporção_transporte	,000

a. Variável dependente: gasto_transporte

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA

```

/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT gasto_educ
/METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul
Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_Educ.

```

Regressão - Educação**Observações**

Saída criada		03-FEB-2018 16:45:25
Comentários		
	Dados	C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	190
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes. As estatísticas são baseadas em casos sem valores ausentes para qualquer variável usada.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	REGRESSION /MISSING LISTWISE /STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA /CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10) /NOORIGIN /DEPENDENT gasto_educ /METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_Educ.
Sintaxe		
	Tempo do processador	00:00:00,03
	Tempo decorrido	00:00:00,03
Recursos	Memória necessária	7748 bytes
	Memória adicional necessária para plots residuais	0 bytes

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Proporção_Educ, Pará, Partido_codif, Piauí, Bahia, Ano, Sergipe, Mato_Grosso_do_Sul, Distrito_Federal, Rio_G_Sul, Amapá, Espírito_Santo, receita_total, despesa_total ^b		Inserir

a. Variável dependente: gasto_educ

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,979 ^a	,958	,955	295507172,06741

a. Previsores: (Constante), Proporção_Educ, Pará, Partido_codif, Piauí, Bahia, Ano, Sergipe, Mato_Grosso_do_Sul, Distrito_Federal, Rio_G_Sul, Amapá, Espírito_Santo, receita_total, despesa_total

ANOVA^a

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.	
1	Regressão	352628365745026000000,00	14	25187740410358997000,000	288,438	,000 ^b
	Residual	15281785530073907000,000	175	87324488743279472,000		
	Total	367910151275099850000,000	189			

a. Variável dependente: gasto_educ

b. Previsores: (Constante), Proporção_Educ, Pará, Partido_codif, Piauí, Bahia, Ano, Sergipe, Mato_Grosso_do_Sul, Distrito_Federal, Rio_G_Sul, Amapá, Espírito_Santo, receita_total, despesa_total

Coefficientes^a

Modelo	Coefficientes não padronizados	Coefficientes padronizados	t

	B	Erro padrão	Beta	
(Constante)	-35637588417,150	10856038272,066		-3,283
Ano	16652455,257	5409277,234	,066	3,078
Partido_codif	136268525,112	48250936,235	,047	2,824
Amapá	-363984650,062	105466895,664	-,078	-3,451
Bahia	1088719333,233	246129510,022	,235	4,423
Distrito_Federal	1028680252,180	149569552,501	,222	6,878
Pará	672190958,037	127200905,465	,145	5,284
1 Piauí	335415036,903	100182380,611	,072	3,348
Rio_G_Sul	2443237547,864	325831085,640	,527	7,498
Sergipe	582999059,906	107285553,934	,126	5,434
Espírito_Santo	820763229,071	145653683,471	,177	5,635
Mato_Grosso_do_Sul	639632156,115	113534512,603	,138	5,634
despesa_total	,068	,011	,494	6,264
receita_total	,052	,015	,258	3,541
Proporção_Educ	11818055766,688	767653462,383	,413	15,395

Coefficientes^a

Modelo	Sig.
(Constante)	,001
Ano	,002
Partido_codif	,005
Amapá	,001
Bahia	,000
Distrito_Federal	,000
Pará	,000
1 Piauí	,001
Rio_G_Sul	,000
Sergipe	,000
Espírito_Santo	,000
Mato_Grosso_do_Sul	,000
despesa_total	,000
receita_total	,001
Proporção_Educ	,000

a. Variável dependente: gasto_educ

```

REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT gasto_sau
/METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul
Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_sau.
Regressão – Saúde

```

Observações

Saída criada		03-FEB-2018 16:45:36
Comentários		
	Dados	C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	190
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas são baseadas em casos sem valores ausentes para qualquer variável usada.
Sintaxe		REGRESSION /MISSING LISTWISE /STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA /CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10) /NOORIGIN /DEPENDENT gasto_sau /METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_sau.
	Tempo do processador	00:00:00,05
Recursos	Tempo decorrido	00:00:00,03
	Memória necessária	7748 bytes

Memória adicional necessária para plots residuais	0 bytes
---	---------

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Proporção_sau, receita_total, Mato_Grosso_do_Sul, Partido_codif, Pará, Espírito_Santo, Piauí, Ano, Rio_G_Sul, Distrito_Federal, Sergipe, Amapá, Bahia, despesa_total ^b	.	Inserir

a. Variável dependente: gasto_sau

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do Modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	1,000 ^a	1,000	1,000	458158383,21600

a. Previsores: (Constante), Proporção_sau, receita_total, Mato_Grosso_do_Sul, Partido_codif, Pará, Espírito_Santo, Piauí, Ano, Rio_G_Sul, Distrito_Federal, Sergipe, Amapá, Bahia, despesa_total

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
1	Regressão	810293818060 333500000000 ,000	14	578781298614 52385000000, 000	275729,488	,000 ^b

Residual	367340932194 42100000,000	175	209909104111 097696,000		
Total	810330552153 552800000000 ,000	189			

a. Variável dependente: gasto_sau

b. Previsores: (Constante), Proporção_sau, receita_total, Mato_Grosso_do_Sul, Partido_codif, Pará, Espírito_Santo, Piauí, Ano, Rio_G_Sul, Distrito_Federal, Sergipe, Amapá, Bahia, despesa_total

Coefficientes^a

Modelo	Coefficientes não padronizados		Coefficientes padronizados	t
	B	Erro padrão	Beta	
(Constante)	-65323906477,798	16373419034,113		-3,990
Ano	32129913,695	8187415,094	,003	3,924
Partido_codif	688524,102	74788743,943	,000	,009
Amapá	58208238,279	155096159,428	,000	,375
Bahia	765646403,485	380905956,816	,004	2,010
Distrito_Federal	1108064797,793	231683662,142	,005	4,783
Pará	306851276,799	196518970,786	,001	1,561
1 Piauí	197470296,758	153744035,872	,001	1,284
Rio_G_Sul	642044078,794	505472942,426	,003	1,270
Sergipe	-51157943,229	158063951,518	,000	-,324
Espírito_Santo	233045669,772	202239771,749	,001	1,152
Mato_Grosso_do_Sul	218582669,168	164653556,340	,001	1,328
despesa_total	,058	,017	,009	3,449
receita_total	,046	,023	,005	2,043
Proporção_sau	6987115724,054	3684193,224	1,000	1896,512

Coefficientes^a

Modelo	Sig.
(Constante)	,000
Ano	,000
1 Partido_codif	,993
Amapá	,708
Bahia	,046

Distrito_Federal	,000
Pará	,120
Piauí	,201
Rio_G_Sul	,206
Sergipe	,747
Espírito_Santo	,251
Mato_Grosso_do_Sul	,186
despesa_total	,001
receita_total	,043
Proporção_sau	,000

a. Variável dependente: gasto_sau

```
REGRESSION
/MISSING LISTWISE
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)
/NOORIGIN
/DEPENDENT gasto_assistencia
/METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul
Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_assistencia.
Regressão – Assistência Social
```

Observações

Saída criada		03-FEB-2018 16:45:49
Comentários		
	Dados	C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	190
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas são baseadas em casos sem valores ausentes para qualquer variável usada.

Sintaxe	REGRESSION /MISSING LISTWISE /STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA /CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10) /NOORIGIN /DEPENDENT gasto_assistencia /METHOD=ENTER Ano Partido_codif Amapá Bahia Distrito_Federal Pará Piauí Rio_G_Sul Sergipe Espírito_Santo Mato_Grosso_do_Sul despesa_total receita_total Proporção_assistencia.
Recursos	Tempo do processador 00:00:00,03 Tempo decorrido 00:00:00,03 Memória necessária 7748 bytes Memória adicional necessária para plots residuais 0 bytes

[Conjunto_de_dados1] C:\Users\Leon\Desktop\gabriela\Bd - gastos - com Es e MS.sav

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Proporção_assistencia, Rio_G_Sul, Ano, Partido_codif, Sergipe, Mato_Grosso_do_Sul, Bahia, Piauí, Espírito_Santo, Pará, Amapá, Distrito_Federal, receita_total, despesa_total ^b	.	Inserir

- a. Variável dependente: gasto_assistencia
b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do Modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,999 ^a	,997	,997	602567342,68576

- a. Previsores: (Constante), Proporção_assistencia, Rio_G_Sul, Ano, Partido_codif, Sergipe, Mato_Grosso_do_Sul, Bahia, Piauí, Espírito_Santo, Pará, Amapá, Distrito_Federal, receita_total, despesa_total

ANOVA^a

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
1	23613483651958070000000,00	14	1686677403711290700000,00	4645,376	,000 ^b

Residual	63540295432490750000,000	17 5	363087402471375740,000		
Total	23677023947390560000000,00	18 9			
	0				

a. Variável dependente: gasto_assistencia

b. Previsores: (Constante), Proporção_assistencia, Rio_G_Sul, Ano, Partido_codif, Sergipe, Mato_Grosso_do_Sul, Bahia, Piauí, Espírito_Santo, Pará, Amapá, Distrito_Federal, receita_total, despesa_total

Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t
	B	Erro padrão		
(Constante)	11264543117,538	21517405924,4 14		,524
Ano	-6106509,416	10759904,044	-,003	-,568
Partido_codif	58006973,196	98308514,988	,002	,590
Amapá	385946355,594	203999278,879	,010	1,892
Bahia	-1588174564,672	502109267,728	-,043	-3,163
Distrito_Federal	-438356188,512	309495874,783	-,012	-1,416
Pará	-441818622,233	258861265,852	-,012	-1,707
Piauí	-410551437,747	202243316,342	-,011	-2,030
Rio_G_Sul	-3587258886,757	664017196,181	-,096	-5,402
Sergipe	-738629068,501	205762283,571	-,020	-3,590
Espírito_Santo	-584957359,922	266445708,950	-,016	-2,195
Mato_Grosso_do_Sul	-572668849,144	216739631,124	-,015	-2,642
despesa_total	,295	,022	,265	13,315
receita_total	-,172	,030	-,107	-5,768
Proporção_assistencia	12285113262,754	50556646,579	,984	242,997

Coeficientes^a

Modelo	Sig.
(Constante)	,601
Ano	,571

Partido_codif	,556
Amapá	,060
Bahia	,002
Distrito_Federal	,158
Pará	,090
Piauí	,044
Rio_G_Sul	,000
Sergipe	,000
Espírito_Santo	,029
Mato_Grosso_do_Sul	,009
despesa_total	,000
receita_total	,000
Proporção_assistencia	,000

a. Variável dependente: gasto_assistencia

Regressões- Despesa Total

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Mato_Grosso_do_Sul, Ano, Partido_codif, Bahia, Sergipe, Rio_G_Sul, Piauí, Espírito_Santo, Distrito_Federal, Pará, Amapá ^b	.	Inserir

a. Variável dependente: despesa_total

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do Modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,961 ^a	,924	,919	2858679000,62708

a. Previsores: (Constante), Mato_Grosso_do_Sul, Ano, Partido_codif, Bahia, Sergipe, Rio_G_Sul, Piauí, Espírito_Santo, Distrito_Federal, Pará, Amapá

ANOVA^a

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
1	17713611116815298000000,00	11	16103282833468453000000,00	197,05	,000
o	0	3	0		^b

Residual	145462412189546660000,000	17 8	8172045628626217000,000		
Total	19168235238710764000000,00	18 9			
	0				

a. Variável dependente: despesa_total

b. Previsores: (Constante), Mato_Grosso_do_Sul, Ano, Partido_codif, Bahia, Sergipe, Rio_G_Sul, Piauí, Espírito_Santo, Distrito_Federal, Pará, Amapá

Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
(Constante)	-	75947481556,008		-8,316	,000
Ano	631598868323,636	37889413,887	,173	8,358	,000
Partido_codif	316694428,041	464048653,383	-,001	-,027	,978
Amapá	-12544137,459	965605193,039	-,017	-,592	,555
Bahia	-571306581,827	947835510,089	,640	22,612	,000
1 Distrito_Federal	21432106779,760	965605193,039	,323	11,183	,000
Pará	10798605964,170	965605193,039	,219	7,598	,000
Piauí	7336854041,637	943103632,089	,055	1,960	,052
Rio_G_Sul	1848758132,940	947835510,089	,902	31,848	,000
Sergipe	30186490860,055	953169907,880	,063	2,228	,027
Espírito_Santo	2123463947,025	965605193,039	,248	8,585	,000
Mato_Grosso_do_Sul	8289420606,234	943103632,089	,125	4,450	,000

a. Variável dependente: despesa_total

Regressão - Receita Total

Variáveis Inseridas/Removidas^a

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	Mato_Grosso_do_Sul, Ano, Partido_codif, Bahia, Sergipe, Rio_G_Sul, Piauí, Espírito_Santo, Distrito_Federal, Pará, Amapá ^b		Inserir

a. Variável dependente: receita_total

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Resumo do Modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,955 ^a	,913	,907	2120804821,31219

a. Previsores: (Constante), Mato_Grosso_do_Sul, Ano, Partido_codif, Bahia, Sergipe, Rio_G_Sul, Piauí, Espírito_Santo, Distrito_Federal, Pará, Amapá

ANOVA^a

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Média dos Quadrados	F	Sig.
1	836418420256301 1000000,000	11	760380382051182800000,000	169,056	,000 ^b
	800610730037980 300000,000	178	4497813090101013000,000		
	916479493260099 2000000,000	189			

a. Variável dependente: receita_total

b. Previsores: (Constante), Mato_Grosso_do_Sul, Ano, Partido_codif, Bahia, Sergipe, Rio_G_Sul, Piauí, Espírito_Santo, Distrito_Federal, Pará, Amapá

Coefficientes^a

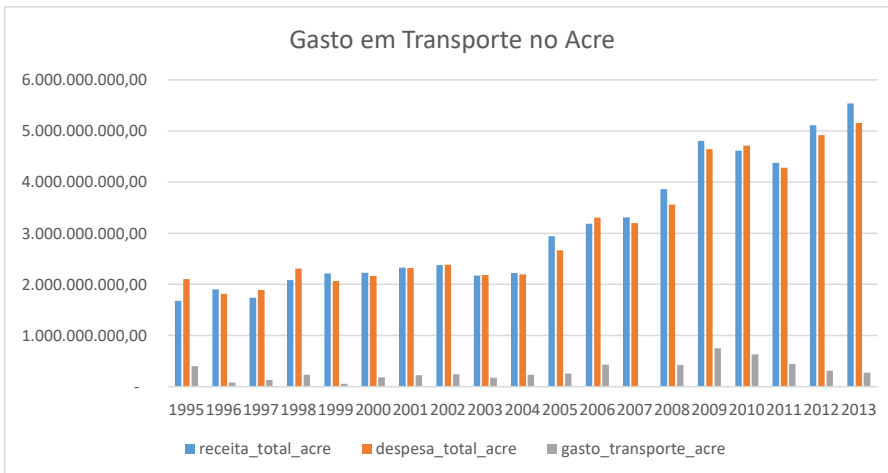
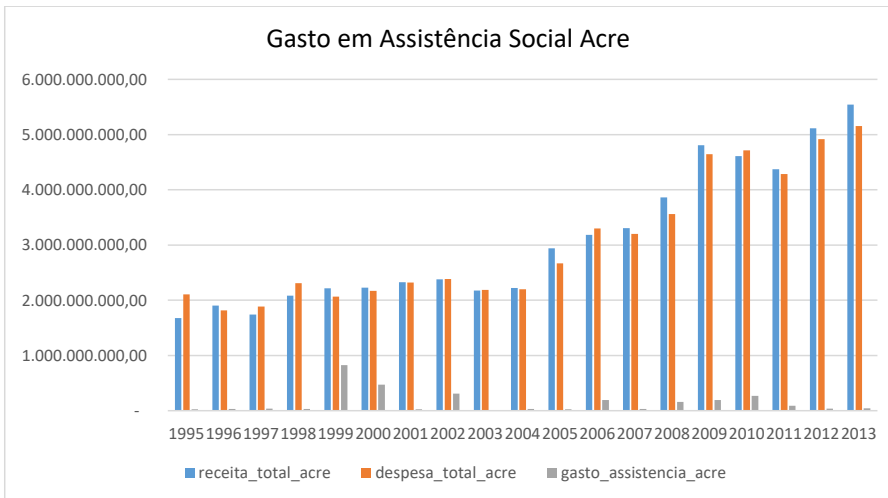
Modelo	Coefficientes não padronizados		Coefficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
(Constante)	-	56344131333,097		-	,000
Ano	671271356933,926	28109504,995	,265	11,914	,000
Partido_codif	336633713,706	344269720,806	-,022	-,933	,352
Amapá	-321167016,042	716365897,826	-,027	-,866	,388
Bahia	-620503938,349	703182875,435	,930	30,630	,000
1 Distrito_Federal	21538392899,193	716365897,826	,458	14,817	,000
Pará	10614534289,129	716365897,826	,323	10,428	,000
Piauí	7470495787,850	699672376,469	,074	2,454	,015
Rio_G_Sul	1717166919,351	703182875,435	,073	2,418	,017
Sergipe	1700263392,191	707140373,480	,088	2,896	,004
Espírito_Santo	2048209509,516	716365897,826	,346	11,168	,000
Mato_Grosso_do_Sul	8000717847,858	699672376,469	,173	5,727	,000

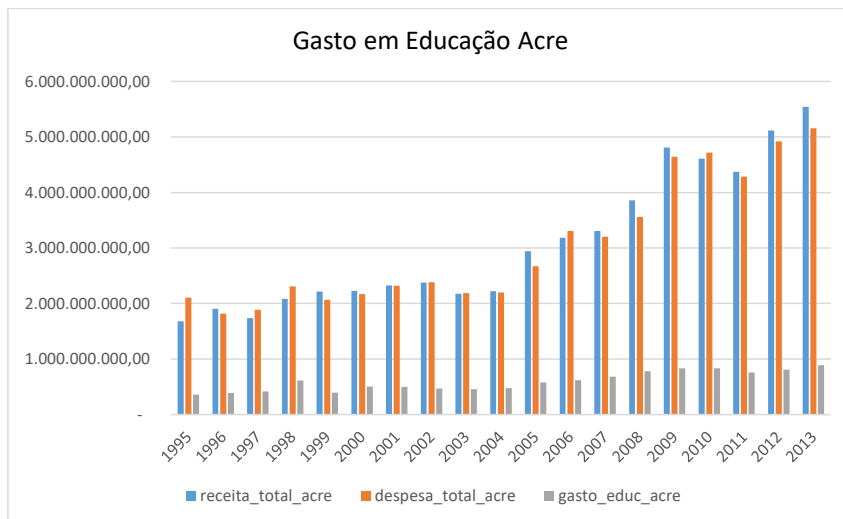
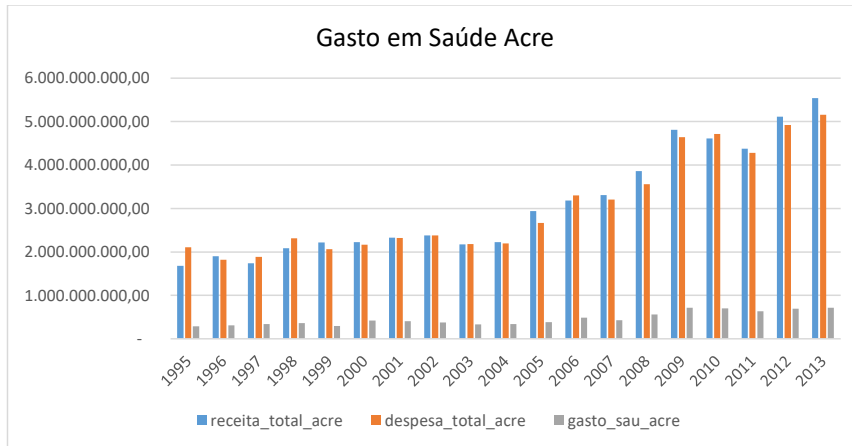
a. Variável dependente: receita_total

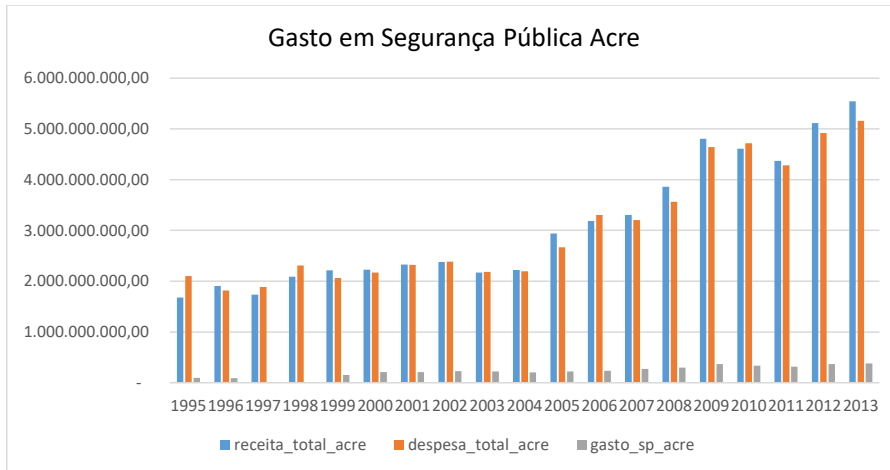
APENDICE D

GASTOS POR FUNÇÕES – POR ESTADOS

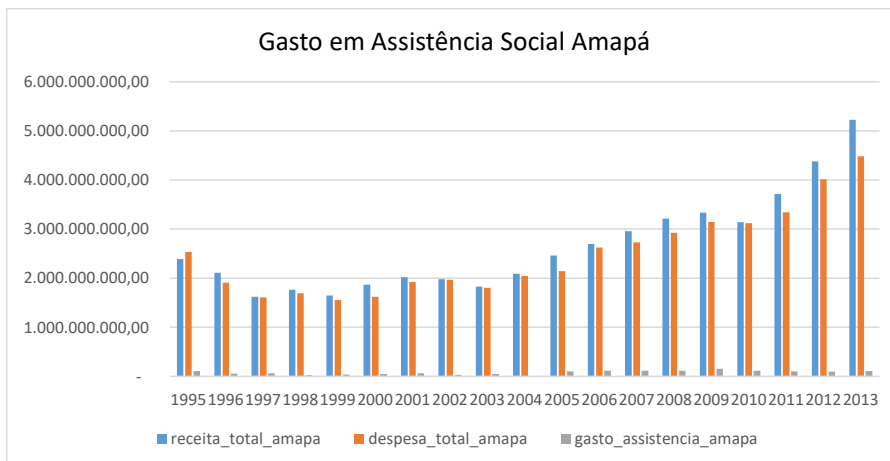
Acre

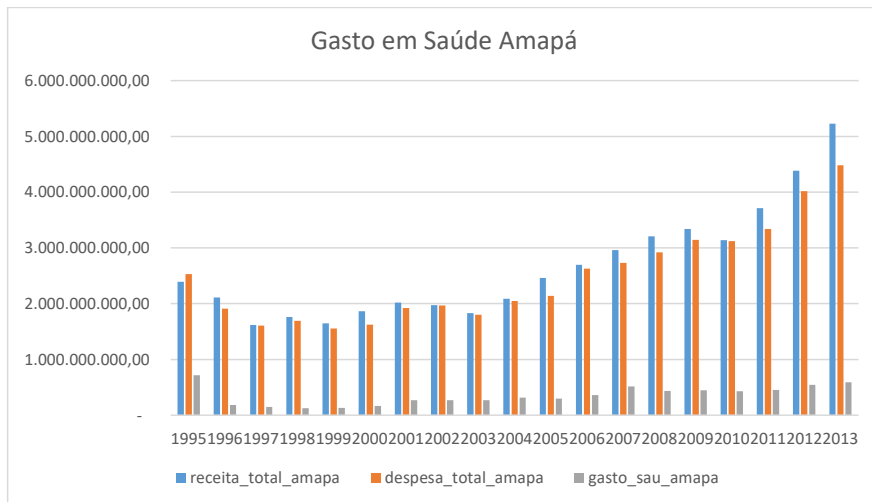
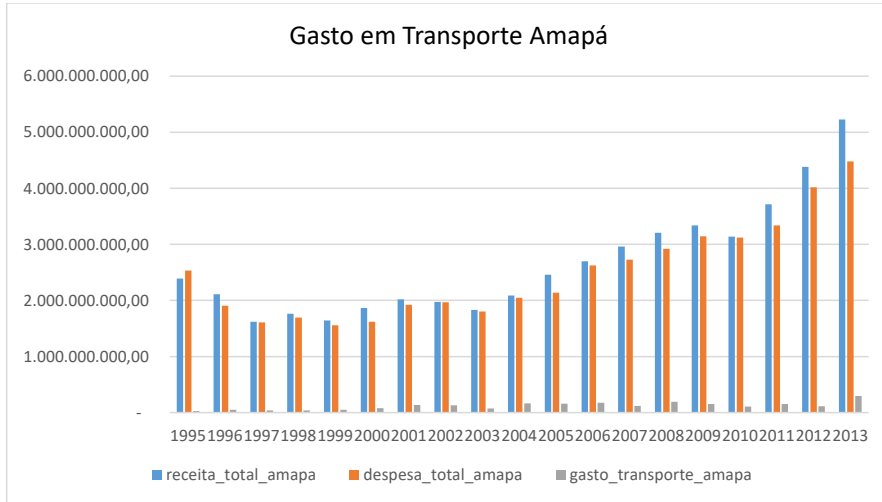


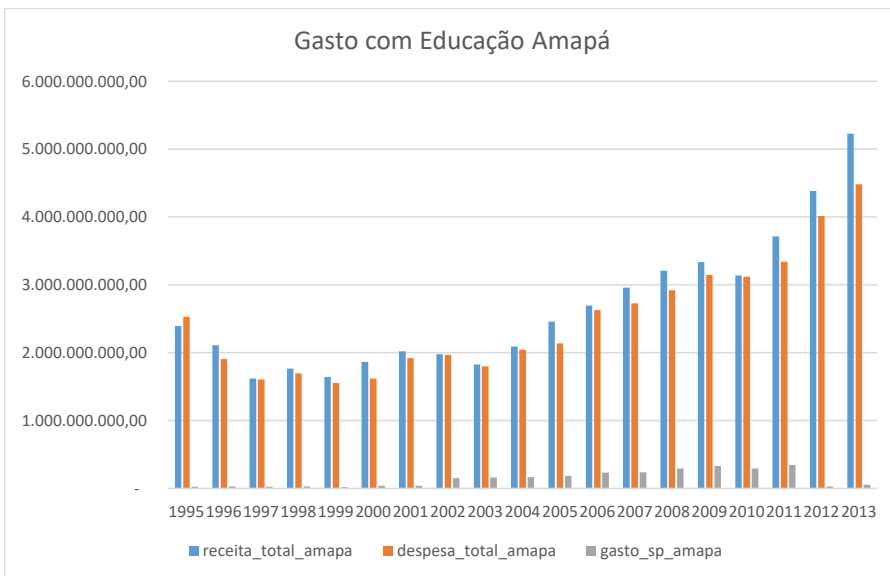
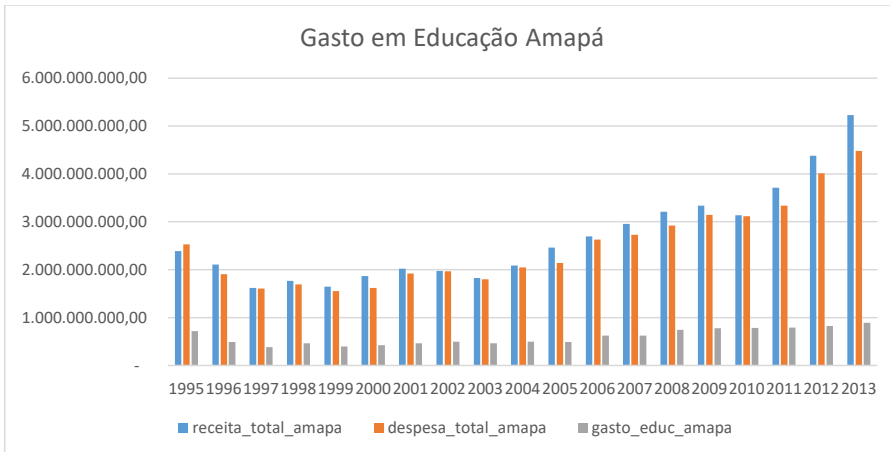




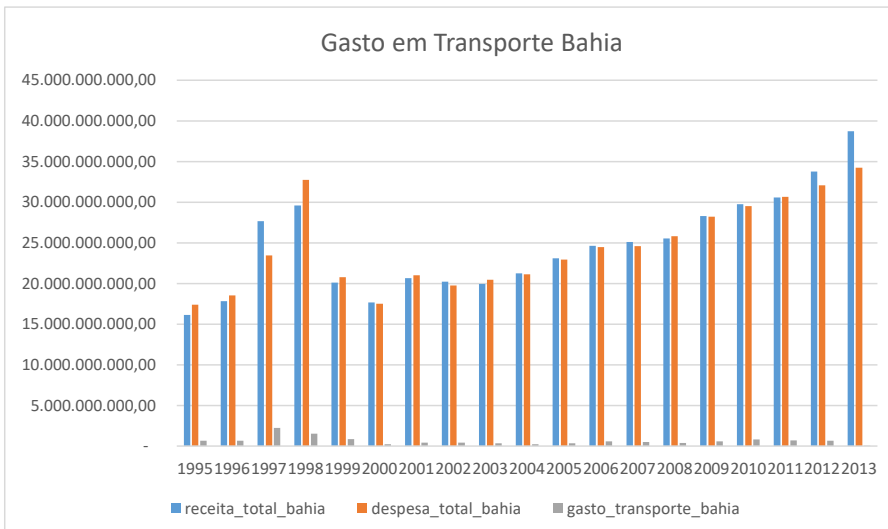
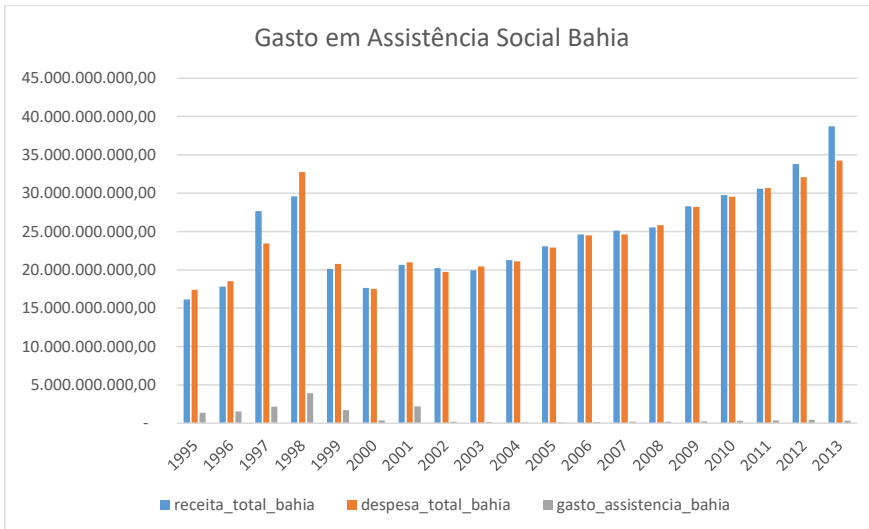
Amapá

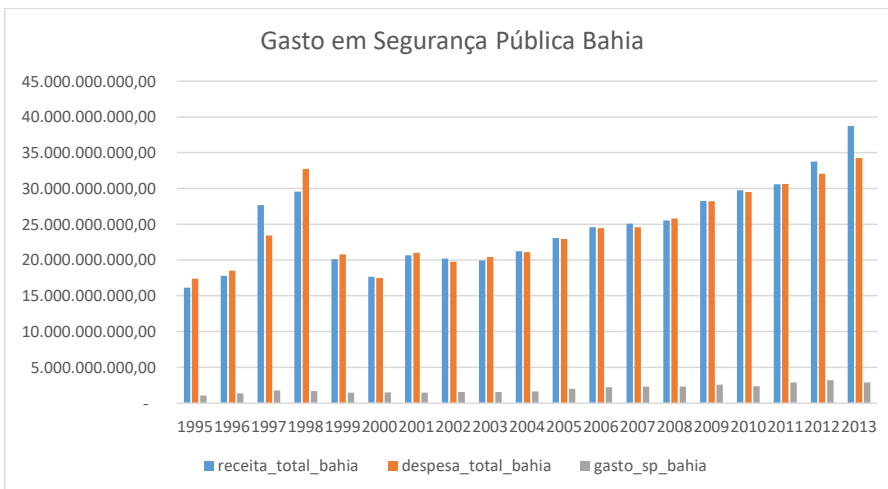
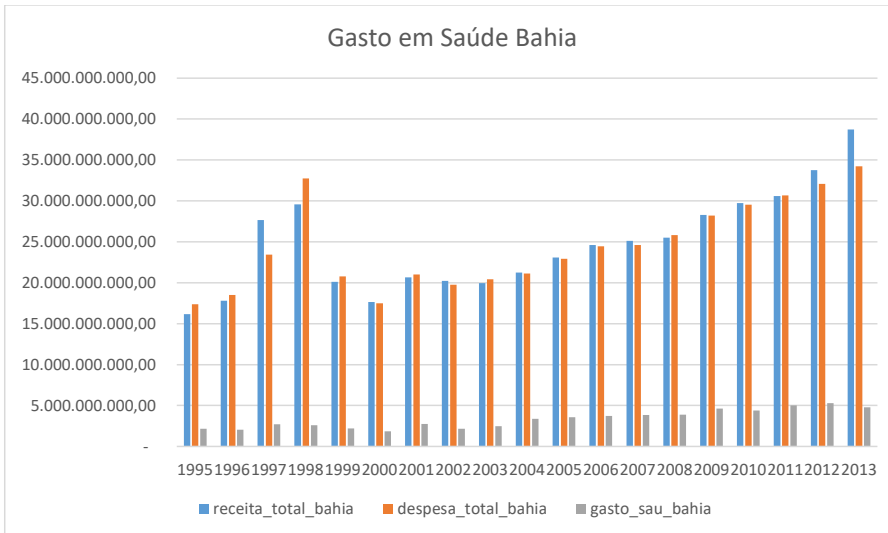




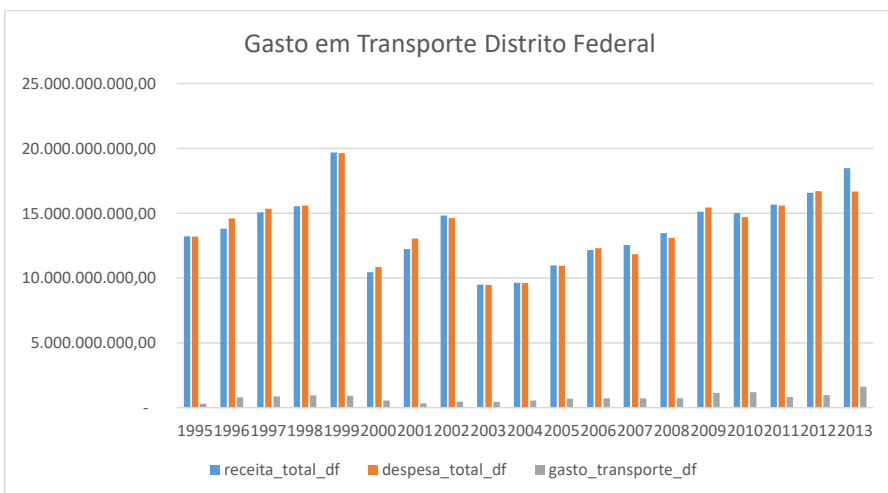
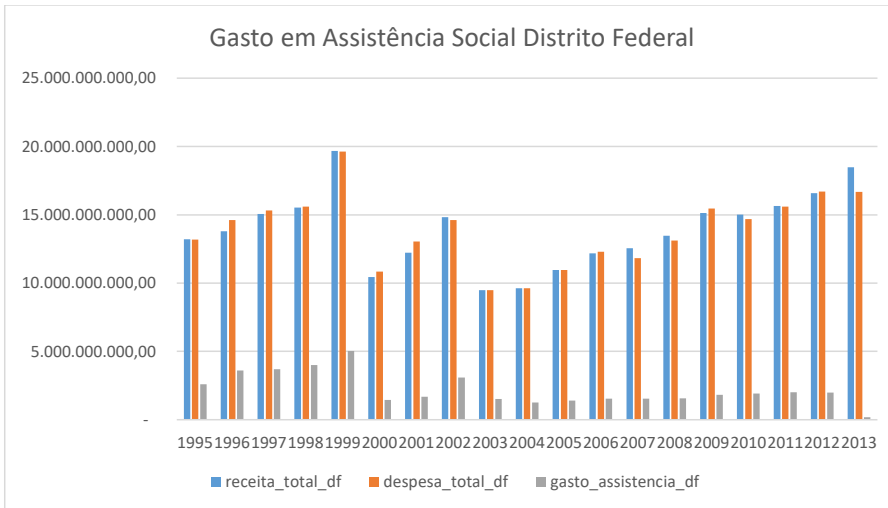


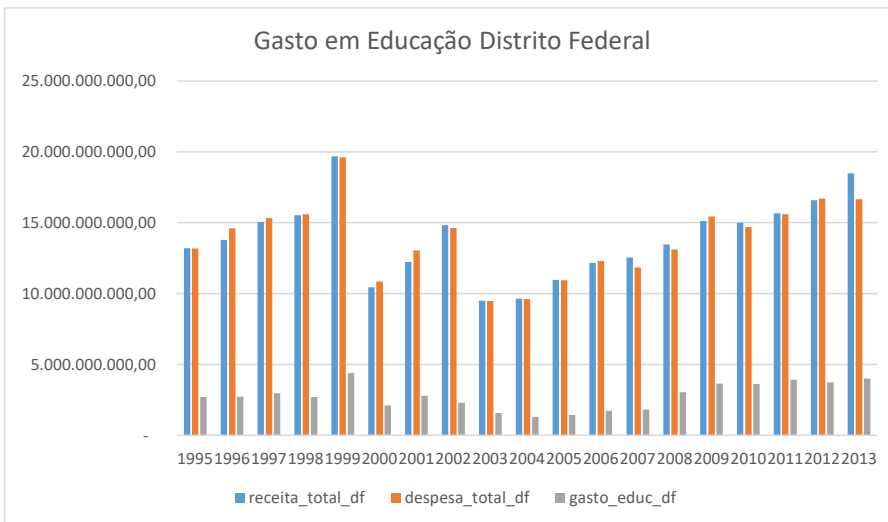
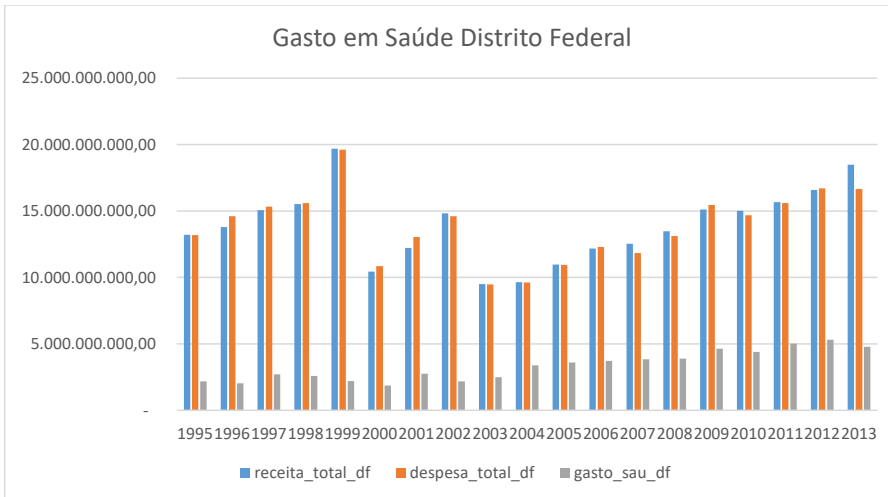
Bahia

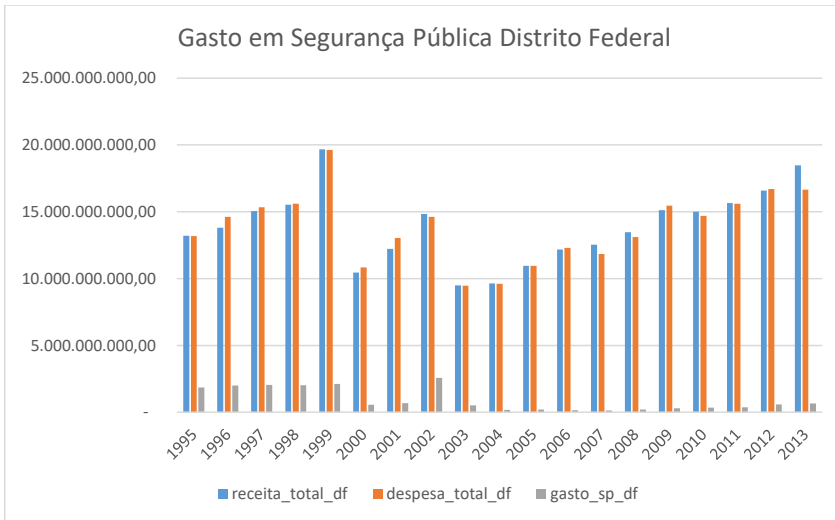




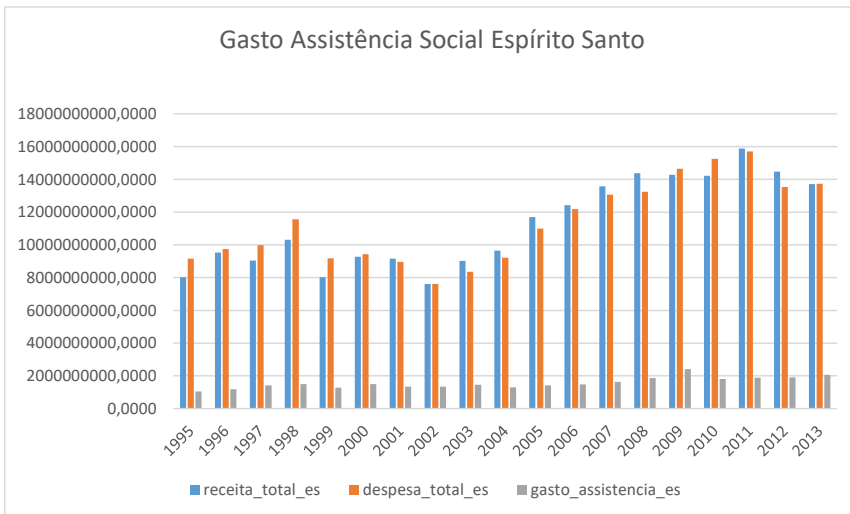
Distrito Federal

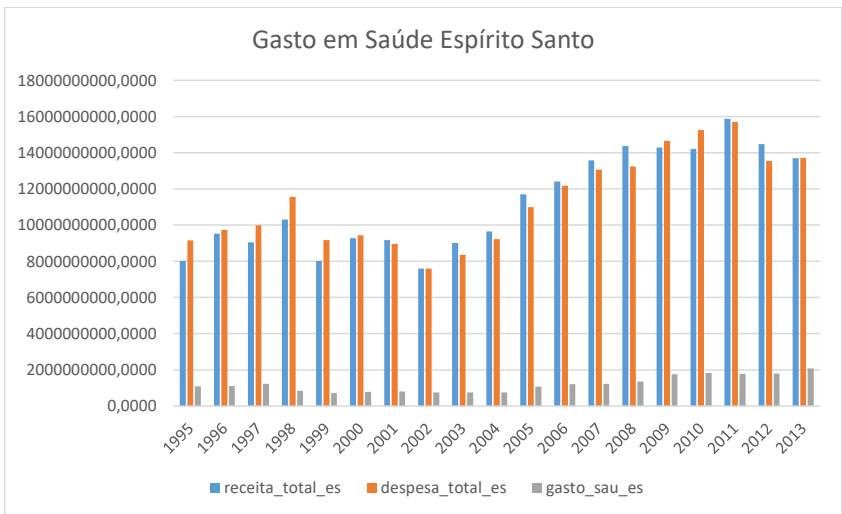
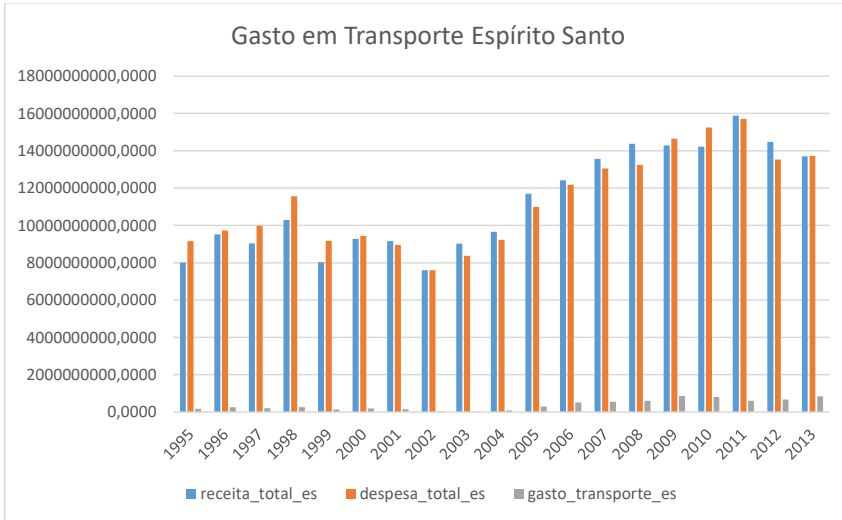


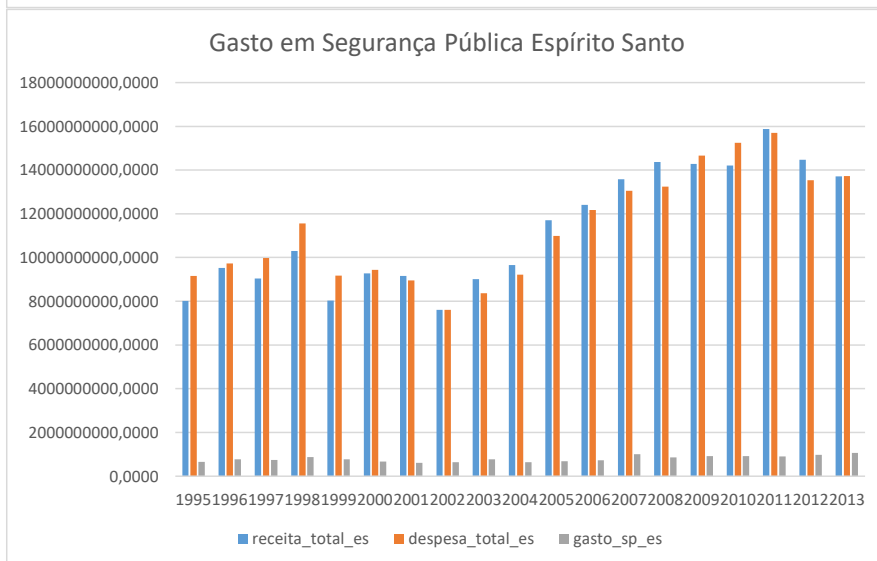
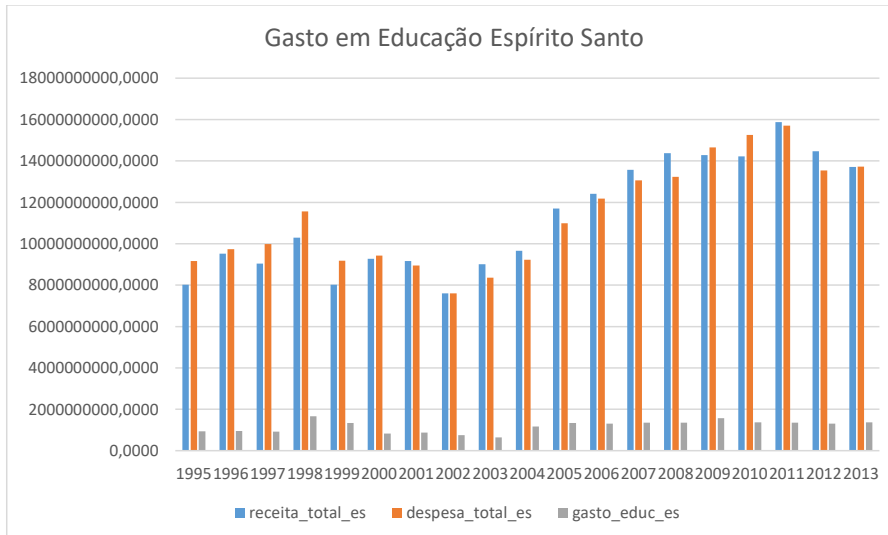




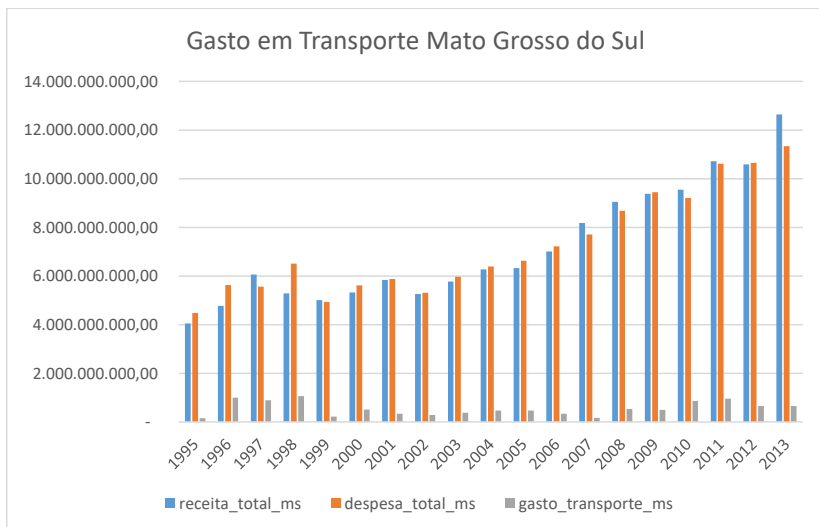
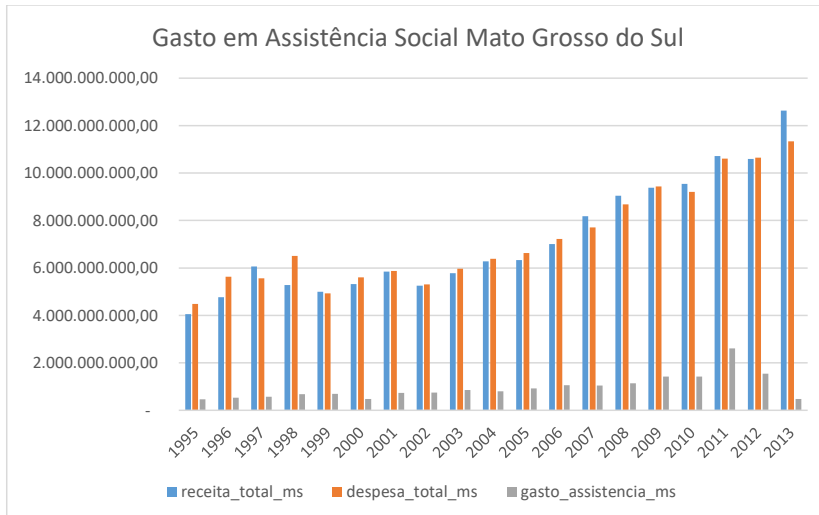
5.Espírito Santo

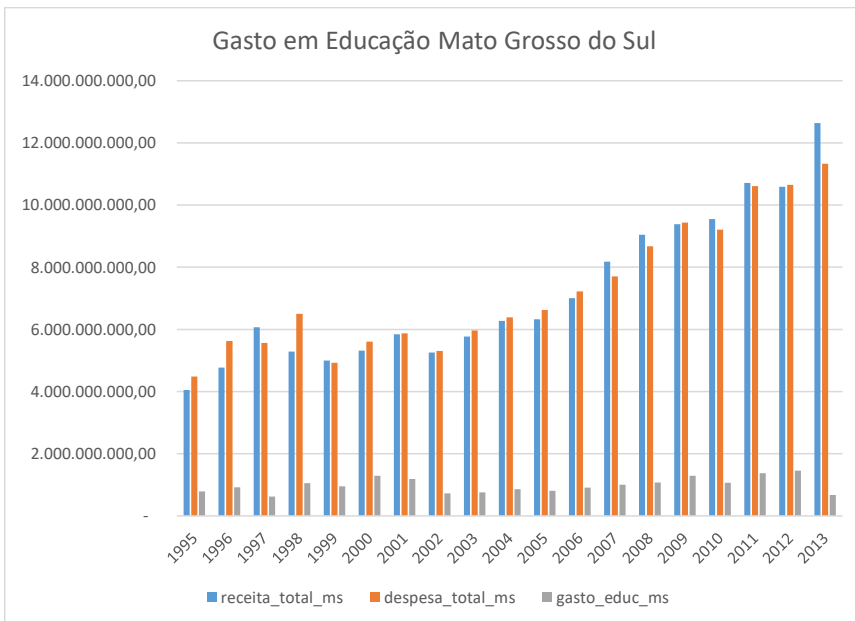
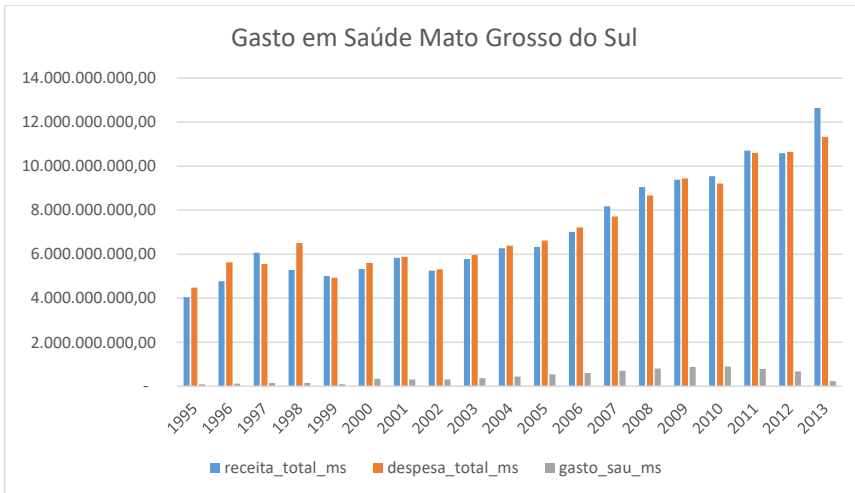


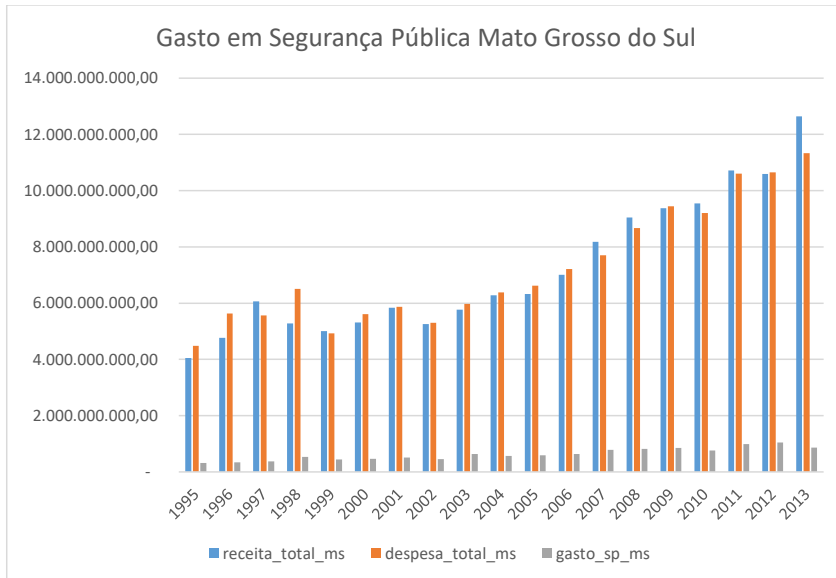




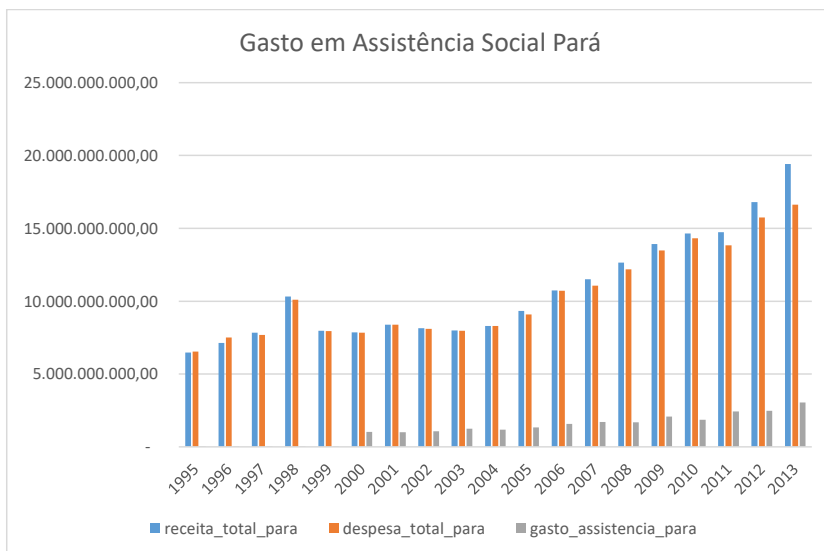
6. Mato Grosso do Sul

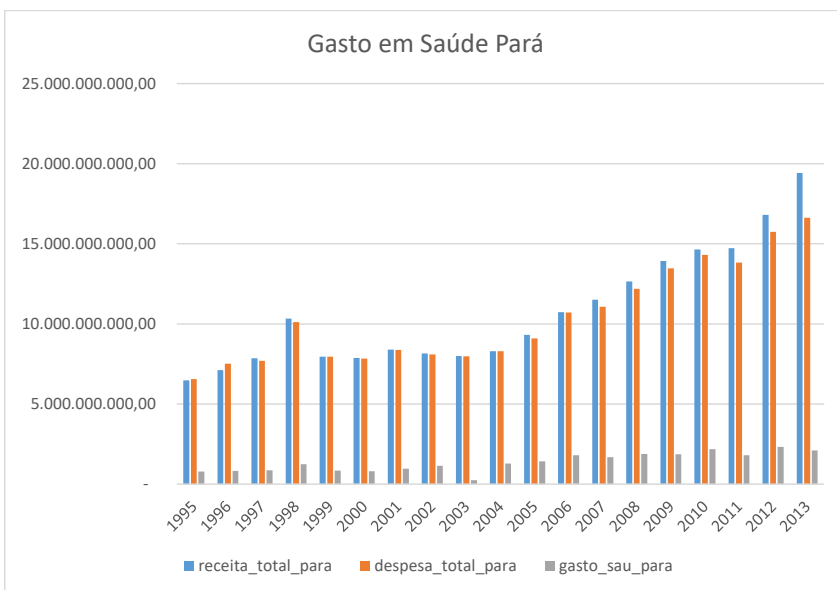
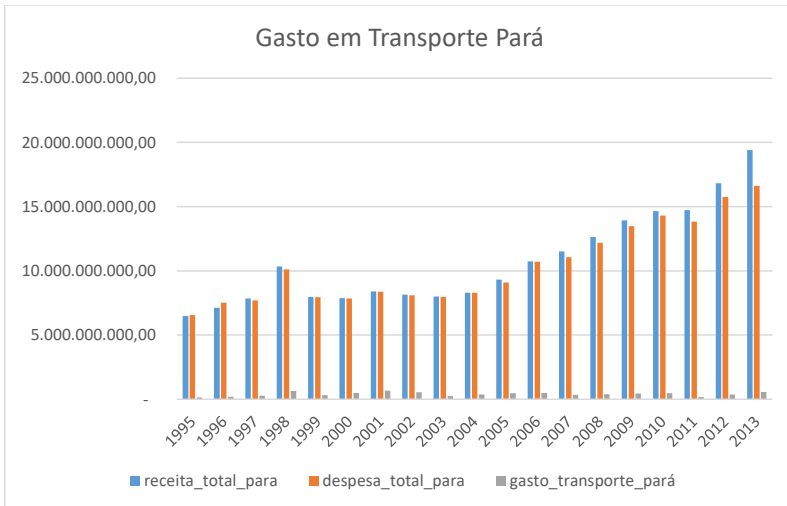


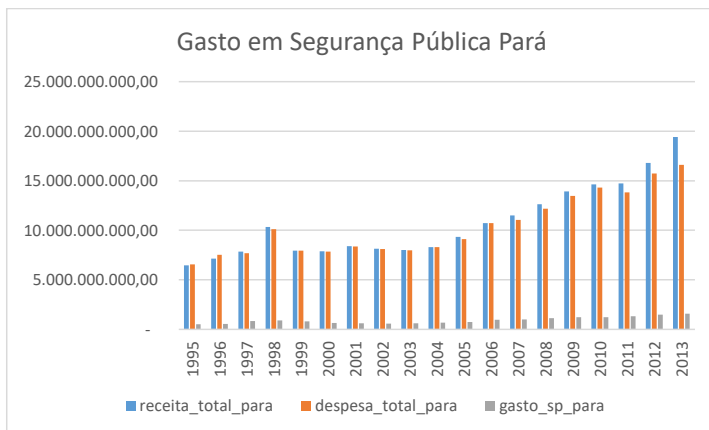
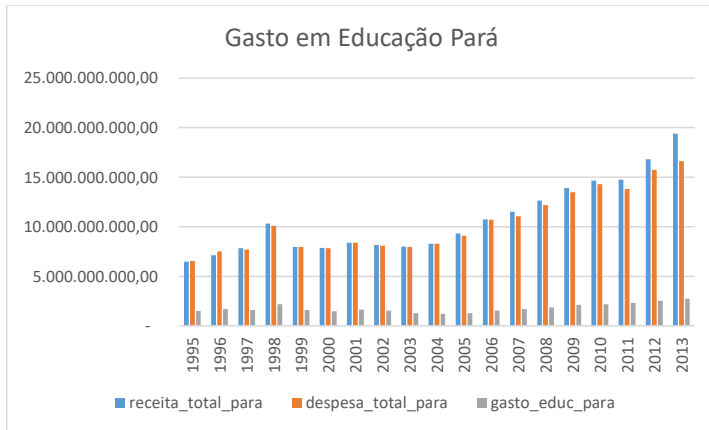




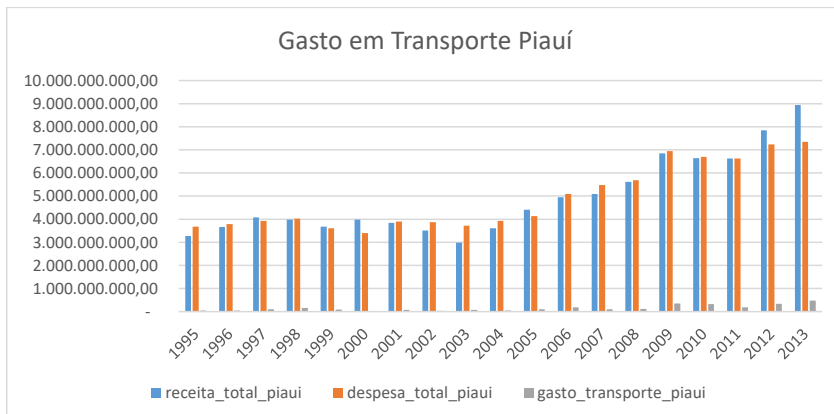
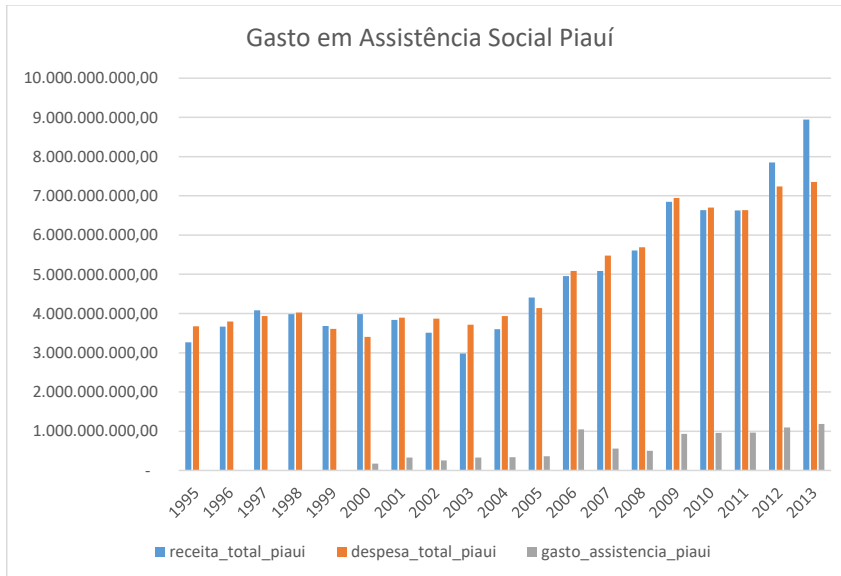
7. Pará



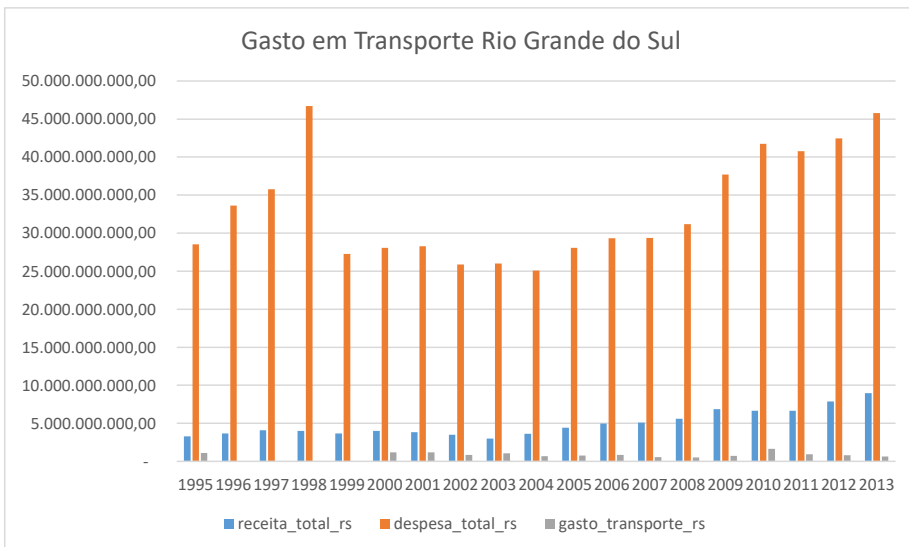
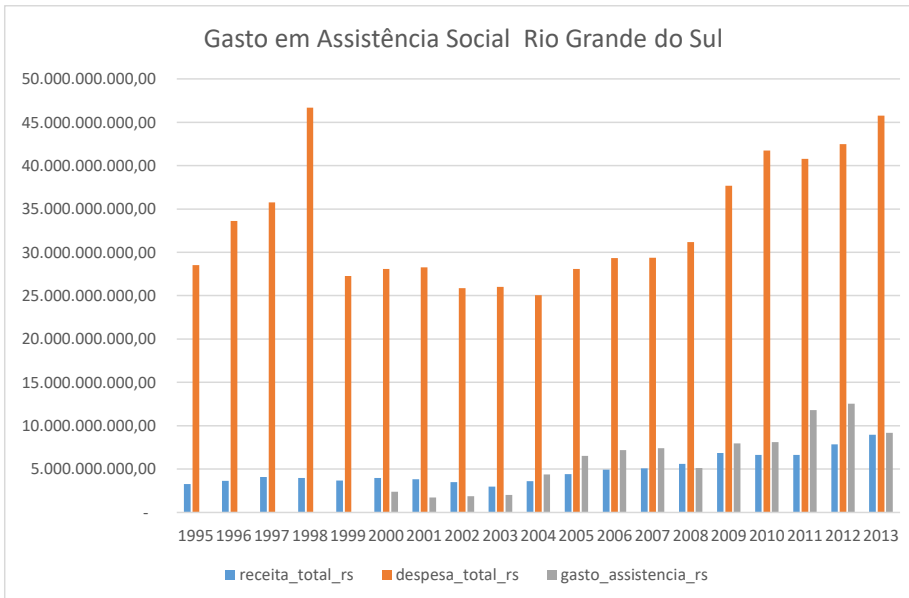


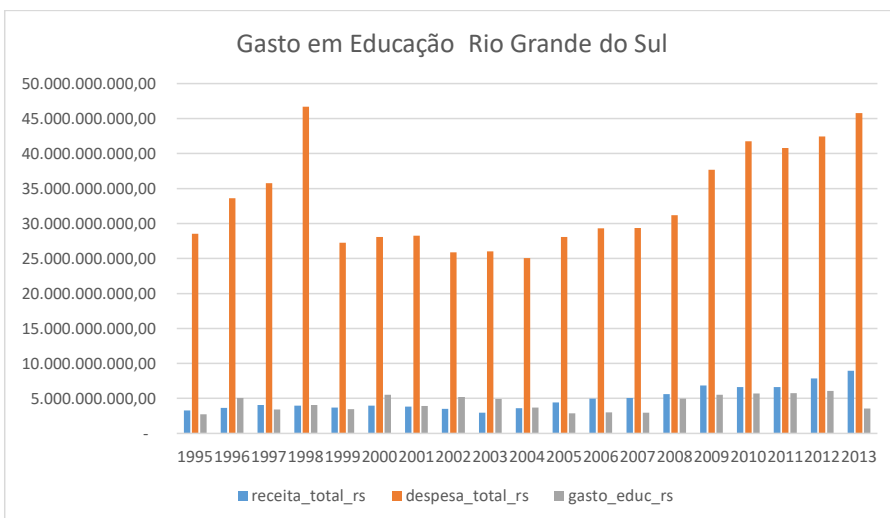
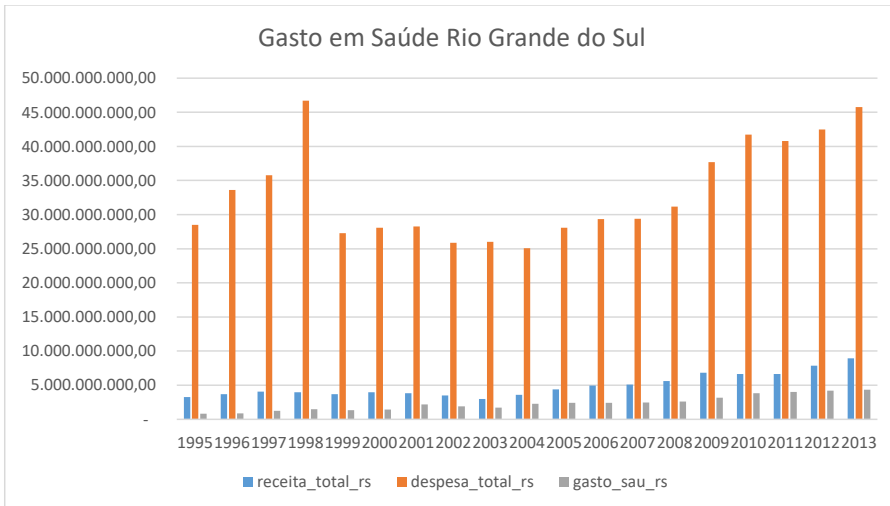


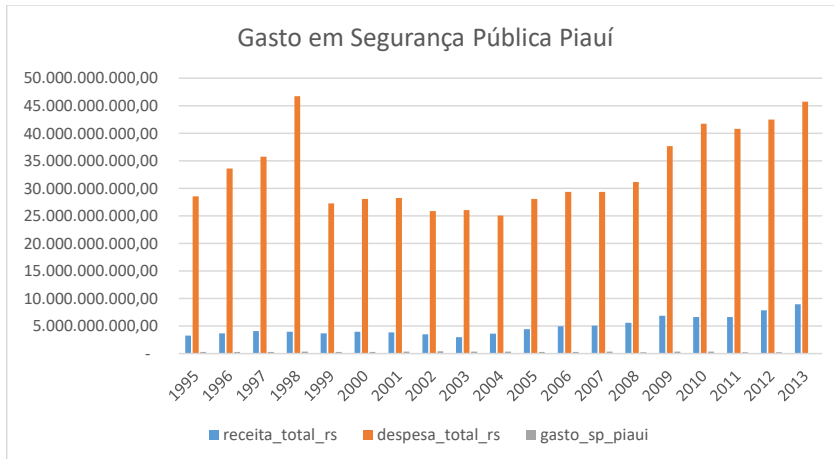
8. Piauí



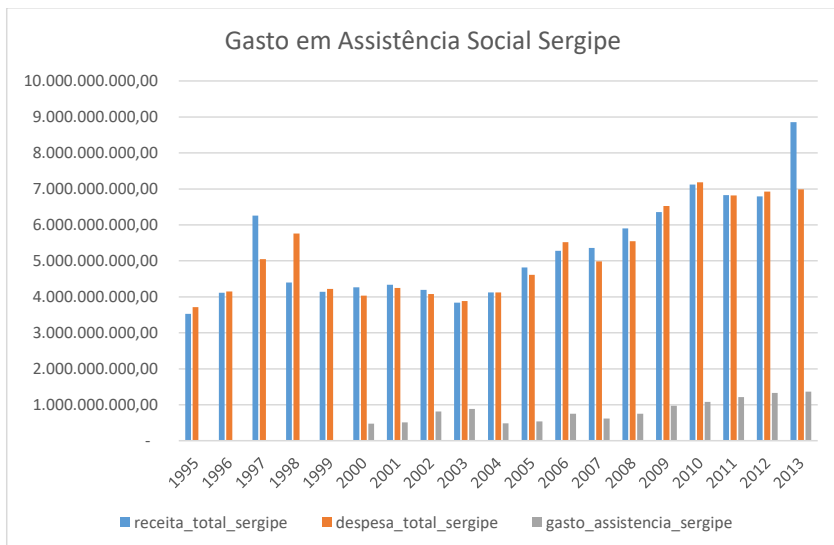
8. Rio Grande do Sul

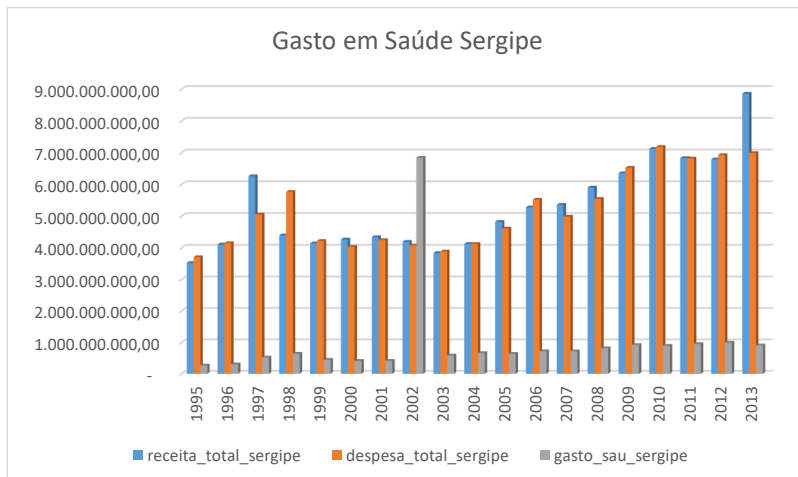
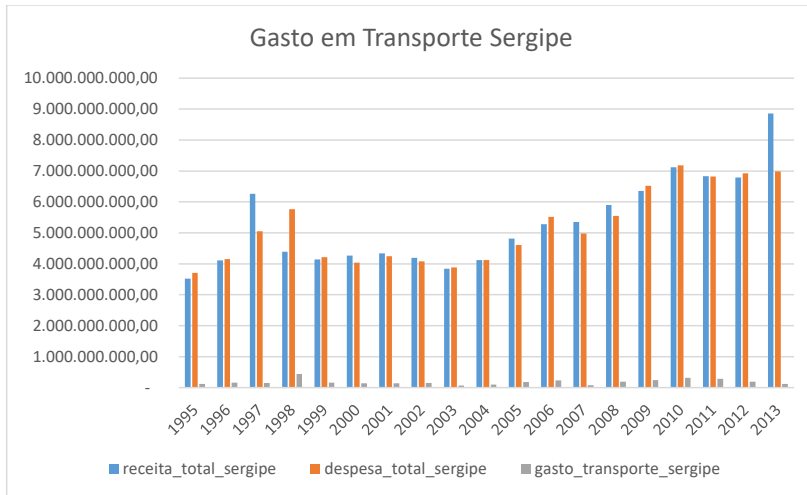


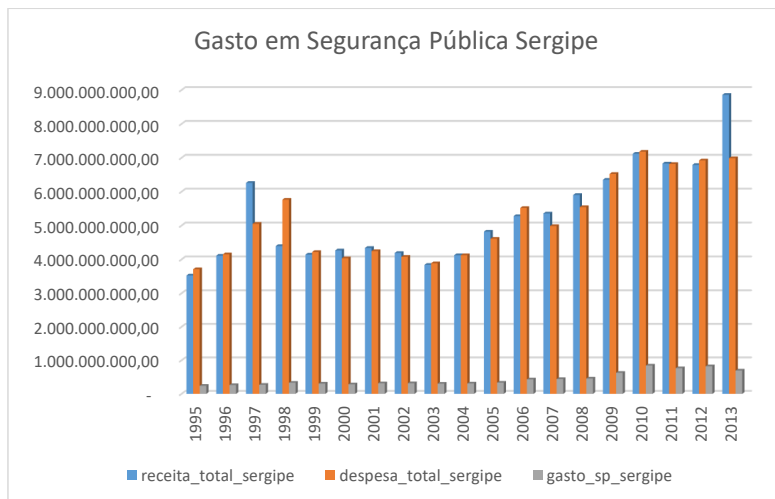
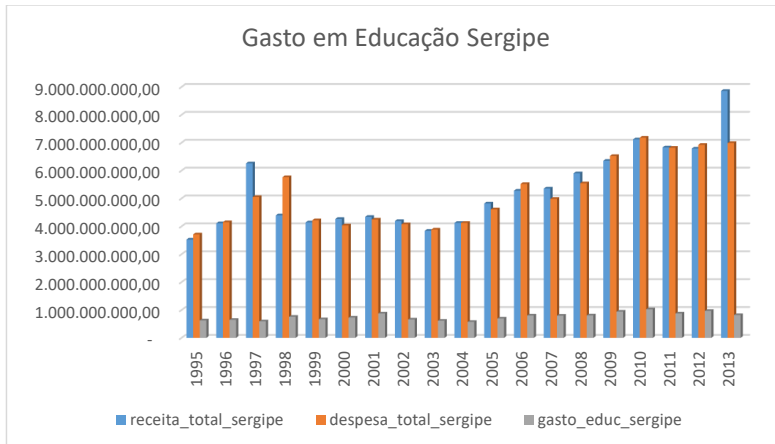




10. Sergipe







ANEXO I – Decreto n.º 2.829, de 29 de outubro de 1998

DECRETO Nº 2.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Para elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano de 2000, toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Parágrafo único. Entende-se por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade.

Art. 2º Cada Programa deverá conter:

I - objetivo;

II - órgão responsável;

III - valor global;

IV - prazo de conclusão;

V - fonte de financiamento;

VI - indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;

VII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo;

VIII - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo;

IX - regionalização das metas por Estado.

Parágrafo único. Os Programas constituídos predominantemente de Ações Continuadas deverão conter metas de qualidade e de produtividade, a serem atingidas em prazo definido.

Art. 3º A classificação funcional-programática deverá ser aperfeiçoada de modo a estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por Programas.

Parágrafo único. Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento, a ser publicada até 30 de novembro de 1998.

Art. 4º Será adotado, em cada Programa, modelo de gerenciamento que compreenda:

I - definição da unidade responsável pelo gerenciamento, mesmo quando o Programa seja integrado por projetos ou atividades desenvolvidas por mais de um órgão ou unidade administrativa;

II - controle de prazos e custos;

III - sistema informatizado de apoio ao gerenciamento, respeitados os conceitos a serem definidos em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Parágrafo único. A designação de profissional capacitado para atuar como gerente do Programa será feita pelo Ministro de Estado, ou pelo titular de órgão vinculado à Presidência da República, a que estiver vinculado a unidade responsável do Programa.

Art. 5º Será realizada avaliação anual da consecução dos objetivos estratégicos do Governo Federal e do resultado dos Programas, para subsidiar a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias de cada exercício.

Art. 6º A avaliação física e financeira dos Programas e dos projetos e atividades que os constituem é inerente às responsabilidades da unidade responsável e tem por finalidade:

I - aferir o seu resultado, tendo como referência os objetivos e as metas fixadas;

II - subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos públicos e a coordenação das ações de governo;

III - evitar a dispersão e o desperdício de recursos públicos.

Art. 7º Para fins de gestão da qualidade, as unidades responsáveis pela execução dos Programas manterão, quando couber, sistema de avaliação do grau de satisfação da sociedade quanto aos bens e serviços ofertados pelo Poder Público.

Art. 8º Os Programas serão formulados de modo a promover, sempre que possível, a descentralização, a integração com Estados e Municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

Art. 9º Para orientar a formulação e a seleção dos Programas que deverão integrar o Plano Plurianual e estimular a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos, serão estabelecidos previamente, para a período do Plano:

I - os objetivos estratégicos;

II - previsão de recursos.

Art. 10. As leis de diretrizes orçamentárias conterão, para o exercício a que se referem e dentre os Programas do Plano Plurianual, as prioridades que deverão ser contempladas na lei orçamentária anual correspondente.

Art. 11. A alteração da programação orçamentária e do fluxo financeiro de cada Programa ficará condicionada à informação prévia pelos respectivos gerentes, por meio de sistema informatizado, do grau de alcance das metas fixadas.

Art. 12. O Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento deverá instituir um comitê gestor para orientar o processo de elaboração do Plano Plurianual para o período 2000-2003.

Parágrafo único. A elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 será precedida de um inventário das ações do Governo Federal em andamento, bem como do cadastramento de todas as atividades e projeto.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO II – Portaria MOG n.º 42, de 14 de Abril de 1999.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE ABRIL DE 1999.

Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, observado o art. 113, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 14, inciso XV, alínea "a", da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.799-3, de 18 de março de 1999, resolve:

Art. 1º As funções a que se refere o [art. 2º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), discriminadas no Anexo 5 da mesma Lei, e alterações posteriores, passam a ser as constantes do Anexo que acompanha esta Portaria.

§ 1º Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

§ 2º A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

§ 3º A subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

c) Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

d) Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações desta Portaria.

Art. 4º Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de função, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo único. No caso da função "Encargos Especiais", os programas corresponderão a um código vazio, do tipo "0000".

Art. 5º A dotação global denominada "Reserva de Contingência", permitida para a União, no [art. 91 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), ou em atos das demais esferas de governo, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e sob coordenação do órgão responsável pela sua destinação, será identificada por código definido pelos diversos níveis de governo.

Art. 6º O disposto nesta Portaria se aplica aos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2000 e seguintes, e aos Municípios a partir do exercício financeiro de 2002, revogando-se a [Portaria nº 117, de 12 de novembro de 1998](#), do ex-Ministro do Planejamento e Orçamento, e demais disposições em contrário.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO PARENTE

ANEXO ÚNICO

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 - Legislativa	031 - Ação Legislativa 032 - Controle Externo
02 - Judiciária	061 - Ação Judiciária 062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 - Essencial à Justiça	091 - Defesa da Ordem Jurídica 092 - Representação Judicial e Extrajudicial
04 - Administração	121 - Planejamento e Orçamento 122 - Administração Geral 123 - Administração Financeira 124 - Controle Externo 125 - Normatização e Fiscalização 126 - Tecnologia da Informatização 127 - Ordenamento Territorial 128 - Formação de Recursos Humanos 129 - Administração de Receitas 130 - Administração de Concessões 131 - Comunicação Social
05 - Defesa Nacional	151 - Defesa Área 152 - Defesa Naval 153 - Defesa Terrestre
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento 182 - Defesa Civil 183 - Informação e Inteligência
07 - Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas 212 - Cooperação Internacional
08 - Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso 242 - Assistência ao Portador de Deficiência

	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 244 - Assistência Comunitária
09 - Previdência Social	271 - Previdência Básica 272 - Previdência do Regime Estatutário 273 - Previdência Complementar 274 - Previdência Especial
10 - Saúde	301 - Atenção Básica 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 - Suporte Profilático e Terapêutico 304 - Vigilância Sanitária 305 - Vigilância Epidemiológica 306 - Alimentação e Nutrição
11 - Trabalho	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 - Relação de Trabalho 333 - Empregabilidade 334 - Fomento ao Trabalho
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental 362 - Ensino Médio 363 - Ensino Profissional 364 - Ensino Superior 365 - Educação Infantil 366 - Educação de Jovens e Adultos 367 - Educação Especial 368 - Educação Básica (<i>Acrescentado(a) pelo(a) Portaria 54/2011/SOF/MP</i>)
13 - Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 - Difusão Cultural
14 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 - Assistência aos Povos Indígenas
15 - Urbanismo	451 - Infra-Estrutura Urbana 452 - Serviços Urbanos 453 - Transportes Coletivos Urbanos
16 - Habitação	481 - Habitação Rural 482 - Habitação Urbana
17 - Saneamento	511 - Saneamento Básico Rural 512 - Saneamento Básico Urbano
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental 542 - Controle Ambiental 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 544 - Recursos Hídricos

	545 - Meteorologia
19 - Ciência e Tecnologia	571 - Desenvolvimento Científico 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 - Agricultura	601 - Promoção da Produção Vegetal (<i>Excluída pela Portaria 67/2012/SOF/MP</i>) 602 - Promoção da Produção Animal (<i>Excluída pela Portaria 67/2012/SOF/MP</i>) 603 - Defesa Sanitária Vegetal (<i>Excluída pela Portaria 67/2012/SOF/MP</i>) 604 - Defesa Sanitária Animal (<i>Excluída pela Portaria 67/2012/SOF/MP</i>) 605 - Abastecimento 606 - Extensão Rural 607 - Irrigação 608 - Promoção da Produção Agropecuária (<i>Acrescentado pela Portaria 67/2012/SOF/MP</i>) 609 - Defesa Agropecuária (<i>Acrescentado pela Portaria 67/2012/SOF/MP</i>)
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária 632 - Colonização
22 - Indústria	661 - Promoção Industrial 662 - Produção Industrial 663 - Mineração 664 - Propriedade Industrial 665 - Normalização e Qualidade
23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial 692 - Comercialização 693 - Comércio Exterior 694 - Serviços Financeiros 695 - Turismo
24 - Comunicações	721 - Comunicações Postais 722 - Telecomunicações
25 - Energia	751 - Conservação de Energia 752 - Energia Elétrica 753 - Combustíveis Minerais (<i>Alterado(a) pelo(a) Portaria nº 41/2008/SOF/MP</i>) 754 - Biocombustíveis (<i>Alterado(a) pelo(a) Portaria nº 41/2008/SOF/MP</i>)
26 - Transporte	781 - Transporte Aéreo 782 - Transporte Rodoviário 783 - Transporte Ferroviário

	784 - Transporte Hidroviário 785 - Transportes Especiais
27 - Desporto e Lazer	811 - Desporto de Rendimento 812 - Desporto Comunitário 813 - Lazer
28 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna 842 - Refinanciamento da Dívida Externa 843 - Serviço da Dívida Interna 844 - Serviço da Dívida Externa 845 - Outras Transferências (<i>Alterado(a) pelo(a) Portaria 37/2007/SOF/MP</i>) 846 - Outros Encargos Especiais